



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE FINANÇAS E CONTABILIDADE
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

JEFFERSON ALVES DANTAS

**ANÁLISE DA ADERÊNCIA AOS CRITÉRIOS DA AUDITORIA COOPERATIVA
DEFINIDOS PELA RESOLUÇÃO BACEN Nº. 4.454/2015 E CIRCULAR BACEN Nº
3.799/2016 NOS RELATÓRIOS DE AUDITORIA DAS COOPERATIVAS DE
CRÉDITO DO NORDESTE**

**JOÃO PESSOA
2018**

JEFFERSON ALVES DANTAS

**ANÁLISE DA ADERÊNCIA AOS CRITÉRIOS DA AUDITORIA COOPERATIVA
DEFINIDOS PELA RESOLUÇÃO BACEN Nº. 4.454/2015 E CIRCULAR BACEN Nº
3.799/2016 NOS RELATÓRIOS DE AUDITORIA DAS COOPERATIVAS DE
CRÉDITO DO NORDESTE**

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Contábeis, do Centro de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador Prof. Dr. Orleans Silva Martins.

**JOÃO PESSOA
2018**

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

D192a Dantas, Jefferson Alves.

Análise da aderência aos critérios da auditoria cooperativa definidos pela Resolução BACEN n 4.454/2015 e Circular BACEN n 3.799/2016 nos relatórios de auditoria das cooperativas de crédito do Nordeste / Jefferson Alves Dantas. - João Pessoa, 2018.

82 f.

Orientação: Orleans Silva Martins.
Monografia (Graduação) - UFPB/CCSA.

1. Cooperativa de Crédito. 2. Auditoria Cooperativa. 3. Resolução BACEN nº 4.454/2015. I. Martins, Orleans Silva. II. Título.

UFPB/BC

JEFFERSON ALVES DANTAS

**ANÁLISE DA ADERÊNCIA AOS CRITÉRIOS DA AUDITORIA COOPERATIVA
DEFINIDOS PELA RESOLUÇÃO BACEN Nº. 4.454/2015 E CIRCULAR BACEN Nº
3.799/2016 NOS RELATÓRIOS DE AUDITORIA DAS COOPERATIVAS DE
CRÉDITO DO NORDESTE**

Esta monografia foi julgada adequada para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis, e aprovada em sua forma final pela Banca Examinadora designada pelo Departamento de Finanças e Contabilidade da Universidade Federal da Paraíba.

BANCA EXAMINADORA



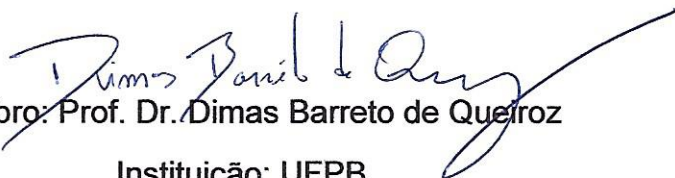
Presidente: Prof. Dr. Orleans Silva Martins (Orientador)

Instituição: UFPB



Membro: Prof.ª Ma. Geisa Cassiano Paulino da Silva

Instituição: UFPB



Membro: Prof. Dr. Dimas Barreto de Queiroz

Instituição: UFPB

João Pessoa, 05 de novembro de 2018.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Grau de aderência dos relatórios de auditoria cooperativa à Resolução BACEN nº 4.454/2015.....	47
--------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Evolução da participação das cooperativas de crédito no Sistema Financeiro Nacional.....	21
Quadro 2 – Perfil do relatório - características da cooperativa, executora da auditora e data-base do relatório.....	40
Quadro 3 – Relação de itens considerados para elaboração do índice de aderência da auditoria cooperativa.....	41
Quadro 4 – Legenda Grau de Aderência por Relevância.....	43

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Critérios abordados no item 11 Atendimento ao escopo definido abordando a Circ. BACEN nº 3.799/2016.....	51
Gráfico 2 – Critérios abordados no item 15 Características das versões finais dos relatórios de auditoria cooperativa.....	54

LISTA DE SIGLAS

BACEN	Banco Central do Brasil
CMN	Conselho Monetário Nacional
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
DGRV	Die Genossenschaften (Confederação Alemã de Cooperativas)
EAC	Entidade de Auditoria Cooperativa
FATES	Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social
IRRBB	Interest Rate Risk in the Banking Book (Risco de Taxa de Juros na Carteira Bancária)
OCB	Organização das Cooperativas Brasileiras
PLD/FT	Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Financiamento ao Terrorismo
PR	Patrimônio de Referência
PROAGRO	Programa de Garantia da Atividade Agropecuária
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SFN	Sistema Financeiro Nacional
SNCC	Sistema Nacional de Crédito Cooperativo
SNCR	Sistema Nacional de Crédito Rural
TVM	Títulos e Valores Mobiliários

RESUMO

O estudo teve como objetivo apresentar a Resolução BACEN nº 4.454/2015 e analisar o contexto de implantação da auditoria em cooperativas de crédito da região Nordeste com foco na mensuração da aderência dos relatórios de auditoria do exercício 2017, produzidos por Entidade de Auditoria Cooperativa, à resolução. Classificado como estudo explicativo, mediante análise de experiências práticas, com técnica de coleta de dados do tipo documental, foram analisados os relatórios de auditoria cooperativa de 14 cooperativas de crédito integrantes de um sistema cooperativo. Da resolução foram retirados 15 itens para montar um formulário que serviram de base para encontrar o índice de aderência da auditoria cooperativa, sendo 04 itens para apresentação da cooperativa, da executora da auditoria cooperativa e da data-base do relatório, e os outros 11 itens para destinados a investigar a existência e relevância das informações nos relatórios. Como resultados para o estudo, foram levantados os índices de aderência dos relatórios de auditoria cooperativa e os valores foram ranqueados, apresentando do relatório que apresentava maior (com 8,70) até o que tinha menor aderência (com 7,92). A média dos índices de aderência da auditoria cooperativa para a amostra da pesquisa foi de 8,16, representando em percentual 54,4% onde apesar de uma aderência intermediária, os relatórios apresentam itens norteadores dos trabalhos dos auditores, como o escopo da auditoria abordado na Circular BACEN nº 3.799/2016 e os critérios utilizados pela executora da auditoria para defini-los, é esperado que os relatórios apresentem mais informações relevantes, abordadas pela resolução, visto que o relatório se trata um de instrumento que auxilia no desenvolvimento estratégico e nas decisões tomadas pela administração da cooperativa.

Palavras-chave: Cooperativa de Crédito. Auditoria Cooperativa. Resolução BACEN nº 4.454/2015.

ABSTRACT

The purpose of the study was to present Resolution BACEN no. 4.454/2015 and analyze the context of the implementation of auditing in credit cooperatives in the Northeast region, with a focus on measuring the adherence of audit reports for the 2017 fiscal year, produced by the Cooperative Audit Entity, to resolution. Classified as an explanatory study, through an analysis of practical experiences, with data collection technique of the documentary type, the cooperative audit reports of 14 cooperative credit cooperative members were analyzed. From the resolution, 15 items were collected to assemble a form that served as a basis to find the adherence index of the cooperative audit, with 04 items for presentation of the cooperative, the cooperative audit executor and the report base date, and the other 11 items to investigate the existence and relevance of information in reports. As results for the study, the adherence rates of the cooperative audit reports were raised and the values were ranked, presenting the highest (with 8.70) to the one with the lowest adherence (with 7.92). The average adherence rates of the cooperative audit for the survey sample was 8.16, representing in 54.4% percentage points where, despite an intermediate degree of adherence, the reports present guiding items of the auditors' work, such as the scope of the audited audit in Circular BACEN no. 3.799/2016 and the criteria used by the audit executor to define them, the reports are expected to present more relevant information, addressed by the resolution, since the report is an instrument that assists strategic development and decisions made by the management of the cooperative.

Keywords: Credit cooperative. Cooperative Audit. Resolution BACEN no. 4.454/2015.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
1.1.	Problemática	13
1.2.	Objetivo geral	13
1.3.	Objetivos específicos	14
1.4.	Justificativa	14
2	REVISÃO DE LITERATURA	17
2.1.	Evolução histórico e normativa do cooperativismo de crédito	17
2.2.	Cooperativas de crédito e sua representação	22
2.2.1.	Instrumentos de controle e fiscalização	27
2.3.	Auditoria, sua aplicação e o papel do auditor	28
2.3.1.	A Resolução BACEN nº 4.588/2017 e a auditoria interna nas instituições financeiras	31
2.3.2.	Adoção da Resolução BACEN nº 4.454/2015 – A prática da auditoria cooperativa nas cooperativas de crédito	35
3	METODOLOGIA	40
4	ANÁLISE DOS DADOS	47
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	56
	REFERENCIAS	59
	APÊNDICE A – FORMULÁRIO DE ADERÊNCIA DO RELATÓRIA DA COOPERATIVA A	65
	APÊNDICE B – FORMULÁRIO DE ADERÊNCIA DO RELATÓRIA DA COOPERATIVA B	67
	APÊNDICE C – FORMULÁRIO DE ADERÊNCIA DO RELATÓRIA DA COOPERATIVA C	69
	APÊNDICE D – FORMULÁRIO DE ADERÊNCIA DO RELATÓRIA DA COOPERATIVA D	71
	APÊNDICE E – FORMULÁRIO DE ADERÊNCIA DO RELATÓRIA DA COOPERATIVA E	73
	APÊNDICE F – FORMULÁRIO DE ADERÊNCIA DO RELATÓRIA DA COOPERATIVA F	75

APÊNDICE G – FORMULÁRIO DE ADERÊNCIA DO RELATÓRIA DA COOPERATIVA G	77
APÊNDICE H – FORMULÁRIO DE ADERÊNCIA DO RELATÓRIA DA COOPERATIVA H	79
APÊNDICE I – FORMULÁRIO DE ADERÊNCIA DO RELATÓRIA DA COOPERATIVA I	81
APÊNDICE J – FORMULÁRIO DE ADERÊNCIA DO RELATÓRIA DA COOPERATIVA J	83
APÊNDICE K – FORMULÁRIO DE ADERÊNCIA DO RELATÓRIA DA COOPERATIVA K	85
APÊNDICE L – FORMULÁRIO DE ADERÊNCIA DO RELATÓRIA DA COOPERATIVA L	87
APÊNDICE M – FORMULÁRIO DE ADERÊNCIA DO RELATÓRIA DA COOPERATIVA M	89
APÊNDICE N – FORMULÁRIO DE ADERÊNCIA DO RELATÓRIA DA COOPERATIVA N	91

1 INTRODUÇÃO

Sociedades civis constituídas de pessoas, as cooperativas são entidades sem fins lucrativos, não sujeitas à falência, com natureza e forma jurídica próprias, destinadas a prestar serviços aos associados (PINHEIRO, 2008). Diferenciado da cultura organizacional movida pela concorrência no mercado, na qual a maximização dos lucros para os acionistas é o principal foco a atingir, as cooperativas apresentam metodologias de crescimento mais sustentáveis com foco na comunidade onde atuam e oferecendo mais oportunidades para seus beneficiários, sejam funcionários, dirigentes e associados.

A cooperativas de crédito, são classificadas como instituições financeiras não bancárias e se destacam por ofertar aos seus associados serviços de natureza bancária com custos mais baixos. Aponta Vasconcelos *et al.* (2017) que no Brasil está concentrado o maior número de cooperativas de crédito e é responsável pelo maior volume de transação de recursos da América Latina, além de destacar o crescimento de 590% do volume de ativos totais das cooperativas de crédito no período de 2006 a 2014. Já conforme BACEN (2018) entre 2014 e 2017 o crescimento do ativo total foi de 38%.

Diante da necessidade do fornecimento de informações mais confiáveis e especializadas sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC)¹ e com a responsabilidade pela fiscalização e normatização do segmento, desde o advento da Lei nº 4.595/1964, o BACEN vem buscando mais profissionalismo e qualidade para os serviços prestados, à redução dos riscos inerentes ao negócio e fomentar e estimular o crescimento da cooperativas de crédito brasileiras.

Através do art. 112 da Lei 5.764/1971 é determinado que as cooperativas de crédito precisam ter seus demonstrativos financeiros auditados por auditores independentes, igualmente as demais instituições financeiras fiscalizadas pelo Banco Central. Pela Resolução BACEN nº 2.608/1999 é direcionada para as cooperativas centrais a responsabilidade de supervisionar e fazer a auditoria interna nas cooperativas singulares filiadas (PINHEIRO, 2008).

¹ Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC) é composto por todos os sistemas cooperativos, sejam de dois ou três níveis, cooperativas singulares não filiadas a centrais e bancos cooperativos com controle acionário pelas cooperativas centrais.

Com foco em um serviço mais voltado ao segmento cooperativo de crédito o Banco Central promulgou a Resolução BACEN nº 4.454/2015 que dispõe sobre a obrigatoriedade de realização de uma auditoria cooperativa para as instituições componentes do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo, visto sua subordinação ao SFN e fiscalização exercida pelo Banco Central, não havendo a indicação na resolução da realização da atividade de auditoria cooperativa para outros segmentos de cooperativas.

Com o intuito de obter maior independência, devido a atividade da auditoria cooperativa ser executada por Entidade de Auditoria Cooperativa (EAC) ou empresa de auditoria independente registrada na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) ou pelo fato de ser uma auditoria com foco específico para cooperativas de crédito, voltada a verificar a adequação das cooperativas, às métricas de desenvolvimento operacional, da situação econômico-financeira e as políticas institucionais, a capacitação e remuneração adequada com atribuições e cargos e ao atendimento aos dispositivos legais e regulamentadores (DGRV, 2017). O escopo dos trabalhos de auditoria usado para elaboração dos relatórios de auditoria cooperativa é apresentado pela Circular BACEN nº 3.799/2016 são elencados os critérios usados pelos auditores na realização dos trabalhos. Na circular, são desdobrados todos os critérios que os auditores devem utilizar para direcionar seus trabalhos.

Perceber a finalidade da implantação de uma auditoria cooperativa se faz necessária, mesmo já sendo executada a auditoria das demonstrações financeiras e do Banco Central do Brasil e a realização das atividades de supervisão praticados pelos sistemas cooperativista, através da confederação e das cooperativas centrais.

1.1. Problemática:

Qual é o nível de aderência aos critérios da auditoria cooperativa definidos pela Resolução BACEN nº 4.454/2015 e Circular BACEN nº 3.799/2016 dos relatórios de auditoria cooperativa das cooperativas de crédito do Nordeste?

1.2. Objetivo Geral:

Analisar os critérios da auditoria cooperativa definidos pela Resolução BACEN nº 4.454/2015 e Circular BACEN nº 3.799/2016 com sua aplicação nos relatórios de auditoria cooperativa das cooperativas de crédito da região Nordeste, identificando a aderência dos relatórios a esta resolução.

1.3. Objetivos Específicos:

- a) Analisar o advento da Resolução BACEN nº 4.454/2015 no contexto das cooperativas de crédito;
- b) Investigar a auditoria cooperativa, suas especificações e normatização no Brasil;
- c) Identificar diferenças entre a auditoria cooperativa e a auditoria interna nas cooperativas de crédito, sob o prisma das resoluções que tratam cada auditoria;
- d) Analisar o grau de aderência dos relatórios de auditoria das cooperativas de crédito à Resolução BACEN nº 4.454/2015 e Circular BACEN nº 3.799/2016.

1.4. Justificativa:

Com o intuito de viabilizar maior especialização e confiabilidade as informações, melhores práticas, redução dos riscos para a cooperativa e para seus associados foi criada a auditoria cooperativa. Mas, entender até que ponto esse novo método de asseguração e regulamentação vai se assemelhar aos já existentes tanto dentro como fora das cooperativas de crédito é um ponto que precisa ser avaliado, visto que as cooperativas já contavam com processos de auditoria interna para verificar o enquadramento dos procedimentos realizados pelas cooperativas singulares filiadas aos padrões sistêmicos e a auditoria externa que faz a asseguração dos saldos contábeis das demonstrações financeiras.

A partir da implantação da Resolução BACEN nº 4.454/2015 que estabelece a auditoria cooperativa e também averigua adequação operacional, econômico-financeira, de procedimentos e enquadramento de cargos e atribuições a remuneração e capacitação. Com os trabalhos de auditoria cooperativa, compreender como a auditoria interna estará presente dentro das cooperativas se faz necessário,

para regulamentar a atividade do auditor interno, foi expedido a Resolução BACEN nº 4.588/2017 que trata a atividade da auditoria interna para instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e nessa resolução está disposto que a atividade de auditoria interna não deve ser aplicada em cooperativas de crédito enquadradas no Segmento S5² (enquadramento de segmentação previsto através da Resolução BACEN n. 4.553/2017), desde que, integrante de sistema de dois ou três níveis.

Compreender a importância das informações apresentadas pelos relatórios da auditoria cooperativa é um critério fundamental, averiguando se determinações presentes nas instruções normativas estão sendo consideradas pelos auditores na produção dos seus relatórios e, mensurar nos relatórios, se houve ou não, a devida abordagem dos requisitos definidos na resolução podem validar a utilização dessa nova auditoria para as cooperativas, principalmente se as informações geradas pelos auditores forem convertidas em melhorias na cooperativa. Situação necessária para não criar nos usuários da informação a sensação de que os processos são os mesmos e que a auditoria cooperativa apenas virou um custo a mais a ser pago e se convertem em benefícios para seus principais usuários (os associados).

O presente trabalho se justifica pela necessidade de identificar a aderência dos relatórios de auditoria cooperativa à Resolução BACEN nº 4.454/2015 e a Circular BACEN nº 3.799/2016, se as informações apresentadas pelos auditores em seus relatórios cumprem as determinações das resoluções que norteiam a atividade da auditoria cooperativa e por meio do índice de aderência da auditoria cooperativa medir se esses relatórios abordaram todos ou maior número de pontos definidos nas normas, além de apresentar quais são os arquivos recepcionados pela gestão das cooperativas de crédito auditadas.

² Resolução BACEN n. 4.553/2017 - Estabelece a segmentação do conjunto das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil para fins de aplicação proporcional da regulação prudencial.

Art. 2º § 5º O S5 é composto:

I - pelas instituições de porte inferior a 0,1% (um décimo por cento) do PIB que utilizem metodologia facultativa simplificada para apuração dos requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência (PR), de Nível I e de Capital Principal, exceto bancos múltiplos, bancos comerciais, bancos de investimento, bancos de câmbio e caixas econômicas; e

II - pelas instituições não sujeitas a apuração de PR.

Como contribuição, o trabalho pode ajudar a melhorar os relatórios de auditoria cooperativa, apresentando nesses relatórios os critérios presentes nas instruções normativas expedidas pelo BACEN e que não foram abordadas, desde que, estejam dentro do campo de atuação das cooperativas de crédito auditadas. No meio acadêmico, não foram encontrados outros trabalhos que tratem especificamente da auditoria cooperativa, observado o fato da execução das atividades de auditoria cooperativa formatada pela Resolução BACEN nº 4.454/2015 e Circular BACEN nº 3.799/2016 só ter começado a ser realizado no decorrer do segundo semestre do exercício 2017.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Evolução histórica e normativa do cooperativismo de crédito

Diversas são as formas de cooperação na sociedade, para Bialoskorski Neto (1998) formar associações entre pessoas, principalmente com finalidade econômica, é uma situação que existe desde os primórdios da história, a cooperação e a associação solidária são evidenciadas desde a pré-história, passando pelas antigas civilizações, chegando inclusive em diversas tribos indígenas. Para Gerhard (2016), a cooperação já podia ser observada em diversas civilizações da antiguidade. Pinheiro (2008) e Sousa (2009) apontam o surgimento do cooperativismo na cidade inglesa de Rochdale em 1844 pela associação de 28 tecelões que formou aquela que foi considerada primeira cooperativa do mundo, a Sociedade dos Probos de Rochdale.

Pinheiro (2008) destaca que, posteriormente surgiram as primeiras associações de crédito, as primeiras foram criadas por Friedrich Wilhelm Raiffeisen, uma criada em 1847 associação para dar apoio para a população rural e a outra em 1864, essa uma cooperativa, a Associação de Caixas de Empréstimo de Heddesdorf, atuando no segmento do crédito rural. Outro modelo de associação que surgiu em 1856 foram as cooperativas do tipo Schultze-Delitzsche que ficaram conhecidas como bancos populares e eram associações de dinheiro antecipado que atuava área urbana da Alemanha.

Também são apresentados por Pinheiro (2008) mais dois modelos de associação/cooperativas. A primeira ainda na Europa era a Luzzatti, que foi inspirado no modelo alemão e surgiu na cidade de Milão pelo italiano Luigi Luzzatti e uma de suas características era a não exigência de vínculos para a associação. Já o último modelo apresentado por Pinheiro (2008) foi o Desjardins (desenvolvido pelo jornalista Alphonse Desjardins na cidade de Quebec, no Canadá), que apesar de inspiração nos modelos Raiffeisen, Schultze-Delitzsche e Luzzatti, apresentava características mais específicas como o crédito mútuo e os vínculos existentes entre os sócios, fossem através de clubes, trabalhadores de fábricas e funcionários públicos, entre outros.

No Brasil, é apontada como a primeira cooperativa de crédito, a Caixa de Economia e Empréstimos Amstad, fundada pelo padre Theodor Amstad, na cidade de Nova Petrópolis no Rio Grande do Sul, no ano de 1902 e continua em funcionamento

com a denominação SICREDI Pioneira RS (PINHEIRO, 2008; GERHARD, 2016; SOUTO, 2018). Souto (2018) aponta que com a expedição da Lei nº 4.595/1964, responsável por uma reforma no sistema bancário, as cooperativas de crédito passaram por um período de retrocesso em sua evolução, visto a imposição de algumas restrições ao funcionamento dessas cooperativas. Para Gerhard (2016, p. 23), a Lei da Reforma Bancária “trouxe uma definição mais precisa sobre o funcionamento e fiscalização das cooperativas de crédito, que ficaram sob a responsabilidade do BACEN”. Como consequência, cooperativas que se inspiravam em sistemas Luzzatti foram seriamente prejudicadas, muitas vezes com o fechamento da cooperativa (ARAÚJO, 2011). Já as cooperativas que seguiam o modelo de Caixas Rurais tiveram crescimento no período, até o golpe militar sofrido em 1964 e a pressão feita pelos banqueiros sobre o governo para eliminação das cooperativas (RICCIARDI, 1990).

Pinheiro (2008) destaca que a Lei nº 4.594/1964 transferiu as atribuições de autorização de funcionamento, fiscalização e normatização das cooperativas de crédito que antes pertenciam ao Ministério da Agricultura para o Banco Central do Brasil. Com essa mudança, foram instituídas diversas resoluções que buscam disciplinar o segmento, das quais podem ser destacadas:

- Resolução BACEN nº 11/1965 passou a dividir em duas submodalidades as cooperativas de crédito, a partir de sua constituição, sendo elas: crédito de produção rural ou formada por empregados de empresas públicas ou privadas;
- Resolução BACEN nº 15/1966 permitiu as cooperativas de crédito a captação de recursos em forma de depósitos à vista feitos por seus associados;
- Resolução BACEN nº 27/1966 modificou a Resolução BACEN nº 15/1966 determinando que os depósitos só poderiam ser feitos por “associados pessoas físicas, funcionários da própria cooperativa e de instituições de caridade, religiosas, científicas, educativas e culturais, beneficentes ou recreativas, das quais participassem apenas associados ou funcionários da própria cooperativa” (PINHEIRO, 2008 p. 39); e

- Resolução BACEN nº 99/1968 autorizou as cooperativas de crédito rural a ter como associados pessoas físicas e jurídicas que atuassem na área de ação da cooperativa desempenhando as atividades agrícola, pecuária ou extrativista e concedendo empréstimos por meio de cédulas de crédito, notas promissórias e duplicatas rurais.

Contudo, foi a Lei nº 5.764/1971, conhecida como a Lei Cooperativa, a responsável por instituir o regime jurídico vigente das sociedades cooperativas e mantém a fiscalização e controle das cooperativas de crédito sob a responsabilidade do Banco Central do Brasil (PINHEIRO, 2008). Além disso, determina as políticas de constituição do Capital Social e da composição do quadro social, da formação dos Fundos de Reserva, de Capital e do Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES), regulamenta existência e responsabilidades da Assembleia Geral de Associados e dos órgãos de governança (conselhos de administração e fiscal e diretorias executivas), trata da exigência de cobertura por parte dos associados das perdas decorrentes dos exercícios sociais encerrados, além de dar outras providências sobre diversos assuntos (LEI Nº 5.764, 1997).

Após a Lei Cooperativa, Pinheiro (2008) elenca resoluções que impulsionaram o crescimento do segmento cooperativista de crédito no país, tais como:

- Resolução BACEN nº 2.193/1995 permitiu a criação de bancos cooperativos, sendo esses bancos comerciais controlados por sociedades cooperativas;
- Resolução BACEN nº 2.608/1999 responsável pela atribuição do papel de supervisionar o funcionamento e realizar auditoria nas cooperativas filiadas por parte das cooperativas centrais e estabelecimento dos limites mínimos do patrimônio líquido ajustado;
- Resolução BACEN nº 2.788/2000 permitindo as sociedades cooperativas constituírem bancos múltiplos cooperativos;
- Resolução nº 3.058/2002 permitindo a constituição de cooperativas de crédito formadas por empresários, microempresários e microempreendedores, sejam os negócios de natureza industrial, comercial ou prestação de serviços;

- Resolução BACEN nº 3.106/2003 permite a constituição e funcionamento das cooperativas de crédito de livre admissão;
- Resolução BACEN nº 3.156/2003 institui que as cooperativas de crédito podem contratar correspondentes no país, seguindo condições que estão especificadas na resolução;
- Resolução BACEN nº 3.226/2004 dispõe sobre os serviços de compensação de cheques e os acessos aos sistemas de liquidação de pagamento e de transferências interbancárias entre as cooperativas de crédito e os bancos comerciais e múltiplos;
- Resolução BACEN nº 3.309/2005 estabelece que os funcionários das cooperativas devem ser devidamente certificados para suas funções e autoriza a atuarem em distribuição de cotas de fundos de investimentos abertos;
- Resolução BACEN nº 3.442/2007 revogou a Resolução nº 3.106/2003 ampliando as condições necessárias para instalação das cooperativas de crédito de livre admissão;
- Resolução BACEN nº 4.434/2015 dispõe sobre a constituição, a autorização e o cancelamento da autorização de funcionamento, o próprio funcionamento, as alterações estatutárias e de dar outras providências sobre as cooperativas de crédito.

O Banco Central do Brasil, através do relatório Panorama do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo com data-base dezembro/2017, demonstra o desempenho das cooperativas de crédito brasileiras no ano de 2017. Contando com 967 cooperativas de crédito singulares ou de 1º grau, 35 cooperativas centrais, federações de cooperativa ou de 2º grau, quatro confederações de cooperativas centrais ou de 3º grau, dois bancos cooperativos e suas coligadas e uma confederação nacional de auditoria cooperativa. O segmento apresenta crescimento de 8% no número de cooperados, levando a atingir a quantidade de aproximadamente 9,6 milhões novos cooperados, quando comparado com 2016. Em contrapartida, a quantidade de agências sofreu uma redução em 2017, com um total de 53 cooperativas singulares a menos do que em 2016, e aproximadamente 47 delas deixaram de funcionar motivadas por incorporações. No quadro 1, são apresentados os indicadores que

demonstram a evolução das cooperativas de crédito e sua participação, em percentual, dentro do Sistema Financeiro Nacional no período de 2014 a 2017.

Quadro 1: Evolução da participação das cooperativas de crédito no Sistema Financeiro Nacional (em bilhões de reais)

	2014		2015		2016		2017	
	Valor Global ³	Percentual da participação ⁴	Valor Global	Percentual da participação	Valor Global	Percentual da participação	Valor Global	Percentual da participação
Ativo Total	110,6 bi	1,49%	130,5 bi	1,58%	154,2 bi	1,87%	178,5 bi	2,15%
Carteira de Crédito	67,7 bi	2,04%	76,0 bi	2,09%	83,6 bi	2,42%	95,9 bi	2,81%
Depósitos Totais	61,4 bi	3,11%	74,2 bi	3,55%	91,0 bi	4,26%	105,6 bi	4,50%
Patrimônio de Referência (PR)	23,5 bi	2,93%	28,8 bi	3,50%	33,1 bi	3,87%	38,2 bi	4,24%

Fonte: Panorama do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo – data-base: dezembro/2017.

Em 2014, o Ativo Total, formado principalmente pelas operações de crédito, centralização financeira e títulos e valores mobiliários (TVM's) das cooperativas de crédito do país representavam 1,49% do SFN, correspondendo a R\$110,6 bilhões, com o crescimento de 38% no decorrer do período, o do Ativo Total atingiu a marca de R\$ 178,5 bilhões em 2017, que corresponde a 2,15% do SFN. A Carteira de Crédito das cooperativas apresentou crescimento de 29,4% no período, composta por operações de crédito de diversas modalidades para pessoas físicas e jurídicas representava R\$ 67,7 bilhões em 2014 e chegou a R\$ 95,9 bilhões em 2017, respectivamente 2,04% e 2,81%. É divulgado no relatório a evolução nas operações de crédito onde pode ser visto um crescimento de aproximadamente 15% em novas operações (em 2016 esse aumento foi de 10%), já a inadimplência caiu de 4,0% (em 2016) para 3,5% (em 2017).

Os Depósitos Totais, representados pela soma de depósitos à vista e a prazo dos associados nas cooperativas, constituem a principal fonte de captação de recursos para realização das operações de crédito, cresceram aproximadamente 42% no período de 2014 a 2017, o maior aumento se deu entre 2015 e 2016, quando o volume de depósitos subiu 18,5%, encerrando 2016 com R\$ 91 bilhões em Depósitos Totais (equivalente a 4,26%) e em 2017, os associados depositaram R\$ 105,6 bilhões, valor que equivale a 4,50% do SFN. Já o Patrimônio de Referência (PR), instrumento

³ Participação das cooperativas de crédito no Sistema Financeiro Nacional (SFN) em moeda corrente.

⁴ Percentual da participação das cooperativas de crédito no Sistema Financeiro Nacional (SFN).

de verificação de cumprimento dos limites operacionais das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, cresceu no período 38,5%, passando de R\$ 23,5 bilhões em 2014 para R\$ 38,2 bilhões em 2017, valores que em percentual e dentro do SFN representam 2,93% e 4,24%, respectivamente.

2.2 As cooperativas de crédito e sua representação

Para Santos (2007), as cooperativas são associações de pessoas autônomas que se unem voluntariamente, buscando satisfazer suas necessidades econômicas, sociais e culturais comuns, através de empresa de propriedade conjunta e com gestão democrática. O cooperativismo é definido como uma filosofia de vida para a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) na qual é buscado uma transformação do mundo em um lugar com mais justiça, equilíbrio e com as melhores oportunidades para todos os envolvidos, unindo sempre no desenvolvimento social e econômico, na produção com sustentabilidade e focando tanto no individual quanto no coletivo. A OCB elenca os sete princípios do cooperativismo que seriam:

- a. Adesão livre e voluntária;
- b. Gestão democrática;
- c. Participação econômica dos membros;
- d. Autonomia e independência;
- e. Educação, formação e informação;
- f. Intercooperação; e
- g. Interesse pela comunidade.

Cooperativas de crédito são, conforme a Lei 5.764 (BRASIL, 1971, art. 4º), “sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas a falência, constituídas para prestar serviços aos associados”. Na referida lei são elencadas características que as distinguem das demais entidades financeiras e econômicas, como a adesão voluntária, capital social representado por quotas partes que não podem ser disponibilizados a terceiros que sejam estranhos à cooperativa, singularidade de voto, quórum mínimo para o funcionamento e as deliberações da Assembleia Geral, retorno das sobras líquidas do exercício com rateio proporcional às operações que foram realizadas pelos associados, constituição de fundo de reserva

voltado para assistência técnica, educacional e social com os associados (FATES) e admissão de associados pertencentes aos segmento de atuação da cooperativa definido no estatuto social.

Para as cooperativas de crédito, além do uso obrigatório da expressão “cooperativa” é vedado o uso da denominação “banco” (Lei 5.764, 1971, art. 5º). Tosini e Bastos (2008) complementam que as cooperativas de crédito por pertencerem ao setor financeiro, estão expostas ao risco sistêmico, que pode levar a instituição a quebrar e enfraquecer o sistema que está integrado, reforçam que as cooperativas são organizações associativas que não se enquadram no mercado acionário e nem sofrem investigações de investidores. Sousa Neto e Reis (2015) apresentam as cooperativas de crédito como instituições financeiras não bancárias que se constituem pela vontade dos associados que formam seu capital social com investimentos de seus recursos, buscando seu crescimento contínuo. Já para Trindade (2013) as cooperativas de crédito são motivadas pela ajuda mútua e pela melhor gestão dos recursos financeiros dos associados e seu objetivo é a prestação de serviços de natureza bancária de qualidade e ofertas de crédito mais acessíveis aos associados, sejam eles da área urbana ou rural.

Gerhard (2016) segmenta as cooperativas de crédito pelas operações praticadas com base na Resolução BACEN nº 4.434/2015 em: cooperativa de crédito plena (que pode praticar todas as operações); cooperativa de crédito clássica (que não pode ter moeda estrangeira, operar com variação cambial nem derivativos); e cooperativa de crédito de capital e empréstimos (que não pode captar recursos ou depósitos, sendo seu financiamento apenas o capital próprio integralizado pelos associados). A resolução ainda dispôs sobre a constituição, a autorização para funcionamento, o funcionamento, as alterações estatutárias e o cancelamento de autorização para funcionamento das cooperativas de crédito.

Vasconcelos *et al.* (2017) acrescentam as cooperativas de crédito reverterem as relações comerciais entre os cooperados e a cooperativa em valor agregado que influenciam no seu crescimento. Para Meinen e Port (2014) o crescimento financeiro e econômico das cooperativas de crédito geram as condições para expandir sua área de atuação e para aumento dos portfólios de produtos e serviços para seus cooperados. Lembra Bressan *et al.* (2011) que os produtos financeiros das

cooperativas de crédito são oferecidos a custos e taxas mais baixos que os praticados pelas demais instituições financeiras pertencentes ao sistema bancário, gerando um diferencial competitivo.

Para o Sebrae (2011), nas sociedades cooperativas, os associados são donos com as funções de administrar e usuários com a intenção de utilizar os serviços fornecidos pelas cooperativas. Corroborando Vasconcelos *et al.* (2017) ao afirmar que as cooperativas de crédito são instituições financeiras com o intuito da prestação de serviços financeiros, formação da poupança e ofertando crédito para atender as necessidades ou financiar empreendimentos dos cooperados. Vedovatto (2009) expõe que um dos diferenciais das cooperativas de crédito está na participação efetiva nas tomadas de decisão por parte do seu quadro social, onde cada associado possui o direito ao voto de forma igualitária, sendo inclusive utilizada a expressão “um sócio = um voto”.

Segundo Cruzio (2000), as cooperativas devem estar abertas a todos, desde que aquele que se associar aceite suas responsabilidades como sócio, são associações democráticas, onde esses sócios participam ativamente do estabelecimento das políticas e das tomadas de decisão através dos órgãos de governança. Gerhard (2016) destaca que o cooperativismo de crédito vem adotando padrões de governança com a finalidade de reduzir problemas como os conflitos de interesses de pessoas particulares, principalmente os ocupantes dos cargos de gestão na cooperativa que podem tomar decisões voltadas ao próprio interesse. Ofertando assim, aos associados, mais confiança sobre a longevidade e perenidade das cooperativas, além atrair o capital de melhor qualidade e com custo mais baixo e alavancar seu crescimento de forma mais sustentável (VENTURA, 2009).

De acordo com Vedovatto (2009), a Assembleia Geral é apresentada como o órgão máximo de governança das cooperativas de crédito, constituído por todos os associados. Siqueira (2011) a Assembleia Geral é responsável por delegar ao conselho de administração o direito de controle e poderes para tomar decisões frente a cooperativa, além de aprovar ou não os resultados do exercício e as decisões tomadas. No art. 26 da Resolução BACEN nº 4.434/2015 consta como funções da Assembleia Geral a abordagem de aspectos de representatividade e participação, direção estratégica, gestão executiva e fiscalização e controle, e que contemple a

aplicação dos princípios de segregação de funções na administração, remuneração dos membros dos órgãos estatutários, transparência, equidade, ética, educação cooperativista, responsabilidade corporativa e prestação de contas.

Eleito pela Assembleia Geral, o conselho de administração é segundo Siqueira (2011) o órgão responsável por definir e conduzir as funções estratégicas aplicadas na cooperativa, Gerhard (2016) conselho de administração é definido como principal na governança das cooperativas e para Tosini e Bastos (2008) são responsáveis pelo bom funcionamento dos instrumentos de controle e fiscalização, juntamente com a diretoria. Na Resolução BACEN nº 4.434/2015, em seu art. 28 são elencadas as funções do conselho de administração, entre elas:

- Fixar a orientação geral dos negócios da cooperativa de crédito;
- Indicar e destituir os diretores e fixar-lhes as atribuições, observadas as disposições contidas no estatuto;
- Fiscalizar a gestão dos diretores;
- Examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da cooperativa de crédito;
- Solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e quaisquer outros atos;
- Convocar a Assembleia Geral;
- Manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas da diretoria;
- Manifestar-se previamente sobre atos ou contratos, quando o estatuto assim o exigir;
- Autorizar, se o estatuto não dispuser em contrário, a alienação de bens do ativo não circulante e a constituição de ônus reais; e
- Escolher e destituir os auditores externos.

Contratados ou indicados pelo conselho de administração, segundo Gerhard (2016) apresenta a diretoria executiva como agente dentro da governança da cooperativa que é responsável por executar as diretrizes e estratégias que são definidas pelo conselho de administração, implementando planos operacionais para desenvolvimento das atividades nas cooperativas, gerindo e apurando os resultados do seu trabalho, expondo riscos e agindo antecipadamente corrigindo medidas para evitar desvios das metas definidas. A Lei Complementar nº 130/2009 veda que haja o exercício dos cargos de conselheiro de administração e de diretor executivo

simultaneamente. Na 1ª seção do art. 27 na Resolução BACEN nº 4.434/2015 é afirmado que os cargos de diretor executivo podem ser ocupados por associados ou não associados, desde que, esses sejam indicados pelo conselho de administração.

Já o conselho fiscal, para Tosini e Bastos (2008), é o órgão da governança que tem a responsabilidade de fiscalizar e controlar as atividades dos gestores das cooperativas com independência e imparcialidade nas suas funções de fiscalização. Corroboram Gerhard (2016) informando que o conselho fiscal executa a fiscalização e as conformidades (compliance) visando o alinhamento dos interesses da administração e dos associados da cooperativa. Siqueira (2011) considera o conselho fiscal um órgão de monitoramento, que deve acompanhar e dar apoio as atividades das auditorias. Destaca o art. 31 da Resolução BACEN nº 4.434/2015 que as funções de competência dos conselheiros fiscais são:

- Fiscalizar, por qualquer de seus membros, os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários;
- Opinar sobre as propostas dos órgãos de administração, a serem submetidas à Assembleia Geral, relativas à incorporação, à fusão ou ao desmembramento da cooperativa;
- Analisar as demonstrações contábeis elaboradas periodicamente pela cooperativa;
- Opinar sobre a regularidade das contas da administração e as demonstrações contábeis do exercício social, elaborando o respectivo parecer, que conterá, se for o caso, os votos dissidentes;
- Convocar os auditores internos e externos, sempre que preciso, para prestar informações necessárias ao desempenho de suas funções;
- Convocar Assembleia Geral, por deliberação da maioria de seus membros, sempre que ocorrerem motivos graves ou urgentes; e
- Comunicar, por meio qualquer de seus membros, aos órgãos de administração, à Assembleia Geral e ao BACEN, os erros materiais, fraudes ou crimes de que tomarem ciência, bem como a negativa da administração em fornecer-lhes informação ou documento.

As cooperativas de crédito são tratadas por Siqueira (2011) como organismos de propriedade coletiva, havendo separação entre a propriedade e a gestão e que essa característica pode influenciar o processo decisório e a relação entre os órgãos de governança. O principal, formado pelos associados, por meio da Assembleia Geral e dos conselhos de administração e fiscal concede aos agentes, que são os diretores e os gestores, o acesso a informações relevantes que os proporcionaram respaldo para tomar e executar decisões em seu nome. Com isso, há uma tendência de que os diretores ou gestores (agente) adquiram mais informações sobre o negócio que os proprietários, no caso, os associados (principal), criando situações favoráveis a eles próprios e vão em detrimento da organização, acarretando assim em assimetria informacional dentro da cooperativa.

Vasconcelos *et al.* (2017) refutam a necessidade de implementação de melhorias contínuas nas rotinas operacionais das cooperativas com averiguação periódica, objetivando a prevenção as fraudes, erros ou irregularidades que podem ocorrer na execução das atividades. Tosini e Bastos (2008) acrescentam a necessidade da redução dos riscos operacionais, sistêmicos, os ocorridos por falhas humanas e em decorrência de fraudes ou omissões dentro da equipe. Segundo Siqueira (2011), é responsabilidade dos conselhos garantir que as informações financeiras e seus sistemas de monitoramento são íntegros, incluindo o devido monitoramento sobre a gestão da cooperativa, e que cabe ao conselho fiscal, juntamente com as auditorias, o acompanhamento mais próximo desses sistemas de monitoramento visando garantir mais eficiência e independência, principalmente sobre as informações repassadas aos associados, que podem conter distorções ou ser inverídicas.

2.2.1 Instrumentos de controle e fiscalização

Com a finalidade da redução da assimetria informacional nas cooperativas de crédito, Tosini e Bastos (2008) refutam a necessidade de instrumentos de fiscalização e controle visando evitar o surgimento de comportamentos oportunistas por parte daqueles que produzem a informação e que esses instrumentos, que podem ser internos e externos, se ligam a qualidade e quantidade das informações geradas por seus produtores.

Instrumentos internos de controle são os arranjos e as dinâmicas que estão sob a alçada das cooperativas e que permitem criar ações que diminuem a possibilidade de ações indevidas, sejam elas motivadas por dolo, imperícia ou imprudência. São instrumentos que estão sob a supervisão do conselho de administração perante toda a organização. São elencados como elementos que exercem esse controle e fiscalização, os associados, o conselho fiscal, os auditores e controles internos e os empregados (TOSINI E BASTOS, 2008). Além dos citados, o relatório DGRV (2017) elenca as atividades da área de controles interno, de conformidade e de gestão de riscos, além da auditoria interna quando a cooperativa está enquadrada em segmento diferente do S5, as atividades de supervisão exercidas pela cooperativa central ou confederação de centrais ou ainda as atividades executadas pelos controles gerenciais.

Para Tosini e Bastos (2008), é necessário que, além dos instrumentos internos, existam instrumentos de controle externos com os arranjos e as dinâmicas de fora do ambiente da organização são usados para identificar e minimizar possíveis comportamentos oportunistas que podem ser praticados por seus dirigentes. Os autores citam como elementos externos que fiscalizam as cooperativas os órgãos fiscalizadores e reguladores do SFN, auditores externos, os fundos garantidores de crédito e demais agentes que possuem interesses nas cooperativas de crédito, como por exemplos, fornecedores de recursos sejam órgãos governamentais ou instituições privadas. Já consta no relatório DGRV (2017) como instrumentos de fiscalização e controle externo as auditorias cooperativa e das demonstrações financeiras, auditoria e fiscalizações realizadas pelo Banco Central do Brasil e o Fundo Garantidor de Crédito Cooperativo (FGCOOP).

É na Resolução BACEN nº 2.554/1998 que são retratadas as diretrizes para implantação e implementação do sistema de controles internos nas instituições financeiras, já através da Resolução BACEN nº 2.608/1999 as cooperativas centrais receberam do Banco Central a responsabilidade pela supervisão e monitoramento das demandas operacionais, auditoria e a capacitação técnica das cooperativas singulares filiadas. Por meio da Resolução BACEN nº 2.771/2000, foi determinado que a auditoria das demonstrações financeiras das cooperativas de crédito deve ser realizada por equipe de auditoria independente devidamente registrada na CVM e com o auxílio das equipes de auditoria e supervisão das cooperativas centrais (GERHARD, 2016).

A Resolução BACEN nº 4.434/2015 que disciplina o funcionamento das cooperativas de crédito, são regulamentadas as atividades de supervisão exercidas pelas cooperativas centrais e confederações de centrais, normatiza e regulamenta a atividade de auditoria das demonstrações financeiras realizada por auditores independentes. O Banco Central do Brasil regulamenta as atividades de gerenciamento de riscos e de capital, de auditoria interna e as políticas de conformidade (compliance) nas instituições financeiras através das resoluções nº 4.557/2017, nº 4.588/2017 e nº 4.595/2017, respectivamente. Contudo, é a Resolução BACEN nº 4.454/2017 que trata da auditoria cooperativa, que a apresenta como atividade que específica para o segmento do cooperativismo de crédito, apresenta as condições necessárias para o credenciamento dos auditores independentes junto ao BACEN e a CVM, fiscalizações dos órgãos reguladores e a abrangência da auditoria (DGRV, 2017).

2.3 Auditoria, sua aplicação e o papel do auditor

Sá (2007) apresenta a auditoria como uma técnica de exame dos registros, demonstrações e quaisquer elementos contábeis com a finalidade de expressar sua opinião, críticas e orientações. Mendes (1996) destaca que a atividade da auditoria pelos auditores não deve ter características de policiamento, julgando todos os participantes da organização como desonestos e que os seus objetivos são encontrar irregularidades e fraudes, ou que existe uma impressão que as atividades do auditor só são necessárias e úteis frente a situações que demonstrem existência de desconfianças, onde os culpados já são conhecidos e que o auditor deve apontá-los, e até condená-los. Em convergência, Rigo e Bleil (2008) citam que atuar detectando fraudes e erros não é a função dos auditores, atividades como a assessoria a administração, análise do controle interno, adequação dos processos operacionais e o fornecimento de sua opinião em parecer sobre a confiabilidade das demonstrações financeiras são exemplos de como o auditor pode atuar na organização.

Siqueira (2011) aponta a auditoria, juntamente com a governança e a contabilidade, os componentes do fluxo de informação para os participantes do mercado. A auditoria ganhou mais significância a partir da crise de 1929, onde a atividade passa a ser vista como meio de proteção para credores e investidores, por

criar padrões de formas de divulgação das demonstrações financeiras das organizações, que se tornaram obrigаторiedades para as empresas com ações negociadas em bolsas de valores.

A prestação dos serviços de auditoria tem como objetivo levar a redução da assimetria informacional e o papel do auditor é dar sua opinião sobre a relevância e a fidedignidade das informações e processos auditados. (SIQUEIRA, 2011). Tosini e Bastos (2008) corroboram ao afirmar que essa atividade reduz a assimetria ao confrontar a veracidade dos dados nos relatórios gerenciais e econômico-financeiros produzidos pela organização. Apresentar as informações solicitadas pelos auditores de forma tempestiva, clara e com eficiência é oferecer a matéria-prima para o desenvolvimento do seu trabalho e manter o bom fluxo dessa informação está relacionado também ao grau de confiança que os auditores conquistam junto ao corpo gerencial da organização (MENDES, 1996).

Para demonstrar quão significativo os auditores são para o sistema de monitoramento das organizações, Siqueira (2011, p. 44) os aponta como parte essencial da governança corporativa, visto sua função de monitorar a “qualidade do processo de divulgação das informações financeiras”. Segundo Tosini e Bastos (2008, p. 13) a auditoria contribui na “mitigação do risco operacional, também conhecido como risco de processo – riscos de falhas humanas, defeito de equipamento ou processo e risco de fraude e/ou omissão”. Já Siqueira (2011) aponta que o exercício da auditoria promove maior garantia as informações, ajuda nas tomadas de decisão, leva a redução dos erros e adverte quanto as fraudes e manipulações de informação, além de necessários para minimizar os litígios.

Siqueira (2011) lembra que, no segmento das cooperativas de crédito, conforme determina o art. 45 da Resolução BACEN nº 4.434/2015, há obrigаторiedade da divulgação das demonstrações financeira e elas devem estar acompanhadas de parecer expedido por auditor externo independente, igualmente as demais instituições do SFN, que atestará a situação econômico-financeira registrada nos demonstrativos condiz com a realidade da cooperativa. Da mesma forma, o controle interno deve ser revisado e avaliado pelos auditores externos em seus trabalhos, gerando a partir dos seus achados o relatório de recomendações de melhorias e aperfeiçoamento dos controles internos. A auditoria externa proporciona aos associados maior

confiabilidade no processo decisório frente aos resultados do seu trabalho, seja quanto à análise, assessoria ou elaboração dos pareceres sobre as atividades administrativas.

A auditoria interna é parte integrante das funções de monitoramento da cooperativa, com responsabilidades de avaliar a adequação do controle interno, as normas e procedimentos definidos pelos gestores, juntamente com o conselho fiscal, é responsável pela fiscalização dos sistemas de monitoramento e pelos ativos da cooperativa, resguardando-os em transações abusivas por partes relacionadas (SIQUEIRA, 2011). Para Tosini e Bastos (2008), as auditorias devem prestar contas de suas atividades aos conselhos de administração e fiscal, sendo que, os conselheiros fiscais podem utilizar os resultados dos trabalhos dos auditores como fonte de informação e base para parecer do conselho fiscal sobre as atividades dos gestores, gerando assim uma colaboração mútua entre conselho fiscal e auditoria.

De acordo com Vasconcelos *et al.* (2017 p. 116),

a auditoria interna atua assessorando a administração com recomendações e metodologias corretivas e preventivas à exposição aos diversos riscos, principalmente aqueles voltados para a avaliação do cumprimento de regulamentos, instruções e políticas definidas pelos órgãos de gestão da cooperativa.

Segundo os autores, além do papel de assessoria e de oferecer recomendações sobre a exposição ao risco aos administradores e gestores, o auditor interno deve apresentar padrões mínimos para identificação, avaliação e controle do risco.

2.3.1 A Resolução BACEN nº 4.588/2017 e auditoria interna em instituições financeiras.

Tosini e Bastos (2008) apresentam a auditoria interna como instrumento de fiscalização e controle, que precisa de independência, preferencialmente firmado em normas, além da necessidade do estabelecimento de regras e procedimentos para dar mais garantia a qualidade dos trabalhos realizados. Os autores recomendam que a auditoria interna esteja subordinada ao conselho de administração, e que sua contratação seja de responsabilidade do órgão, que os relatórios produzidos pela

auditoria interna estejam disponíveis para os conselheiros de administração e fiscais e para diretoria executiva e gestores, além de refutar a necessidade da expedição de normas que assegurem independência da auditoria interna.

Com a adoção da Resolução BACEN nº 4.454/2015 que institui a criação da auditoria cooperativa, foi necessário uma reformulação na atividade da auditoria interna para o segmento das cooperativas de crédito e em decorrência desse processos, foi instituída a Resolução BACEN nº 4.588/2017 que dispõe sobre a atividade de auditoria interna nas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

O art. 1º da Resolução BACEN nº 4.588/2017 determina que a auditoria interna deve ser exercida em instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, sendo que, em seu parágrafo único, fica determinado quais instituições estão desobrigadas do exercício da atividade da auditoria interna, e é apresentado no inciso II que “às cooperativas de crédito enquadradas no Segmento 5 (S5), conforme definido na regulamentação em vigor, integrantes de sistemas de dois ou de três níveis”.

Conforme relatório do DGRV (2017), estão obrigadas a implementação da auditoria interna cerca de 269 cooperativas de crédito, sendo 76 cooperativas de crédito singulares enquadradas no Segmento S4 e 193 cooperativas de crédito singulares não integrantes de sistemas de dois ou três níveis. Vale destacar que as cooperativas de crédito não vinculadas a sistemas cooperativos, assumem as atribuições que constam na resolução e podem desenvolver as atividades de supervisão realizados pelas centrais e realizar o acompanhamento dos trabalhos e as soluções de inconsistências e situações identificadas pela auditoria cooperativa e auditoria das demonstrações financeiras.

Constam no relatório DGRV (2017) e no parágrafo único do art. 2º da Resolução BACEN nº 4.588/2018 que para o desenvolvimento da atividade de auditoria interna na cooperativa é fundamental que se possua independência, autonomia e imparcialidade quanto a qualidade dos procedimentos e nos processos de controle interno, gestão de riscos e governança na cooperativa de crédito.

São apontados com executores da auditoria interna (DGRV, 2017):

- A própria unidade (através do quadro funcional);
- Auditor independente com registro na CVM, desde que, não seja responsável pelas auditorias cooperativa e das demonstrações financeiras;
- A cooperativa central ou confederação de central na qual é filiada; e
- Entidade de classe de outras instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN.

A Resolução BACEN nº 4.588/2017 apresenta como escopo da atividade da auditoria interna todas as funções da instituição, incluindo operações com terceirizadas. Quanto ao desempenho das atividades da auditoria interna, o art. 12 da referida resolução aponta como necessário avaliar:

- A efetividade e a eficiência dos sistemas e processos de controles internos, de gerenciamento de riscos e de governança corporativa, considerando os riscos atuais e potenciais riscos futuros;
- A confiabilidade, a efetividade e a integridade dos processos e sistemas de informações gerenciais;
- A observância ao arcabouço legal, à regulamentação infralegal, às recomendações dos organismos reguladores e aos códigos de conduta internos aplicáveis aos membros do quadro funcional da instituição;
- A salvaguarda dos ativos e as atividades relacionadas à função financeira da instituição; e
- As atividades, os sistemas e os processos recomendados ou determinados pelo Banco Central, no exercício de suas atribuições de supervisão.

Já o art. 13 da resolução trata da estrutura de gerenciamento de riscos e à estrutura de gerenciamento de capital, para essa atividade o escopo da auditoria interna deve contemplar a avaliação da adequação e da efetividade, no mínimo:

- Das políticas e das estratégias para o gerenciamento dos riscos de crédito, de mercado, de variação das taxas de juros para os instrumentos classificados na carteira bancária (IRRBB), operacional, de liquidez, socioambiental e demais riscos relevantes;

- Dos sistemas, das rotinas e dos procedimentos para o gerenciamento de riscos;
- Dos modelos para o gerenciamento de riscos, considerando as premissas, as metodologias utilizadas e o seu desempenho;
- Do capital mantido pela instituição para fazer face aos riscos a que está exposta;
- Do planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da instituição; e
- De outros aspectos sujeitos à avaliação da auditoria interna por determinação da legislação em vigor e da regulamentação emanada do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil.

Através do art. 14 da Resolução BACEN nº 4.588/2017 ainda autoriza o Banco Central do Brasil a inclusão de trabalhos no escopo da auditoria interna, a execução de trabalhos específicos e a adoção de medidas com vistas ao aperfeiçoamento dos processos de auditoria interna.

A auditoria interna deve ter regulamento específico aprovando sua atividade pelo conselho de administração da cooperativa de crédito e pela Assembleia Geral dos associados. E deve constar nesse regulamento uma previsão do escopo, a posição da unidade na estrutura organizacional, as atribuições e responsabilidades, além da obrigatoriedade, a forma e os componentes organizacionais da unidade. Deve também determinar a forma como os auditores internos devem comunicar os resultados do desempenho de suas funções (DGRV, 2017).

Dos achados da auditoria interna são elaborados o plano anual e o relatório anual de auditoria interna, e cada peça tem sua finalidade, e ambos devem ser aprovados pelo conselho de administração da cooperativa de crédito. O plano anual de auditoria interna deve conter a estratégia de comunicação e coordenação com os coordenadores responsáveis pela auditoria cooperativa e das demonstrações financeiras. Já o relatório anual de auditoria interna deve conter os resultados dos trabalhos, as conclusões, recomendações e providências tomadas pela administração da cooperativa de crédito (DGRV, 2017).

2.3.2 Adoção da Resolução BACEN nº 4.454/2015 – A prática da auditoria cooperativa nas cooperativas de crédito.

Levados pelo crescimento do segmento cooperativista de crédito e pela abertura e evolução dos produtos e serviços prestados pelas agências “cooperativas de crédito singulares” para a população em geral. O Banco Central do Brasil viu a necessidade da criação de um modelo de auditoria mais específico para essas entidades. Segundo relatório do DGRV (2017), o Banco Central iniciou um trabalho de construção do modelo de auditoria cooperativa em 2014 junto com entidades do segmento com a finalidade de fortalecer a estrutura de controle e dar maior sustentabilidade as cooperativas. A auditoria cooperativa foi instituída através da Resolução BACEN nº 4.454/2015 e pode ser executada por Entidades de Auditoria Cooperativa ou por empresa de auditoria independente, desde que devidamente registradas na CVM e credenciadas pelo BACEN.

Da promulgação da Resolução BACEN nº 4.454/2015 até o final do exercício 2017, DGRV (2017) informa que as confederações de centrais de cooperativas, centrais de cooperativas de crédito, cooperativas singulares de crédito classificadas como plenas, cooperativas singulares de crédito classificadas como clássicas e integrantes de sistemas cooperativos organizados em três níveis já implantaram a auditoria cooperativa juntamente com as outras formas de auditoria (externa e interna, quando aplicável), além das demais formas de auditoria (do BACEN e os meios de supervisão do sistema que são integrante). E até o final do exercício 2018, a auditoria cooperativa será obrigatória as demais cooperativas de crédito, inclusive da modalidade capital e empréstimo.

Com periodicidade mínima anual ou período inferior quando solicitado pelo Banco Central do Brasil, a auditoria cooperativa é deve ser executada por empresa de auditoria independente devidamente registrada na CVM ou por Entidade de Auditoria Cooperativa, sendo está constituída como cooperativa de terceiro nível e que se destina exclusivamente a prestação de serviços de auditoria. A Resolução BACEN nº 4.454/2017 determina que para exercício da auditoria cooperativa é necessário que as empresas de auditoria independente ou EAC esteja devidamente credenciada no BACEN e apresentam os requisitos mínimos para efetivação desse credenciamento que são:

I - Existência de estrutura operacional e administrativa compatível com a atividade a ser desempenhada, inclusive no que se refere ao escopo, à área geográfica de atuação e à quantidade de cooperativas e confederações auditadas;

II - Designação de responsável técnico pelas atividades de auditoria cooperativa;

III - Comprovação, por diretores, gerentes e responsáveis técnicos:

a) De conhecimentos técnicos específicos relativos ao segmento cooperativista, com ênfase em tópicos relativos a operações realizadas por cooperativas de crédito, análise do desempenho operacional e da situação econômico-financeira, governança corporativa, controles internos, gerenciamento de riscos, regulação financeira, relacionamento com clientes e usuários de produtos e serviços financeiros e prevenção da lavagem de dinheiro e do financiamento do terrorismo; e

b) De reputação ilibada; e

IV - Previsão em estatutos e regimentos internos de:

a) Critérios de governança que resguardec e garantam a autonomia técnica das equipes de auditoria;

b) Substituição periódica de todos os membros, com função de gerência, da equipe envolvida na auditoria de cada cooperativa, após a emissão de relatórios relativos a, no máximo, cinco exercícios sociais completos; e

c) Obrigatoriedade de participação em programa de educação continuada, aplicável aos membros da equipe de auditoria, que possua, no mínimo, carga horária de quarenta horas anuais, com preponderância nos conhecimentos técnicos mencionados no inciso III, alínea "a".

Se observado e constatada inobservância dos requisitos mínimos estabelecidos, o Banco Central poderá cancelar a qualquer momento o credenciamento da executora do serviço de auditoria e as atividades de auditoria cooperativa feitas pela entidade poderão ser consideradas sem efeito.

Quanto a atividade da auditoria cooperativa, a abrangência da avaliação da instituição objeto da auditoria foca nos pontos destacados pela Resolução BACEN nº 4.454/2015:

I - À adequação do desempenho operacional e da situação econômico-financeira;

II - À adequação e aderência das políticas institucionais;

III - À formação, à capacitação e à remuneração compatíveis com as atribuições e cargos; e

IV - Ao atendimento aos dispositivos legais e regulamentares, inclusive no que se refere:

a) À adequação dos limites operacionais e dos requerimentos de capital;

b) Às regras e práticas de governança e controles internos;

c) À adequação da gestão de riscos e de capital;

d) À prevenção da lavagem de dinheiro e do financiamento do terrorismo;

e) Ao crédito rural e ao Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro) aplicáveis às instituições financeiras que operam no Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR); e

f) Ao relacionamento com clientes e usuários de produtos e serviços financeiros.

A Resolução BACEN nº 4.454/2015 determina que escopo da atividade da auditoria cooperativa deve levar em consideração conforme apresenta o art. 4º da referida resolução:

a) A complexidade das operações e o porte da cooperativa;

b) A avaliação preliminar de riscos;

c) A adequação da situação econômico-financeira;

d) A exposição da cooperativa a riscos decorrentes de suas operações com outras entidades, inclusive fundos exclusivos e fundos em que haja retenção substancial de riscos ou de benefícios; e

e) Os resultados de auditorias anteriormente realizadas.

O art. 6º da resolução prevê que o Banco Central do Brasil pode solicitar quando julgar necessário a revisão ou esclarecimentos dos trabalhos de auditoria

cooperativa sem prejuízo a legislação e a regulamentação, onde a cooperativa de crédito auditada deve prestar informações e esclarecimentos adicionais, realizar exames complementares ou revisar todo o trabalho executado, sendo que, no caso da revisão o Banco Central do Brasil determinará se a própria executora realizará novamente o trabalho ou se outra empresa de auditoria independente ou EAC fará o trabalho. E informa que todos os custos da revisão serão custeados pela cooperativa de crédito auditada.

Acesso integral e irrestrito aos papéis de trabalho e documentos produzidos e utilizados pela executora da auditoria cooperativa e comunicação por parte da executora às confederações e centrais de cooperativa, além dos conselhos de administração e fiscal de fato materialmente relevantes como irregularidades, deficiências ou situações de exposição anormal a riscos; descumprimento da regulamentação ou da legislação vigente; e descumprimento de regras do sistema cooperativo a que a cooperativa de crédito esteja filiada. Essa comunicação deve ser feita no prazo máximo de 10 (dez) dias contados a partir da data de emissão do relatório da atividade de auditoria cooperativa, assim é apontado no art. 7º da resolução.

A Resolução BACEN nº 4.454/2015 em seu art. 9º informa que a atividade da auditoria cooperativa pode ser desempenhada em cooperativas de crédito que possuem vínculo societário em Entidades de Auditoria Cooperativa, desde que essa participação não ultrapasse 20% do seu patrimônio.

Os entregáveis da atividade da auditoria cooperativa conforme o art. 11 da referida resolução são:

- A programação anual detalhada das atividades de auditoria cooperativa que serão realizadas durante o ano seguinte;
- O relatório geral das atividades de auditoria cooperativa, contendo as atividades planejadas, a descrição das ações de auditoria efetivamente realizadas no ano e a avaliação crítica dos resultados alcançados; e
- Os relatórios específicos dos trabalhos de auditoria cooperativa, compreendendo, pelo menos, o planejamento dos trabalhos, a análise dos processos ou atividades, a avaliação dos controles internos, as amostras

definidas e os testes realizados, as fragilidades identificadas, os achados de auditoria e as recomendações registradas.

3 METODOLOGIA

O estudo pretende analisar a aderência dos relatórios de auditoria cooperativa emitidos no exercício 2017 à Resolução BACEN nº 4.454/2015 e Circular BACEN nº 3.779/2016, esses relatórios foram elaborados por Entidade de Auditoria Cooperativa após realização dos trabalhos da auditoria nas cooperativas integrantes de um sistema cooperativista de crédito do Nordeste composto por 14 cooperativas, sendo uma central de cooperativa de crédito e 13 cooperativas singulares filiadas a esta central.

Classificando a pesquisa, quanto aos objetivos, como descritiva visando comparar os dados coletados (RAUPP E BEUREN, 2006) e como exploratório, com análise de experiências práticas (GIL, 2009), representados no caso pela análise dos relatórios comparando-os com a Resolução BACEN nº 4.454/2015 para criação de índice de aderência da auditoria cooperativa. Como parâmetro para encontrar o grau de aderência dos relatórios foram selecionados 15 itens contidos nas instruções normativas e que são requisitos necessários para compor os relatórios produzidos pelos auditores, possibilitando definir o grau de aderência desses relatórios à Resolução BACEN nº 4.454/2015.

Os quatro primeiros itens pretendem criar um perfil para o relatório de auditoria cooperativa coletando informações sobre o nível da cooperativa, quem executou o serviço de auditoria cooperativa e se a entidade possui credenciamento com o BACEN para execução da atividade e qual a data-base para a auditoria cooperativa como pode ser observado no quadro 2.

Quadro 2: Perfil do relatório - características da cooperativa, executora da auditoria e data-base do relatório

	Possíveis respostas		
1º Item – Nível da Cooperativa	1º Nível ou Cooperativa Singular	2º Nível ou Central de Cooperativas	3º Nível ou Confederação de Centrais
2º Item – Entidade executora da auditoria cooperativa	Entidade de Auditoria Cooperativa (EAC)		Empresa de Auditoria Independente registrada na CVM
3º Item – Credenciamento da executora da auditoria cooperativa no Banco Central do Brasil (BACEN)	Credenciada		Não credenciada
4º Item – Data-base dos relatórios de auditoria cooperativa	Durante o exercício 2017		

Fonte: Elaboração própria (2018).

Para construção do índice de aderência da auditoria cooperativa foram elencados os demais itens extraídos das instruções normativas. Com os itens selecionados, foi observado a existência das informações abordadas por cada um nos relatórios produzidos pelos auditores. Para os itens que constavam nos relatórios foi atribuído a condição de “aborda” e citados os meios utilizados pelos auditores para validar ou conciliar as informações prestadas pela cooperativa. Para os itens que não constavam nos relatórios foi atribuído a condição de “não aborda”. Nessa primeira análise, de natureza qualitativo, analisa os dados de forma mais profunda e detalhada (LAKATOS E MARCONI, 2004). O quadro 3 aborda os itens considerados na elaboração do índice de aderência da auditoria cooperativa.

Quadro 3: Relação de itens considerados para elaboração do índice de aderência da auditoria cooperativa (continua)

Item	Descrição do Item	Base legal	Repr ⁵
5	Vínculo societário entre a EAC e a cooperativa auditada:	Art. 9º	1
I	Participações diretas ou indiretas da cooperativa auditada limitadas a 20% (vinte por cento) do patrimônio da EAC; e		
II	Ausência de vínculo entre membro de órgão estatutário, empregado ou prestador de serviço da cooperativa auditada e a EAC.		
6	Frequência mínima da realização dos trabalhos de auditoria cooperativa anual ou em período inferior, caso requisitado pelo Banco Central do Brasil.	Art. 1º	1
7	Critérios utilizados para definição do escopo da auditoria cooperativa:	Art. 4º	2
I	Complexidade das operações e o porte da cooperativa;		
II	Avaliação preliminar de riscos;		
III	Adequação da situação econômico-financeira; e		
IV	Exposição da cooperativa a riscos decorrentes de suas operações com outras entidades, inclusive fundos exclusivos e fundos em que haja retenção substancial de riscos ou de benefícios.		
8	Ressalta que considera os resultados de auditorias anteriormente realizadas.	Art. 4º	1
9	Referência as cláusulas contratuais que preveem:	Art. 7º	1
I	Acesso integral e irrestrito do Banco Central do Brasil aos papéis de trabalho e aos demais documentos produzidos e utilizados na execução do serviço de auditoria cooperativa, bem como no processo de revisão de que trata o art. 5º, inclusive por meio de fornecimento de cópia;		
II	Comunicação por parte da executora do serviço de auditoria cooperativa ao Banco Central do Brasil, às respectivas confederações e, no caso de cooperativas singulares, também às cooperativas centrais de crédito a que sejam filiadas, além dos conselhos fiscais e de administração das entidades auditadas, dos fatos materialmente relevantes observados no processo de auditoria cooperativa, tais como:		
a.	<i>Irregularidades, deficiências ou situações de exposição anormal a riscos;</i>		
b.	<i>Descumprimento da regulamentação ou da legislação vigente; e</i>		
c.	<i>Descumprimento de regras do sistema cooperativo a que a cooperativa de crédito esteja filiada.</i>		

⁵ Representatividade do item

(conclusão)

10	Ciência da necessidade da permanência com os relatórios de auditoria cooperativa pelo prazo mínimo de cinco anos caso solicitações do Banco Central do Brasil, Central das Cooperativas ou Confederação a que esteja filiada.	Art. 7º	1
11	Escopo definido abordando a Circ. BACEN nº 3.799/2016:	Art. 1º Circ.	4
I	Em relação à adequação do desempenho operacional e da situação econômico-financeira;		
II	Em relação à adequação e à aderência das políticas institucionais;		
III	Em relação à formação, à capacitação e à remuneração compatíveis com as atribuições e cargos;		
IV	Em relação à adequação dos limites operacionais e dos requerimentos de capital, atendimento aos requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência (PR), limites de exposição por cliente e outros limites operacionais;		
V	Em relação às regras e práticas de governança e controles internos;		
VI	Em relação à adequação da gestão de riscos e de capital;		
VII	Em relação à prevenção da lavagem de dinheiro e do financiamento do terrorismo (PLD/FT);		
VIII	Em relação ao crédito rural e ao Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro), aplicáveis às instituições financeiras que operam no Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR); e		
IX	Em relação ao relacionamento com clientes e usuários de produtos e serviços financeiros.		
12	Resultado das avaliações e conclusão da auditoria cooperativa.	Art. 2º Circ.	1
13	Compõem o portfólio de relatórios entregues pela executora da auditoria cooperativa:	Art. 11º	1
I	Programação anual detalhada das atividades de auditoria cooperativa que serão realizadas durante o ano seguinte;		
II	Relatório geral das atividades de auditoria cooperativa, contendo as atividades planejadas, a descrição das ações de auditoria efetivamente realizadas no ano e a avaliação crítica dos resultados alcançados; e		
III	Relatórios específicos dos trabalhos de auditoria cooperativa, compreendendo, pelo menos, o planejamento dos trabalhos, a análise dos processos ou atividades, a avaliação dos controles internos, as amostras definidas e os testes realizados, as fragilidades identificadas, os achados de auditoria e as recomendações registradas.		
14	Identificação da necessidade de revisão dos trabalhos de auditoria cooperativa pelo BACEN, seja através de: (a) prestação de informações e esclarecimentos adicionais; (b) realização de exames complementares pela executora do serviço de auditoria cooperativa; ou (c) revisão do trabalho executado.	Art. 5º	1
15	É demonstrado no relatório de auditoria cooperativa:	Art. 2º Circ.	1
I	Ser emitido, de forma final, em até trinta dias após a data prevista na programação anual das atividades para conclusão dos trabalhos;		
II	Descrever o resultado das análises realizadas conforme o escopo definido na forma do art. 1º desta Circular;		
III	Ser assinado pelo responsável técnico pelo trabalho de auditoria cooperativa; e		
IV	Ser remetido pela EAC ou pela empresa de auditoria independente à alta administração da instituição objeto de auditoria cooperativa em até dez dias após a data de emissão.		

Fonte: Elaboração própria (2018).

No quadro 3, são apresentados os itens e seus desdobramentos (subitens) retirados da Resolução BACEN nº 4.454/2015 e Circular BACEN nº 3.799/2016 considerados para definir o índice de aderência dos relatórios de auditoria cooperativa e a representatividade atribuída para cada item na definição do índice, a soma dos valores atribuídos para representar cada item resulta no grau 15, índice máximo alcançado pelos relatórios de auditoria cooperativa que trazem informações que superam as exigidas pelas instruções normativas. Após a realização da análise qualitativa, é atribuído quantitativamente o quanto o item é aderente a resolução com base na legenda elaborada utilizando a escala Likert, com variação dos níveis de relevância e aderência indo do 0 até 7, cada situação está demonstrada no quadro 4.

A representatividade dos itens 7 – definição dos critérios do escopo e 11 - escopo definido abordando a Circ. BACEN nº 3.799/2016, apresentado no quadro 3, possuem pontuação 2 e 4, respectivamente, visto a maior complexidade e quantidade de ações que serão vistas e analisadas pelos auditores. Esses itens tem uma pontuação diferenciada, pois, estão voltadas ao direcionamento dos trabalhos dos auditores, ficando o item 7 responsável por apresentar um panorama atualizado da cooperativa, expondo como foi demonstrada sua situação econômico-financeira, qual seu porte, suas operações de crédito e os riscos enfrentados pela cooperativa. Já o item 11 aborda todo o escopo de trabalho dos auditores para a cooperativa, definindo quais serão os direcionamentos para cada desdobramento do item e como os auditores conduzirão seus trabalhos para atender cada desdobramento.

Para a segunda etapa da análise, a natureza da pesquisa é quantitativa, aplicando o emprego da quantificação tanto nas modalidades de coleta de dados quanto no tratamento delas (RICHARDSON *et al.*, 1999).

Quadro 4: Legenda Grau de Aderência por Relevância

Pontuação	Relevância X Aderência
0	Não aborda/identificado
1	Pouco relevante e aborda parcialmente
2	Pouco relevante e aborda totalmente
3	Relevante e aborda parcialmente
4	Relevante e aborda totalmente
5	Muito relevante e aborda parcialmente
6	Muito relevante e aborda totalmente
7	Supera o exigido na resolução

Fonte: Elaboração própria (2018).

Como a pesquisa se destina a verificar a aderência dos relatórios de auditoria cooperativa elaborados por Entidade de Auditoria Cooperativa com a Resolução BACEN nº 4.454/2015 e a Circular BACEN nº 3.779/2016 que abordam as diretrizes da auditoria cooperativa, havendo tantos dados quantificáveis quanto não, a opção pela pesquisa quanti-qualitativa se apresenta como melhor opção para o trabalho de pesquisa.

Para encontrar o Índice de Aderência da Auditoria Cooperativa, são atribuídos os pontos para cada item e para os subitens, baseados na abordagem (total ou parcial) ou não abordagem do item no relatório e o quanto a informação presente no relatório pode ser relevante (pouco relevante, relevante ou muito relevante) e que precisaria ter mais destaque nos relatórios. No contexto, informações como prazos (envio pela executora e guarda pela cooperativa dos relatórios), frequência das atividades de auditoria, formalidades (assinatura nos relatórios) são necessária já que a resolução aborda esses critérios, mas, frente a informações como os critérios usados para definição do escopo, o próprio escopo de trabalho dos auditores para as cooperativas, os relatórios produzidos pelos auditores com as conclusões do seu trabalho, as necessidades de revisão dos trabalhos, dentre outros, podem ter importância, inclusive para os usuários da informação, visto também o fato de estarem mais voltadas as cooperativas auditadas, os negócios realizados por elas ou até mesmo a execução dos trabalhos dos auditores, do que os critérios que a própria resolução já formaliza.

Em cada um dos relatórios de auditoria cooperativa das cooperativas da amostra foi investigada a abordagem dos itens considerados para chegar ao índice de aderência da auditoria cooperativa expresso no quadro 3 e foram pontuados conforme a existência ou não, e a relevância dos itens que os relatórios apresentavam, com base na escala apresentada no quadro 4. Após pontuar todos os itens e subitens elencados pela pesquisa, os valores foram somados e cada cooperativa obteve a pontuação global do relatório baseado na aderência e relevância dos itens. A pontuação máxima para essa etapa é de 217 pontos, visto que entre itens sem subitens (5 itens) e itens com subitens (6 itens, que juntos somam 26 subitens) totalizando 31 pontos investigados poderiam receber até 7 pontos conforme escala do quadro 4.

Já na definição do índice, para os itens sem subitem, é feito uma divisão do valor atribuído ao item pela pontuação máxima desse item que poderia alcançar (7 pontos) e multiplicado por quão representativo é o item, com base no quadro 3. Para os itens com subitens, é atribuído valor para cada subitem e posteriormente todos são somados, gerando a pontuação total do item e dividido pela pontuação máxima que o item poderia alcançar (7 X número de subitens), que depois é multiplicado por quão representativo é o item, por fim, todos os valores são somados apresentando o índice de aderência de cada relatório. Os relatórios das cooperativas poderiam atingir o índice máximo de aderência com grau 15, desde que, superando as exigências das normas do BACEN a todos os itens elencados pela pesquisa.

Item sem subitem = (valor atribuído do item/pontuação total do item) X representatividade do item;

Item com subitem = (\sum valores atribuídos para os subitens/pontuação total do item) X representatividade do item;

Índice de Aderência da Auditoria Cooperativa = \sum todos os itens.

Para a coleta dos dados e construção do raciocínio em torno do problema são utilizadas técnicas de pesquisa documental, onde o pesquisador coleta dados que estão relacionados a empresa estudada seja utilizando material produzido por ela mesma ou por consultoria (VEDOVATTO, 2009) no caso, a Entidade de Auditoria Cooperativa, além da pesquisa bibliográfica, onde as principais referências vem de monografias e artigos científicos que abordam o tema que se propõe estudar (GIL, 2009) para dar suporte teórico ao trabalho. Entre os documentos utilizados para refutar a pesquisa foram coletadas junto a central das cooperativas de crédito integrante do sistema cooperativista no Nordeste os relatórios de auditoria cooperativa com os resultados dos trabalhos dos auditores sobre o exercício de 2017, comparando e verificando sua aderência as instruções normativas expedidas pelo Banco Central

do Brasil, a Resolução BACEN nº 4.454/2015 e a Circular BACEN nº 3.779/2016. Não serão considerados os achados e apontamentos contidos nos relatórios, visto que, se tratam de informações para conhecimento exclusivo das cooperativas, além do fato das normas indicarem esses pontos devem constar nos relatórios.

Após encontrar os índices de aderência dos relatórios de auditoria cooperativa foi elaborado o ranking elencando quais relatórios apresentavam maior e menor aderência às resoluções vigentes. Em seguida, foram apresentados os resultados por cooperativa, indicando em quais critérios, os relatórios de auditoria cooperativa, atendiam parcialmente ou não apresentava requisitos abordados pelo item, motivaram uma redução no seu índice e por fim, como cada item foi apresentado separadamente, expondo finalidade e demonstrando o comportamento das cooperativas para os requisitos, além da pontuação atribuída frente ao cumprimento ou não do item.

4 ANÁLISE DOS DADOS

Contemplando a análise da aderência dos relatórios de auditoria cooperativa à Resolução BACEN nº 4.454/2015. A amostra do trabalho é composto por 14 relatórios de auditoria cooperativa com data-base o exercício 2017, de 14 cooperativas de crédito que atuam na região Nordeste, sendo elas, uma central de cooperativas (2º nível) e 13 cooperativas singulares (1º nível) filiadas à essa central, pertencentes à um dos sistemas cooperativos nacional, os relatórios foram produzidos por uma Entidade de Auditoria Cooperativa de 3º nível que tem por finalidade de prestar serviços de auditoria as cooperativas de crédito, essa EAC se encontra credenciada ao Banco Central do Brasil para exercício das atividade de auditoria. A primeira etapa no processo de análise, representado na tabela 1, consiste na elaboração de um ranking apresentando o grau de aderência dos relatórios de auditoria cooperativa à resolução vigente.

Tabela 1: Grau de aderência dos relatórios de auditoria cooperativa à Resolução BACEN nº 4.454/2015

Ranking da aderência	Cooperativas da amostra	Aderência (relatório x resolução)	
		Relevância e aderência	Índice Aderência da Auditoria Cooperativa
1º	Cooperativa H	98 pontos	8,70
2º	Cooperativa J	94 pontos	8,44
3º	Cooperativa L	92 pontos	8,25
4º	Cooperativa G	90 pontos	8,17
5º	Cooperativa A	90 pontos	8,16
6º	Cooperativa B	90 pontos	8,14
	Cooperativa D	90 pontos	8,14
7º	Cooperativa C	89 pontos	8,06
	Cooperativa I	89 pontos	8,06
	Cooperativa K	89 pontos	8,06
	Cooperativa M	89 pontos	8,06
	Cooperativa N	89 pontos	8,06
8º	Cooperativa F	88 pontos	7,99
9º	Cooperativa E	87 pontos	7,92

Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

O relatório de auditoria cooperativa da Cooperativa H aparece como o de maior aderência à instrução normativa que disciplina a atividade. Com um grau de aderência de 8,70 esta cooperativa obteve maior pontuação após a distribuição dos pontos para mensurar a relevância x aderência das informações presentes no relatório com os pontos destacados na resolução. Além de atender aos diversos requisitos presentes na resolução, essa cooperativa possui em sua carteira operações de crédito rural,

diferentemente da maioria das cooperativas investigadas na amostra, esse fato reflete na sua pontuação, visto que, se torna mais um item que os auditores precisam auditar e que compõem seu relatório.

Ocupando a segunda colocação no ranking está a Cooperativa J, que apesar de ter ficado abaixo das demais cooperativas em questões como aderência as políticas institucionais e relacionamento com clientes e usuários dos produtos e serviços financeiros, a cooperativa J igualmente a anterior apresenta em seu portfólio de crédito, operações de crédito rural, que a faz obter uma pontuação maior, devido ao fato de possuir um item a mais para análise, aumentando também seu grau de aderência que atingiu o valor de 8,44.

O terceiro lugar no ranking é ocupado pela Cooperativa L que se mostra bastante aderente, principalmente à todos os requisitos de definição do escopo da auditoria cooperativa e chegando a trazer informações no seu relatório que superam as exigências abordadas no critério relacionamento com clientes e usuários dos produtos e serviços financeiros solicitados pela resolução e com o atendimento da emissão do relatório final de auditoria cooperativa dentro do prazo de 30 dias após o encerramento dos trabalhos, atingindo assim um grau de aderência de 8,25.

Já na 4ª colocação está a Cooperativa G, atingindo o nível de aderência total em todos principais itens mais comuns, com exceção dos critérios: ações de relacionamento com clientes e usuários de produtos e serviços financeiros, onde o relatório apresenta informações que superam as sugestões das instruções normativas e a falta da assinatura dos responsáveis técnicos pelos trabalhos apesar da identificação dos auditores, atendendo parcialmente o critério. A Cooperativa G obteve um grau de aderência de 8,17.

A Cooperativa A, ocupante da 5ª colocação no ranking com o grau de aderência de 8,16, apesar dos relatórios de auditoria cooperativa apresentarem aderência parcial nos critérios ligados as políticas do PLD/FT, focando mais nos treinamentos e nas ações de relacionamento com clientes e usuários de produtos e serviços financeiros, a cooperativa obteve pontuação maior no item participação societária na EAC limitada a 20% pelo fato de ser uma central de cooperativas, ficando à frente das outras cooperativas da amostra.

Na 6ª colocação estão as Cooperativas B e D com grau de aderência entre os relatórios e as instruções normativas de 8,14 cada, as cooperativas apresentam um nível de aderência total nos principais itens verificados e que são geralmente comuns à demais cooperativas. A posição 7 do ranking é dividida por cinco cooperativas (C, I, K, M e N) com grau de aderência de 8,06. As cooperativas apresentam aderência parcial a pelo menos um dos itens mais comuns a todas as cooperativas, sendo geralmente um dos critérios para definição do escopo dos trabalhos da auditoria cooperativa. Para as Cooperativas C, I, K e M foi o critério adequação da gestão de riscos e de capital que apresentava atendimento parcial à resolução e na Cooperativa N foi o critério relacionamento com clientes e usuários de produtos e serviços financeiros.

As Cooperativas F e E, ocupantes das 8ª e 9 colocações, respectivamente, atingiram os menores índices de aderência entre os relatórios e as instruções normativas da auditoria cooperativa, devido ao atendimento parcial a dois ou mais itens verificados e mais comuns às demais cooperativas. No caso da Cooperativa F, com grau de aderência 7,99, dois foram os critérios com atendimento à resolução foi parcial, são eles: adequação da gestão de riscos e de capital e relacionamento com clientes e usuários de produtos e serviços financeiros. Já para a Cooperativa E, com grau de aderência de 7,92, além dos dois critérios já citados para a Cooperativa F, o critério ligado as políticas do PLD/FT também apresentava atendimento parcial frente às resoluções.

Após a análise das cooperativas considerando sua colocação dentro do ranking, é observado como cada item extraído da Resolução BACEN nº 4.454/2015 se comporta para todas as cooperativas da amostra e as pontuações auferidas por sua relevância e aderências nos relatórios de auditoria cooperativa.

Para o item 5 que trata da participação acionária das cooperativas de crédito na EAC executora dos serviços de auditoria prestados, apenas a Cooperativa A, por esta ser uma central de cooperativas apresentou pontuação 4 para o subitem que prevê participação máxima inferior a 20% da cooperativa no capital social da EAC, para as demais cooperativas foi atribuída uma pontuação 2, tendo em vista que, pela condição de cooperativas singulares filiadas à central, possuem participação, mesmo que de forma indireta. Para o subitem que aborda a ausência de membros do quadro social

ou empregatício da cooperativa auditada na EAC, não haviam informações disponíveis nos relatórios de auditoria cooperativa ou em outros meios de comunicação, recebendo assim a pontuação 0 (zero), fato ocorrido em todos os relatórios das cooperativas.

No item 6, que determina que as auditorias cooperativas devem ter frequência mínima anual ou em período inferior, caso requisitado pelo Banco Central do Brasil, foi observado que nenhum dos relatórios traz essa informação, sendo atribuído a pontuação 0 (zero). Os itens 7 e 8 trouxeram os critérios abordados pela Resolução BACEN nº 4.454/2015 como que deveriam ser utilizados pelas executoras da auditoria cooperativa como base para enquadramento das cooperativas e definição do escopo para as atividades prestadas. No item 7, foi solicitado a observação da situação econômico-financeira e porte da cooperativa, avaliações preliminares dos riscos enfrentados, inclusive os riscos decorrentes de suas operações com outras entidades, inclusive fundos exclusivos e fundos em que haja retenção substancial de riscos ou de benefícios e a complexidade das operações de crédito prestadas pela cooperativa à seus associados, para todos esses subitens, em todos os relatórios das cooperativas foi disponibilizado um resumo com os pontos abordados pelo item, concedendo aos relatórios a pontuação 4 para cada subitem.

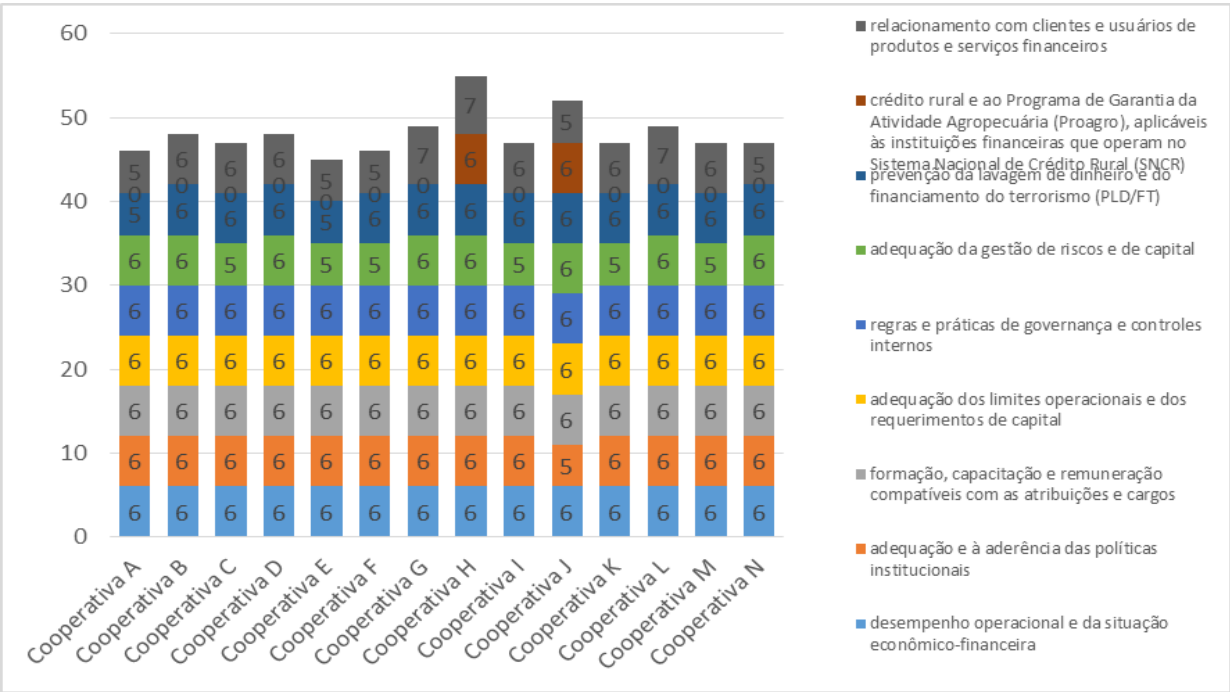
O item 8 considera a menção sobre a utilização dos resultados de auditorias anteriores para formulação do escopo da auditoria cooperativa, a análise feita para esse item não levou em consideração informações contidas nos relatórios anteriores, como existência de achados ou sugestões de melhorias, apenas se há informação da utilização de relatórios anteriores no processo de definição do escopo das trabalhos é apresentado. Atendendo o requisito do item, constavam em todos os relatórios a ciência do conhecimento e utilização de relatórios de auditorias anteriores por parte dos auditores responsáveis pelos trabalhos de auditoria cooperativa. A pontuação para o item é 2 e todas as cooperativas estavam aderentes.

O item 9 verifica a existência de cláusulas contratuais que determinam os pontos: acesso do Banco Central do Brasil aos papéis de trabalho e documentos produzidos pelos auditores durante o trabalho, bem como, as possibilidade de revisão desses materiais; ou à comunicação aos órgãos de interesse, a existência de situações relevantes como irregularidades, deficiências ou situações de exposição anormal à

riscos, descumprimento de regulamentação ou legislação vigente ou das regras do sistema cooperativo onde a cooperativa é filiada. Não foram identificados nos relatórios de auditoria cooperativa das 14 cooperativas utilizadas na amostra a menção a nenhum dos pontos do item. Como a análise do contrato firmado entre as cooperativas e a entidade executora da auditoria não é objetivo do estudo, e nada foi identificado no relatório, o item recebeu pontuação 0 (zero) em todos os relatórios.

No item 10 foi verificado se os relatórios informavam da necessidade de guarda desses documentos por um prazo mínimo de 05 (cinco) anos, para os casos de solicitações do Banco Central do Brasil, central das cooperativas ou confederação a que esteja filiada, e foi verificado que para esse item todos os relatórios atenderam à resolução. Para compor o item 11, ligado aos nove critérios mínimos do escopo da auditoria cooperativa abordados na Resolução BACEN nº 4.454/2015 e na Circular BACEN nº 3.799/2016, conforme destaca o gráfico 1, são observados todos os requisitos de cada um dos nove critérios e sua disposição nos relatórios de auditoria cooperativa.

Gráfico 1: Critérios abordados no item 11 Atendimento ao escopo definido abordando a Circ. BACEN nº 3.799/2016



Fonte: Dados da pesquisa (2018).

1. Para os critérios desempenho operacional e situação econômico-financeira; formação, capacitação e remuneração compatíveis com as atribuições e cargos; limites operacionais e dos requerimentos de capital; e regras e práticas de

governança e controles internos, todos os relatórios de auditoria cooperativa exploraram os pontos sugeridos pelas instruções normativas e em decorrência obtiveram pontuação 6.

2. Para o critério adequação e aderência das políticas institucionais, dos 14 relatórios de auditoria cooperativa apenas 13 apresentavam todas as informações solicitadas nas instruções normativas, recebendo pontuação 6. No relatório da Cooperativa J, não foi mensurado que houve auditoria a divulgação e aplicação dos códigos de ética e/ou conduta para a equipe técnica, recebendo pontuação 5, onde atende parcialmente.
3. Para o critério adequação da gestão de riscos e de capital, apenas 08 dos 14 relatórios de auditoria cooperativa apresentavam todas as informações solicitadas nas instruções normativas, recebendo pontuação 6, foram as Cooperativas A, B, D, G, H, J, L e N. Já para as demais (Cooperativas C, E, F, I, K e M) foram identificados pontos que não foram mencionados nos relatórios de auditoria cooperativa, como por exemplo, não observação do plano de continuidade do negócio, sendo atribuído a pontuação 5, com atendimento parcial dos requisitos na norma vigente.
4. Para o critério adequação a prevenção da lavagem de dinheiro e do financiamento do terrorismo (PLD/FT), dos 14 relatórios de auditoria cooperativa, apenas 02 relatórios das Cooperativas A e E, não atenderam a todos os requisitos presentes nas instruções normativas, recebendo pontuação 5 cada. Na Cooperativa A só foram verificados processos que envolveram os treinamentos e sua periodicidade e na Cooperativa E, não há registro da auditoria do monitoramento, seleção e análise de operações e situações passíveis de comunicação ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf).
5. Para o critério adequação das operações de crédito rural e ao Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro), aplicáveis às instituições financeiras que operam no Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), 12 dos 14 relatórios de auditoria cooperativa não apresentavam tópico que trata do critério, visto o tipo de operação de crédito não compor o portfólio da cooperativa, tendo pontuação 0. Presente apenas nos relatórios das Cooperativas H e J, que negociam operações de crédito rural e recursos do Proagro, receberam pontuação 6 por atender aos requisitos das instruções normativas.

6. Para o critério relacionamento com clientes e usuários de produtos e serviços financeiros, dos 14 relatórios de auditoria cooperativa utilizados na amostra. Para 03 cooperativas (G, H e L) foi definida pontuação 7 por apresentar mais processos auditados que os determinados nas instruções normativas, como é o caso da verificação da estrutura física das cooperativas, mecanismos de segurança e exposição de documentos obrigatórios. Para 06 cooperativas (B, C, D, I, K e M), todos os requisitos listados nas instruções normativas foram observados nos relatórios produzidos pelos auditores, recebendo pontuação 6. Já para 05 cooperativas, pelo menos um dos requisitos não foi atendido, na Cooperativa A não é verificado a divulgação de tarifas de serviços financeiros, de direitos e deveres dos associados e de informações e serviços da Ouvidoria do sistema, na Cooperativa E não são tratados os requisitos do serviço de Ouvidoria e de Correspondente Bancário, nas Cooperativas F, J e N não foram verificados os requisitos referente a divulgação de tarifas de serviços financeiros e os custos das operações de crédito.

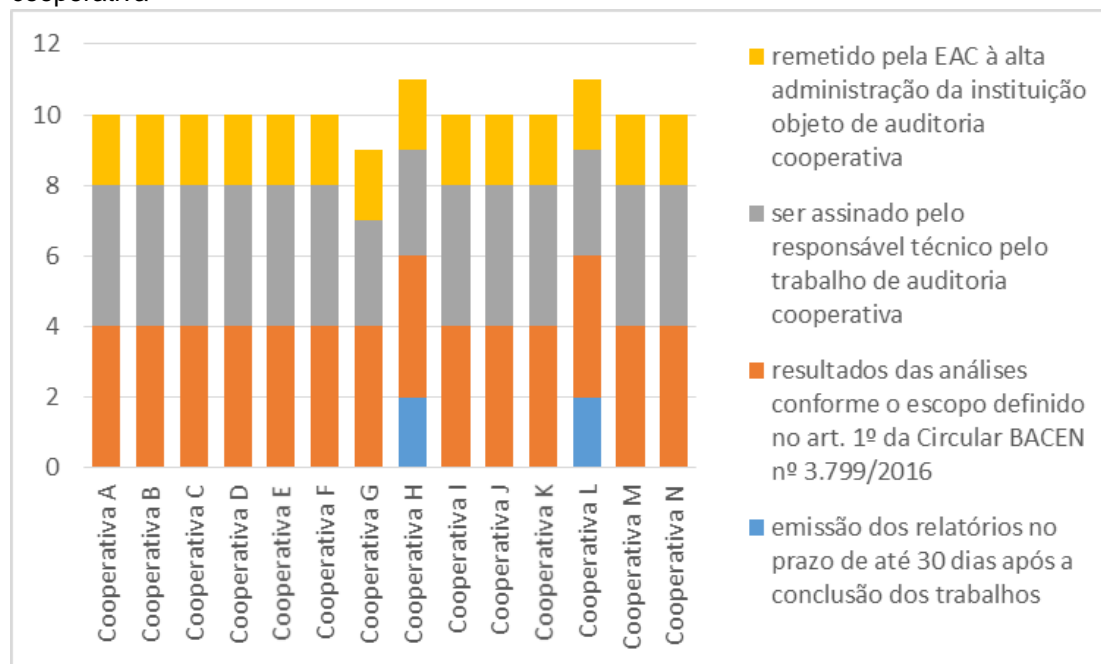
O item 12 verifica a existência no relatório do tópico resultado das avaliações e conclusão da auditoria cooperativa, fazendo um fechamento dos trabalhos realizados pelos auditores, dando sugestões e recomendações com base nos achados da auditoria. Foi atribuída pontuação 4 para todas as cooperativas, visto a aderência do item à Resolução BACEN nº 4.454/2015.

No item 13 são observados os produtos entregues pelos auditores definidos na resolução, a instrução normativa informa que são relatórios que devem ser emitidos pela Entidade de Auditoria Cooperativa, o plano anual detalhado, o relatório geral das atividades e o relatório específico das atividades de auditoria cooperativa, dos três relatórios apenas o terceiro foi disponibilizado pela equipe técnica da cooperativa como material de consulta para a pesquisa, os dois primeiros não foram mencionados nos relatórios da auditoria cooperativa recebidos e nem pelos profissionais da cooperativa. Quanto a pontuação atribuída ao item, os dois primeiros receberam pontuação 0 (zero) e o terceiro relatório recebeu pontuação 4.

O item 14 trata da necessidade de revisão dos trabalhos de auditoria cooperativa solicitado pelo Banco Central do Brasil, seja para prestar informações ou esclarecimentos adicionais, realizar exames complementares ou a revisão total dos

trabalhos executados pelos auditores. Não há identificação nos relatórios de auditoria cooperativa das cooperativas da amostra de necessidades de revisão por solicitação do BACEN e levando o item a receber pontuação 0 (zero).

Gráfico 2: Critérios abordados no item 15 Características das versões finais dos relatórios de auditoria cooperativa



Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Para o item 15, conforme demonstrado no gráfico 2, foram verificados se as versões finais dos relatórios de auditoria cooperativa apresentavam as características:

1. Tiveram sua emissão no prazo de até 30 dias após a conclusão dos trabalhos dos auditores, apenas 02 dos 14 relatórios foram emitidos no prazo, as Cooperativas H e L tiveram pontuação 2, já as demais cooperativas tiveram pontuação 0 (zero) já que foram enviadas após o prazo de conclusão dos trabalhos do auditor.
2. Apresentam os resultados das análises conforme o escopo definido no art. 1º da Circular BACEN nº 3.799/2016, todas as cooperativas atingiram pontuação 4.
3. Foram devidamente assinados pelos responsáveis técnicos pela auditoria cooperativa, dos 14 relatórios de auditoria cooperativa, apenas 03 cooperativas (G, H e L) não continham as assinaturas dos técnicos nos relatórios produzidos pelos auditores, para essas cooperativas foi atribuída a pontuação 3, visto que, nos relatórios está disponível a informação dos técnicos responsáveis pela auditoria. Para as demais foi atribuída a pontuação 4.

4. Envio pela Entidade de Auditoria Cooperativa para a administração da instituição objeto da auditoria cooperativa, pela formalização dos envios dos relatórios de auditoria cooperativa, todos receberam pontuação 2.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o objetivo de verificar nos relatórios de auditoria cooperativa de 14 cooperativas de crédito de um sistema cooperativista da região Nordeste a aderência à Resolução BACEN nº 4.454/2015 e Circular BACEN nº 3.799/2016, a pesquisa se propôs investigar se constavam nos relatórios, requisitos abordados pelos normativos. Por meio do estudo foi possível definir o Índice de Aderência da Auditoria Cooperativa, usado para mensurar qual o grau de aderência dos relatórios produzidos pelos auditores, através da relevância das informações presentes nos relatórios, frente aos critérios elencados pela pesquisa na resolução.

Levando em consideração os dados obtidos, pode ser observado que a cooperativa que apresentou maior aderência, com índice de 8,70, adere aos critérios da resolução usados como base para o estudo em 58%, fato explicado pela sua carteira de crédito possuir no portfólio de produtos financeiros mais modalidades de crédito, como é o caso do crédito rural e do Proagro, só observado em mais uma cooperativa, tornando-o mais vasto que as demais cooperativas, somado ao fato dos auditores definirem o escopo bem voltado as recomendações da resolução. Em contraponto, para a cooperativa que o índice de aderência foi menor, obtendo o índice de 7,92, equivalente a 52,8% do índice máximo, há uma aderência parcial em pelo menos três dos critérios usados para definição do escopo da auditoria, quanto nas demais não passava de dois.

A média do grau de aderência para todas as cooperativas da amostra foi aproximadamente de 8,16, que percentualmente é representado pelo valor 54,4% e após comparação dos relatórios de auditoria cooperativa das 14 cooperativas da amostra com a resolução e disposição dos resultados no ranking, não é observado grande desarmonia entre os valores (índices) obtidos, situação essa que pode ser explicada por fatores como:

- Os serviços de auditoria foram realizados pela mesma EAC e mesma equipe técnica;
- Ser filiadas ao mesmo sistema cooperativo de crédito, tanto em nível regional quanto nacional;
- Padronizações sistêmicas das atividades de trabalho, observadas as situações destacadas no art. 4º da Resolução BACEN nº 4.454/2015; e/ou

- Definições contratuais previamente firmados entre a auditada e a executora da auditoria, desde que, não impossibilitando a independência dos auditores ou o descumprimento da resolução; dentre outros.

Apesar dos índices de aderência dos relatórios de auditoria cooperativa ter ficado com média percentual de 54,4% em relação ao grau máximo de aderência que poderiam atingir, esse fator não demonstra uma deficiência nos relatórios produzidos pelos auditores, visto que, inicialmente é observado a presença de itens primordiais como os critérios utilizados para a definição do escopo (situação econômico-financeira, porte e complexidade das operações da cooperativa, avaliação dos riscos de negócio e dos decorrentes de operações com outras instituições) e escopo da auditoria abordado na Circular BACEN nº 3.799/2016, que são norteadores do trabalho dos auditores na obtenção de resultados almejados.

Contudo, mencionar itens como o acesso integral e irrestrito do Banco Central do Brasil aos diversos documentos de trabalho dos auditores, a comunicação aos órgãos de interesse e responsabilidade de eventuais irregularidades, deficiências ou situações de exposição anormal a riscos ou descumprimento da regulamentação, da legislação vigente ou regras do sistema cooperativo a que a cooperativa de crédito esteja filiada, além das informações dos demais relatórios produzidos pelos auditores (programação anual das atividades e relatório geral da auditoria cooperativa) poderiam constar nos relatórios que estavam de posse das cooperativas e serviram a amostra, pois, agregariam e deixariam mais claras aos usuários dos relatórios, principalmente a administração e a gestão da cooperativa, o posicionamento e a postura dos auditores em situações atípicas, subjugação pelo Banco Central do trabalho ou até munir os usuários com mais informações relevantes, planos de ação, descrições mais detalhadas das atividades executadas, entre outros.

O Banco Central do Brasil, em workshop realizado nos dias 19 e 20 junho/2018, expressou opinião de insatisfação sobre os trabalhos de auditoria realizados no exercício 2017, primeiro ano de execução da atividade de auditoria cooperativa. São elencados pelo BACEN situações que demonstraram fragilidade no trato da auditoria cooperativa, como:

- Desconhecimento dos escopos de avaliação, foco, e abrangência das Auditorias, Supervisão e Controles Internos;

- Baixa qualidade dos trabalhos;
- Descumprimento dos prazos de entrega e ausência de informação nos relatórios;
- Relacionamento com os auditores,
- Conhecimento técnico da equipe de auditoria; e
- Dispensa da auditoria interna, entre outros.

Sendo esperado, pelo Banco Central, da auditoria cooperativa uma atuação em conjunto com as cooperativas de crédito, buscando a identificação e mitigação dos riscos, definindo o escopo mais direcionado para a cooperativa, viabilizando maior segurança as cooperativas na condução do negócio.

Consolidadas todas as informações obtidas no trabalho, se conclui que, os relatórios de auditoria cooperativa do exercício 2017 das cooperativas da amostra não estão totalmente aderentes aos critérios da Resolução BACEN nº 4.454/2015 e Circular BACEN nº 3.799/2016, principalmente pela ausência de algumas informações que complementaríamos os relatórios e até pelo não atendimento de prazos estabelecidos nas normas, situação similar encontrada pelo Banco Central e reportada no Workshop de Auditoria Cooperativa. Do mesmo modo, é percebido a falta de conhecimento das funções da auditoria cooperativa e da interna, principalmente ligadas a abrangência, foco e formas de avaliação.

É observado como limitação para a pesquisa a pouca disponibilidade de relatórios de auditoria cooperativa, visto que, esse documento não é de domínio público e compõe instrumento estratégico das cooperativas, impossibilitando sua divulgação, visando evitar a exposição de possíveis fragilidades das cooperativas. Como sugestão para futuras pesquisas, aumentar o número de cooperativas da amostra e expandir para cooperativas de outros sistemas cooperativos ou com o melhoramento do índice, considerando apenas a aderência e retirando a relevância das informações presentes nos relatórios, ou até estabelecendo uma correlação entre os índices alcançados para os relatórios com indicadores de desempenho das cooperativas.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, M. B. V. **Informações contábeis e o risco de insolvência de cooperativas de crédito**. 2011. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-21062011-141251/>>.

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BACEN). Conselho Monetário Nacional. **Resolução BACEN n. 11**, de 20 de dezembro de 1965. Cooperativas de crédito ou com seção de crédito – Define normas para o funcionamento. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 dez. 1965. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: set. 2018.

_____. **Resolução n. 15**, de 28 de janeiro de 1966. Permitir as cooperativas de crédito a captação de recursos em forma de depósitos à vista feitos por seus associados. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 28 jan. 1966. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: set. 2018.

_____. **Resolução n. 27**, de 30 de junho de 1966. Permitir que as cooperativas de crédito e as seções de crédito das cooperativas mistas recebam depósitos de associados. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 30 jun. 1966. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: set. 2018.

_____. **Resolução n. 99**, de 19 de setembro de 1968. Autoriza o funcionamento de Cooperativas de Crédito Rural. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 19 set. 1968. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: set. 2018.

_____. **Resolução n. 2.193**, de 31 de agosto de 1995. Dispõe sobre a constituição e o funcionamento de bancos comerciais com participação exclusiva de cooperativas de crédito. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 31 ago. 1995. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: set. 2018.

_____. **Resolução n. 2.608**, de 27 de maio de 1999. Aprova o Regulamento que disciplina a constituição e o funcionamento de cooperativas de crédito. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 28 mai. 1999. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: ago. 2018.

_____. **Resolução n. 2.771**, de 30 de agosto de 2000. Aprova o Regulamento que disciplina a constituição e o funcionamento de cooperativas de crédito. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 30 ago. 2000. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: ago. 2018.

_____. **Resolução n. 2.788**, de 30 de novembro de 2000. Dispõe sobre a constituição e o funcionamento de bancos comerciais e bancos múltiplos sob controle acionário de cooperativas centrais de crédito. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 30 set. 2000. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: set. 2018.

_____. **Resolução n. 3.058**, de 20 de dezembro de 2002. Introduz alterações no Regulamento anexo à Resolução 2.771, de 2000, que disciplina a constituição e o

funcionamento de cooperativas de crédito. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 dez. 2002. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: set. 2018.

_____. **Resolução n. 3.106**, de 25 de junho de 2003. Dispõe sobre os requisitos e procedimentos para a constituição, a autorização para funcionamento e alterações estatutárias, bem como para o cancelamento da autorização para funcionamento de cooperativas de crédito. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 jun. 2003. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: set. 2018.

_____. **Resolução n. 3.156**, de 17 de dezembro de 2003. Altera a Resolução 3.110, de 2003, que dispõe sobre a contratação de correspondentes no País. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 17 dez. 2003. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: set. 2018.

_____. **Resolução n. 3.226**, de 18 de fevereiro de 2004. Dispõe sobre a prestação de serviços por parte de bancos múltiplos, bancos comerciais e Caixa Econômica Federal a cooperativas de crédito, referentes à compensação de cheques e acesso a sistemas de liquidação de pagamentos e transferências interbancárias. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 18 fev. 2004. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: set. 2018.

_____. **Resolução n. 3.309**, de 31 de agosto de 2005. Dispõe sobre a certificação de empregados das cooperativas de crédito e sobre a atuação dessas instituições na distribuição de cotas de fundos de investimento. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 31 ago. 2005. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: set. 2018.

_____. **Resolução n. 3.442**, de 28 de fevereiro de 2007. Dispõe sobre a constituição e o funcionamento de cooperativas de crédito. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 28 fev. 2007. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: set. 2018.

_____. **Resolução n. 4.434**, de 05 de agosto de 2015. Dispõe sobre a constituição, a autorização para funcionamento, o funcionamento, as alterações estatutárias e o cancelamento de autorização para funcionamento das cooperativas de crédito e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 06 ago. 2015. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: ago. 2018.

_____. **Resolução n. 4.454**, de 17 de dezembro de 2015. Dispõe sobre a auditoria cooperativa no segmento de cooperativas de crédito. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 21 dez. 2015. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: ago. 2018.

_____. **Resolução n. 4.553**, de 30 de janeiro de 2017. Estabelece a segmentação do conjunto das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil para fins de aplicação proporcional da regulação prudencial. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 31 jan. 2017. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: ago. 2018.

_____. **Resolução n. 4.588**, de 29 de junho de 2017. Dispõe sobre a atividade de auditoria interna nas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a

funcionar pelo Banco Central do Brasil. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 30 jun. 2017. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: ago. 2018.

_____. **Resolução n. 4.595**, de 28 de agosto de 2017. Dispõe sobre a política de conformidade (compliance) das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 28 ago. 2017. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: set. 2018.

_____. **Circular n. 3.799**, de 28 de junho de 2016. Estabelece os requisitos para a definição do escopo da atividade de auditoria cooperativa e para a elaboração dos relatórios de auditoria de que trata a Resolução nº 4.454, de 17 de dezembro de 2015. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 28 jun. 2016. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: set. 2018.

_____. **Panorama do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo**: data-base dezembro/2017. Brasília, DF, 2018. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/pre/microFinancas/coopcar/pdf/panorama_de_cooperativas2017.pdf>. Acesso em: ago. 2018.

BIALOSKORSKI NETO, S. **Cooperativas**: economia, crescimento e estrutura de capital. 1998. 254 f. Tese (Doutorado em Ciências) – Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo, São Paulo.

BRASIL. **Lei n. 4.595**, de 31 de dezembro de 1964. Dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 31 dez. 1964. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: ago. 2018.

_____. **Lei n. 5.764**, de 16 de dezembro de 1971. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 16 dez. 1971. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: ago. 2018.

_____. **Lei Complementar n. 130**, 17 de abril de 2009. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e revoga dispositivos das Leis nos 4.595, de 31 de dezembro de 1964, e 5.764, de 16 de dezembro de 1971. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 17 abr. 2009. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: ago. 2018.

BRESSAN, V. G. F.; BRAGA, M. J.; BRESSAN, A. A.; RESENDE FILHO, M. de A. Uma aplicação do sistema PEARLS às cooperativas de crédito brasileiras. **Revista de Administração**. São Paulo, v.46, n.3, p.258-274, jul./ago./set. 2011.

CRUZIO, H. O. **Como organizar e administrar uma cooperativa**. Rio de Janeiro: FGV - Fundação Getúlio Vargas, 2000.

CONFEDERAÇÃO ALEMÃ DE COOPERATIVAS – DGRV DIE GENOSSENSCHAFTEN. **Guia de Auditoria Cooperativa aplicável nas Cooperativas de Crédito no Brasil**. São Paulo: 2017.

GERHARD, A. **Governança corporativa em uma cooperativa de crédito: percepções de coordenadores e colaboradores**. 2016. 83f. Dissertação de Mestrado - Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2016.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

LAKATOS E. M; MARCONI M.A. **Fundamentos da metodologia científica**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2004.

SÁ, A. L. **Curso de auditoria**. 10 Edição. São Paulo: Atlas, 2007.

MEINEN, Ê. PORT, M. **Cooperativismo Financeiro**. Percurso histórico, perspectivas e desafios. Brasília: Confedbras, 2014.

MENDES, J. B. A importância da auditoria interna nas organizações. **Contabilidade Vista & Revisada**. Belo Horizonte-MG, v. 7, n. 1, p. 9-11, jun. 1996.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS (OCB). **O que é o Cooperativismo**. Brasília, DF: Sistema OCB. Disponível em: <<http://www.ocb.org.br/o-que-e-cooperativismo>>. Acesso em: ago. 2018

PINHEIRO, M. A. H. **Cooperativas de crédito: história da evolução normativa no Brasil**. 6º ed. Brasília: BCB, 2008.

RAUPP, F. M.; BEUREN, I. M. **Metodologia da pesquisa aplicável às Ciências Sociais**. In: BEUREN, I. M. (Org.). Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2006.

RICCIARDI, L. **Cooperativismo: uma solução para os problemas atuais**. Brasília, DF: OCB, 1990.

RICHARDSON, R.J. et al. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

RIGO, M.; BLEIL, C. **Auditoria das Demonstrações Contábeis: um estudo da Evidenciação e Transparência das Informações em uma Cooperativa de Crédito Rural**. Revista de Administração e Ciências Contábeis do IDEAU, Getúlio Vargas-RS, v. 3, n. 7, dez. 2008.

RODRIGUES, R. M. **Pesquisa acadêmica: como facilitar o processo de preparação de suas etapas**. São Paulo: Atlas, 2007.

SANTOS, J. Z. V. **História, doutrina e educação cooperativistas**. Porto Alegre: Ocergs, 2007.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (SEBRAE). **Cooperativas de Crédito - Série Empreendimentos Coletivos**. 2011. Disponível em: <<http://bis.sebrae.com.br/bis/conteudoPublicacao.zhtml?id=3844>> Acesso em: set. 2018.

SIQUEIRA, L. C. **Conselho fiscal e auditoria em cooperativas agropecuárias: uma análise sobre a adoção de práticas de monitoramento**. 2011. 157 f. Dissertação

(Mestrado) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2011.

SOUSA, L. P. **Cooperativismo**: conceitos e desafios à implantação da economia solidária. *Vitrine da Conjuntura*, Curitiba, v. 2, n. 2, abr. 2009.

SOUSA NETO, J. A.; REIS, D. A. Os impactos da governança corporativa em uma cooperativa de crédito. **Revista Gestão & Tecnologia**, Pedro Leopoldo, v. 15, n. 2, p. 211-234, maio/ago. 2015

SOUTO, Lauana da C. C. Relação das informações de governança cooperativa com o desempenho das cooperativas de crédito do Sicoob. In: XX SEMEAD Seminários em Administração, 20., 2017, São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo: Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, 2017. Disponível em: <http://login.semead.com.br/20semead/anais/resumo.php?cod_trabalho=536>. Acesso em: ago. 2018.

TOSINI, M. F. C.; BASTOS, A. M. Governança cooperativa: as funções de fiscalização e controle em cooperativas de crédito no Brasil. In: V Encontro de Pesquisadores Latino-Americanos de Cooperativismo, 5. 2008, Ribeirão Preto. **Anais eletrônicos...** São Paulo: Comitê de Pesquisa da Aliança Cooperativa Internacional, 2008. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/pre/microFinancas/coopcar/pdf/artFiscalControle.pdf>> Acesso em: ago. 2018.

TRINDADE, L. Z. **Análise dos custos das práticas de governança corporativa em cooperativas de crédito**. 2013. 175 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2013.

VASCONCELOS, V. L.; CRUZ, V. L.; SANTOS, R. R.; AMORIM, K. A. F. As Práticas de Auditoria Interna em uma Cooperativa de Crédito Sob a Perspectiva do COSO II. In: SIMPCONT Simpósio de Controladoria, 12. 2017. Recife. **Anais eletrônicos...** Rio de Janeiro: Sociedade, Contabilidade e Gestão, 2017. Disponível em: <<http://www.atenas.org.br/revista/ojs-2.2.3-08/index.php/ufrj/article/viewArticle/3128>>. Acesso em: ago. 2018.

VEDOVATTO, Eliana. **A auditoria interna como ferramenta de gestão nas cooperativas de crédito**. 2009, 38 f. Monografia (Especialista) – Curso de Pós-Graduação em Gestão do Cooperativismo Solidário. UNIOESTE, Campus de Francisco Beltrão.

VENTURA, E. C. F. **Governança cooperativa**: diretrizes e mecanismos para fortalecimento da governança em cooperativas de crédito. Brasília, DF: Banco Central do Brasil, 2009.

ZANETTE, M. A.; NASCIMENTO C.; ALBERTON L. A sistemática de procedimentos analíticos em auditoria externa aplicada em cooperativa de crédito. In: SIMPOI XII Simpósio de Administração da Produção, Logística e Operações Internacionais, 12.,

2009. São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo: Faculdade Getúlio Vargas – Escola de Administração de Empresas de São Paulo, 2009. Disponível em: <https://www.ideau.com.br/getulio/restrito/upload/revistasartigos/102_1.pdf> Acesso em: ago. 2018.

Apêndice A – Formulário de aderência do relatório da cooperativa A

Requisitos contidos nas normas		COOPERATIVA A		
CARACTERÍSTICAS DA COOPERATIVA AUDITADA E A EXECUTORA DA AUDITORIA				
1	Nível da Cooperativa	2º nível - Central de Cooperativas		
2	Executiva responsável pela auditoria cooperativa	EAC		
3	Credenciamento da executiva da auditoria ao BACEN	Sim		
4	Data-base da auditoria cooperativa	30/06/2017		
5	Vínculo societário entre a EAC e a cooperativa auditada:			0,33
I	Participações diretas ou indiretas da cooperativa auditada limitadas a 20% (vinte por cento) do patrimônio da EAC	Não consta no relatório, mas, apresenta vínculo societário com a EAC (Identificado no site da EAC)	4	---
II	Ausência de vínculo entre membro de órgão estatutário, empregado ou prestador de serviço da cooperativa auditada e a EAC	Não identificado	0	---
CONSTAM NO RELATÓRIO DA AUDITORIA COOPERATIVA				
6	Frequência mínima anual ou em período inferior, caso requisitado pelo Banco Central do Brasil	Não aborda	0	-
7	Creritos utilizados para definição do escopo da auditoria cooperativa:			1,33
I	Complexidade das operações e o porte da cooperativa	Aborda	4	---
II	Avaliação preliminar de riscos	Aborda	4	---
III	Adequação da situação econômico-financeira	Aborda	4	---
IV	Exposição da cooperativa a riscos decorrentes de suas operações com outras entidades, inclusive fundos exclusivos e fundos em que haja retenção substancial de riscos ou de benefícios	Aborda	4	---
8	Ressalta que considera os resultados de auditorias anteriormente realizadas	Aborda	2	0,33
9	Referência as cláusulas contratuais que prevêm:			-
I	Acesso integral e irrestrito do Banco Central do Brasil aos papéis de trabalho e aos demais documentos produzidos e utilizados na execução do serviço de auditoria cooperativa, bem como no processo de revisão de que trata o art. 5º, inclusive por meio de fornecimento de cópia	Não identificado	0	---
II	Comunicação por parte da executiva do serviço de auditoria cooperativa ao Banco Central do Brasil, às respectivas confederações e, no caso de cooperativas singulares, também às cooperativas centrais de crédito a que sejam filiadas, além dos conselhos fiscais e de administração das entidades auditadas, dos fatos materialmente relevantes observados no processo de auditoria cooperativa, tais como:		0	---
a.	<i>Irregularidades, deficiências ou situações de exposição anormal a riscos</i>	<i>Não identificado</i>	<i>0</i>	<i>---</i>
b.	<i>Descumprimento da regulamentação ou da legislação vigente</i>	<i>Não identificado</i>	<i>0</i>	<i>---</i>
c.	<i>Descumprimento de regras do sistema cooperativo a que a cooperativa de crédito esteja filiada</i>	<i>Não identificado</i>	<i>0</i>	<i>---</i>
10	Clareza da necessidade da permanência com os relatórios de auditoria cooperativa pelo prazo mínimo de cinco anos caso solicitações do Banco Central do Brasil, Central das Cooperativas ou Confederação a que esteja filiada	Aborda	2	0,33
11	Escopo definido abordando a Circ. BACEN nº 3.799/2016			3,41
I	Em relação à adequação do desempenho operacional e da situação econômico-financeira, através de: a) situação econômico-financeira, incluindo aspectos de hígidez de curto e longo prazos, liquidez e adequação avaliação de ativos, passivos, patrimônio líquido e sobras ou perdas; b) integridade e fidedignidade das informações contábeis; c) conciliação de saldos contábeis relevantes; d) processos de concessão e de gerenciamento de crédito; e e) critérios adotados para a distribuição de sobras, rateio de perdas, formação de reservas, constituição de fundos específicos e destinação de recursos do Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social (FATES).	Aborda. Confrontar os saldos contábeis dos grupos do ativo, do passivo e do patrimônio líquido com relatórios internos e arquivos externos (cartas de contingência, cartas de circularização de saldos bancários, aplicações com TVM, operações de crédito realizadas, capital integralizado em outras instituições). Para a carteira de crédito é verificada em base amostral políticas de concessão de crédito, garantias, transparência nos contratos, adequação da carteira aos níveis de risco e suas provisões, classificação das operações em prejuízo. Análise do estatuto social e das atas da AGO/E e das Reuniões do CA e CF.	6	---
II	Em relação à adequação e à aderência das políticas institucionais, através de: a) segregação de funções e conflitos de interesse em atividades críticas; b) manuais, regulamentos internos, bem como determinações da cooperativa central e do sistema, quando aplicável; c) processo de prestação de informações sobre a situação financeira, o desempenho, as políticas de gestão de negócios e os fatos relevantes aos órgãos de administração, conselho fiscal e associados; e d) códigos de conduta e de ética, quando aplicável.	Aborda. Análise do organograma, segregação de funções e ausência de conflitos de interesse, regimentos internos, documentos expedidos pela confederação do sistema durante o ano, procedimentos aplicados pela governança para aplicação e divulgação do código de ética entre os funcionários.	6	---
III	Em relação à formação, à capacitação e à remuneração compatíveis com as atribuições e cargos, através de: a) política de remuneração da diretoria, do conselho de administração e do conselho fiscal, inclusive eventuais bônus por desempenho ou similares; e b) formação, capacitação e disponibilidade de tempo dos membros de órgãos estatutários, gerentes e dos integrantes da equipe técnica.	Aborda. Cumprimento das determinações assembleares sobre o pagamento de honorários e cédulas de presença aos CA, CF e diretoria executiva, existência de benefícios não salariais, aderência da governança e da equipe de contabilidade em treinamentos e programas de educação continuada (PEPC).	6	---
IV	Em relação à adequação dos limites operacionais e dos requerimentos de capital, atendimento aos: a) requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência (PR); b) limites de exposição por cliente; e c) outros limites operacionais.	Aborda. Avalia o enquadramento ao PR, Capital Principal, Nível I, limites regulamentares de aplicação de recursos no Ativo Permanente (50% do PR), de exposição por cliente e de capital mínimo integralizado.	6	---
V	Em relação às regras e práticas de governança e controles internos, através de: a) constituição, funcionamento, segregação de funções e efetividade de atuação da diretoria, do conselho de administração e do conselho fiscal, consideradas as atribuições previstas em estatutos e na legislação vigente; b) implementação, adequação e conformidade do sistema de controles internos; c) estratégia, políticas e procedimentos de tecnologia da informação e comunicação; e d) normas, estrutura e processos relativos à segurança da informação e à integridade de dados.	Aborda. Devido cadastro dos membros eleitos pela AGO para o CA, CF e diretoria executiva no UNICAD, adequação das atas das reuniões dos CA e CF, verificar se há o devido acompanhamento por parte do CA as ações da diretoria executiva, dos planos de descumprimentos e deficiências apontados pelo CI e das regularizações dos apontamentos de auditoria e fiscalização. Verifica a segregação da função de ACIR, se cumprem o MIG - CI, acessos dos funcionários ativos, existência de acessos múltiplos e conflitantes. Segregação das funções de aprovação e liberação no SPB.	6	---

VI	Em relação à adequação da gestão de riscos e de capital, através de: a) capacidade de a instituição identificar, avaliar, monitorar, controlar e mitigar os riscos aos quais está exposta, de acordo com o porte e complexidade de suas operações; b) segregação das atividades de gerenciamento de riscos em relação às áreas negociais; c) planos para contingências e continuidade de negócios; e d) processo de gerenciamento de capital, incluindo a revisão periódica de sua compatibilidade com os riscos assumidos.	Aborda. Verifica a disseminação das políticas institucionais de gerenciamento dos riscos operacional, de mercado, de liquidez e de crédito e de responsabilidade, socioambiental e de gestão de capital, a aprovação das estratégias de investimento, registro, contabilização, tratamento, documentação e armazenamento das informações de perdas em virtude de erros operacionais, enquadramento do cadastro dos diretores responsáveis pela gerenciamento de risco no UNICAD, análise dos planos de contingência e acompanhamento das metas do plano de capital pela Administração.	6	---
VII	Em relação à prevenção da lavagem de dinheiro e do financiamento do terrorismo (PLD/FT), através de: a) adequação da política institucional, da estrutura organizacional e dos procedimentos aplicáveis, abrangendo o monitoramento, a seleção e a análise de operações e situações passíveis de comunicação ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf); b) adequação dos procedimentos definidos com o objetivo de conhecer o cliente, abrangendo a identificação da origem e da constituição do seu patrimônio e seus recursos financeiros; c) adequação da política de treinamento em todos os níveis da organização; e d) adequação da auditoria interna em PLD/FT.	Aborda. Verifica existência de programa de treinamento do PLD/FT e se a legislação que determina os prazos para renovação do treinamento é aplicada.	5	---
VIII	Em relação ao crédito rural e ao Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro), aplicáveis às instituições financeiras que operam no Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), através de: a) aderência aos dispositivos do Manual de Crédito Rural (MCR), principalmente nos tópicos que tratam dos beneficiários, da fiscalização, dos limites, das despesas, da formalização, do registro e da contabilização do crédito rural e do Proagro; e b) controles existentes para o adequado enquadramento e deferimento das operações de crédito rural e das coberturas do Proagro.	Não Aborda. A cooperativa não opera com crédito rural ou com recursos do PROAGRO.	0	---
IX	Em relação ao relacionamento com clientes e usuários de produtos e serviços financeiros, através de: a) aderência a normas de contratação de produtos e de prestação de serviços financeiros, inclusive no que tange ao conteúdo e à transparência das relações contratuais; b) adequação da cobrança e da divulgação das tarifas referentes aos serviços e aos produtos oferecidos; c) adequação da gestão de demandas de clientes e de usuários advindas da Ouvidoria e dos demais canais de atendimento da instituição; e d) conformidade da contratação de correspondentes no País, inclusive no que se refere à prestação de informações ao Banco Central do Brasil e à divulgação de informações ao público.	Aborda. Verifica se nos contratos de operação de crédito são informados o CET, existência de contrato de correspondente cooperativo, comunicação ao UNICAD da vigência dos correspondentes cooperativos, condições para prestação dos serviços e divulgação a todos de interesse dos correspondentes cooperativos contratados.	5	---
12	Resultado das avaliações e conclusão da auditoria cooperativa	Aborda	4	0,67
13	Compõem o portfólio de relatórios entregues pela executora da auditoria cooperativa:			0,33
I	Programação anual detalhada das atividades de auditoria cooperativa que serão realizadas durante o ano seguinte	Não identificado	0	---
II	Relatório geral das atividades de auditoria cooperativa, contendo as atividades planejadas, a descrição das ações de auditoria efetivamente realizadas no ano e a avaliação crítica dos resultados alcançados	Não identificado	0	---
III	Relatórios específicos dos trabalhos de auditoria cooperativa, compreendendo, pelo menos, o planejamento dos trabalhos, a análise dos processos ou atividades, a avaliação dos controles internos, as amostras definidas e os testes realizados, as fragilidades identificadas, os achados de auditoria e as recomendações registradas	Recebido	6	---
14	Identificação da necessidade de revisão dos trabalhos de auditoria cooperativa pelo BACEN, seja através de: (a) prestação de informações e esclarecimentos adicionais; (b) realização de exames complementares pela executora do serviço de auditoria cooperativa; ou (c) revisão do trabalho executado	Não identificado	0	1,00
15	É demonstrado no relatório de auditoria cooperativa:			0,42
I	Ser emitido, de forma final, em até trinta dias após a data prevista na programação anual das atividades para conclusão dos trabalhos	Não Identificado	0	---
II	Descrever o resultado das análises realizadas conforme o escopo definido na forma do art. 1º desta Circular	Aborda	4	---
III	Ser assinado pelo responsável técnico pelo trabalho de auditoria cooperativa	Aborda	4	---
IV	Ser remetido pela EAC ou pela empresa de auditoria independente à alta administração da instituição objeto de auditoria cooperativa em até dez dias após a data de emissão	Aborda	2	---
Pontuação Geral			90	8,16

Apêndice B – Formulário de aderência do relatório da cooperativa B

Requisitos contidos nas normas		COOPERATIVA B		
CARACTERÍSTICAS DA COOPERATIVA AUDITADA E A EXECUTORA DA AUDITORIA				
1	Nível da Cooperativa	1º nível - Cooperativa Singular		
2	Executora responsável pela auditoria cooperativa	EAC		
3	Credenciamento da executora da auditoria ao BACEN	Sim		
4	Data-base da auditoria cooperativa	31/08/2017		
5	Vínculo societário entre a EAC e a cooperativa auditada:			0,17
I	Participações diretas ou indiretas da cooperativa auditada limitadas a 20% (vinte por cento) do patrimônio da EAC	Não contém vínculo societário direto, só através da Central onde é filiada	2	---
II	Ausência de vínculo entre membro de órgão estatutário, empregado ou prestador de serviço da cooperativa auditada e a EAC	Não identificado	0	---
CONSTAM NO RELATÓRIO DA AUDITORIA COOPERATIVA				
6	Frequência mínima anual ou em período inferior, caso requisitado pelo Banco Central do Brasil	Não aborda	0	-
7	Critérios utilizados para definição do escopo da auditoria cooperativa:			1,33
I	Complexidade das operações e o porte da cooperativa	Aborda	4	---
II	Avaliação preliminar de riscos	Aborda	4	---
III	Adequação da situação econômico-financeira	Aborda	4	---
IV	Exposição da cooperativa a riscos decorrentes de suas operações com outras entidades, inclusive fundos exclusivos e fundos em que haja retenção substancial de riscos ou de benefícios	Aborda	4	---
8	Ressalta que considera os resultados de auditorias anteriormente realizadas	Aborda	2	0,33
9	Referência as cláusulas contratuais que prevêem:			-
I	Acesso integral e irrestrito do Banco Central do Brasil aos papéis de trabalho e aos demais documentos produzidos e utilizados na execução do serviço de auditoria cooperativa, bem como no processo de revisão de que trata o art. 5º, inclusive por meio de fornecimento de cópia	Não identificado	0	---
II	Comunicação por parte da executora do serviço de auditoria cooperativa ao Banco Central do Brasil, às respectivas confederações e, no caso de cooperativas singulares, também às cooperativas centrais de crédito a que sejam filiadas, além dos conselhos fiscais e de administração das entidades auditadas, dos fatos materialmente relevantes observados no processo de auditoria cooperativa, tais como:		0	---
a.	Irregularidades, deficiências ou situações de exposição anormal a riscos	Não identificado	0	---
b.	Descumprimento da regulamentação ou da legislação vigente	Não identificado	0	---
c.	Descumprimento de regras do sistema cooperativo a que a cooperativa de crédito esteja filiada	Não identificado	0	---
10	Ciência da necessidade da permanência com os relatórios de auditoria cooperativa pelo prazo mínimo de cinco anos caso solicitações do Banco Central do Brasil, Central das Cooperativas ou Confederação a que esteja filiada	Aborda	2	0,33
11	Escopo definido abordando a Circ. BACEN nº 3.799/2016			3,56
I	Em relação à adequação do desempenho operacional e da situação econômico-financeira, através de: a) situação econômico-financeira, incluindo aspectos de hígidez de curto e longo prazos, liquidez e adequada avaliação de ativos, passivos, patrimônio líquido e sobras ou perdas; b) integridade e fidedignidade das informações contábeis; c) conciliação de saldos contábeis relevantes; d) processos de concessão e de gerenciamento de crédito; e e) critérios adotados para a distribuição de sobras, rateio de perdas, formação de reservas, constituição de fundos específicos e destinação de recursos do Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social (Fates).	Aborda. Confrontar os saldos contábeis dos grupos do ativo, do passivo e do patrimônio líquido com relatórios internos e arquivos externos (cartas de contingência, cartas de circularização de saldos bancários, aplicações com TVM, operações de crédito realizadas, capital integralizado em outras instituições) e as coberturas de valores mantidos em tesouraria. Para a Centralização Financeira, verifica o cumprimento das Políticas Institucionais e o acompanhamento de sua gestão pelos CA e CF. Para a carteira de crédito é verificada, em base amostral, políticas de concessão de crédito, garantias, transparência nos contratos, adequação da carteira aos níveis de risco e suas provisões, consistência nos arrastos dos níveis de riscos, classificação das operações em prejuízo. Nos depósitos, cumprimento de taxas e prazos previstos nas Estratégias de Investimento ou na Política de Captação e do grau de concentração na captação e análise dos índices de liquidez (IL) e de centralização financeira das singulares (ICF-S). Análise do estatuto social e das atas da AGO/E e das Reuniões do CA e CF. Associados que não preenchem as condições estatutárias.	6	---
II	Em relação à adequação e à aderência das políticas institucionais, através de: a) segregação de funções e conflitos de interesse em atividades críticas; b) manuais, regulamentos internos, bem como determinações da cooperativa central e do sistema, quando aplicável; c) processo de prestação de informações sobre a situação financeira, o desempenho, as políticas de gestão de negócios e os fatos relevantes aos órgãos de administração, conselho fiscal e associados; e d) códigos de conduta e de ética, quando aplicável.	Aborda. Análise do organograma, segregação de funções e ausência de conflitos de interesse, regimentos internos, documentos expedidos pela confederação do sistema durante o ano, ocorrência de fatos relevante e o devido acompanhamento e comunicação, procedimentos aplicados pela governança para aplicação e divulgação do código de ética entre os funcionários.	6	---
III	Em relação à formação, à capacitação e à remuneração compatíveis com as atribuições e cargos, através de: a) política de remuneração da diretoria, do conselho de administração e do conselho fiscal, inclusive eventuais bônus por desempenho ou similares; e b) formação, capacitação e disponibilidade de tempo dos membros de órgãos estatutários, gerentes e dos integrantes da equipe técnica.	Aborda. Cumprimento das determinações assembleares sobre o pagamento de honorários e cédulas de presença aos CA, CF e diretoria executiva, existência de benefícios não salariais, aderência da governança e da equipe de técnica em treinamentos e programas de capacitação e educação continuada (PEPC) e disponibilidade de tempo dos membros estatutários de acordo com a complexidade de suas atividades.	6	---
IV	Em relação à adequação dos limites operacionais e dos requerimentos de capital, atendimento aos: a) requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência (PR); b) limites de exposição por cliente; e c) outros limites operacionais.	Aborda. Avalia o enquadramento ao PR, Capital Principal, Nível I, limites regulamentares de aplicação de recursos no Ativo Permanente (50% do PR), de exposição por cliente e de capital mínimo integralizado.	6	---

V	Em relação às regras e práticas de governança e controles internos, através de: a) constituição, funcionamento, segregação de funções e efetividade de atuação da diretoria, do conselho de administração e do conselho fiscal, consideradas as atribuições previstas em estatutos e na legislação vigente; b) implementação, adequação e conformidade do sistema de controles internos; c) estratégia, políticas e procedimentos de tecnologia da informação e comunicação; e d) normas, estrutura e processos relativos à segurança da informação e à integridade de dados.	Aborda. Devido cadastro dos membros eleitos pela AGO para o CA, CF e diretoria executiva, adequação das atas das reuniões dos CA e CF, verificar se há o devido acompanhamento por parte do CA as ações da diretoria executiva, dos planos de descumprimentos e deficiências apontados pelo CI e das regularizações dos apontamentos de auditoria e fiscalização. Verifica a segregação da função de ACIR, se cumprem o MIG - CI, aderência das informações inseridas na Lista de Verificação de Conformidade (LVC), backup periódico, acessos dos funcionários ativos, existência de acessos múltiplos e conflitantes. Segregação das funções de aprovação e liberação no SPB.	6	---
VI	Em relação à adequação da gestão de riscos e de capital, através de: a) capacidade de a instituição identificar, avaliar, monitorar, controlar e mitigar os riscos aos quais está exposta, de acordo com o porte e complexidade de suas operações; b) segregação das atividades de gerenciamento de riscos em relação às áreas negociais; c) planos para contingências e continuidade de negócios; e d) processo de gerenciamento de capital, incluindo a revisão periódica de sua compatibilidade com os riscos assumidos.	Aborda. Verifica a disseminação das políticas institucionais de gerenciamento dos riscos operacional, de mercado, de liquidez e de crédito e de responsabilidade, socioambiental e de gestão de capital, a aprovação das estratégias de investimento, registro, contabilização, tratamento, documentação e armazenamento das informações de perdas em virtude de erros operacionais, enquadramento do cadastro dos diretores responsáveis pela gerenciamento de risco no UNICAD, análise dos planos de contingência e continuidade operacional.	6	---
VII	Em relação à prevenção da lavagem de dinheiro e do financiamento do terrorismo (PLD/FT), através de: a) adequação da política institucional, da estrutura organizacional e dos procedimentos aplicáveis, abrangendo o monitoramento, a seleção e a análise de operações e situações passíveis de comunicação ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf); b) adequação dos procedimentos definidos com o objetivo de conhecer o cliente, abrangendo a identificação da origem e da constituição do seu patrimônio e seus recursos financeiros; c) adequação da política de treinamento em todos os níveis da organização; e d) adequação da auditoria interna em PLD/FT.	Aborda. Verifica os procedimentos de obtenção e análise de dados cadastrais e da documentação para abertura de relacionamento, atualização periódica dos dados cadastrais, monitoramento da compatibilidade das transações com os perfis dos associados (origem e destino dos recursos movimentados), procedimentos de análise e reporte das situações com indícios de crimes previstos na Lei nº 9.613/98, existência de programa de treinamento do PLD/FT e se a legislação que determina os prazos para renovação do treinamento é aplicada.	6	---
VIII	Em relação ao crédito rural e ao Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro), aplicáveis às instituições financeiras que operam no Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), através de: a) aderência aos dispositivos do Manual de Crédito Rural (MCR), principalmente nos tópicos que tratam dos beneficiários, da fiscalização, dos limites, das despesas, da formalização, do registro e da contabilização do crédito rural e do Proagro; e b) controles existentes para o adequado enquadramento e deferimento das operações de crédito rural e das coberturas do Proagro.	Não Aborda. A cooperativa não opera com crédito rural ou com recursos do PROAGRO.	0	---
IX	Em relação ao relacionamento com clientes e usuários de produtos e serviços financeiros, através de: a) aderência a normas de contratação de produtos e de prestação de serviços financeiros, inclusive no que tange ao conteúdo e à transparência das relações contratuais; b) adequação da cobrança e da divulgação das tarifas referentes aos serviços e aos produtos oferecidos; c) adequação da gestão de demandas de clientes e de usuários advindas da Ouvidoria e dos demais canais de atendimento da instituição; e d) conformidade da contratação de correspondentes no País, inclusive no que se refere à prestação de informações ao Banco Central do Brasil e à divulgação de informações ao público.	Aborda. Verifica disponibilidade de exemplares de Código de Defesa do Consumidor nas agências, quadro de avisos com direitos e deveres dos cooperados, nos contratos de operação de crédito são informados o CET, divulgação de tarifas aplicadas, divulgação de políticas e procedimentos de Ouvidoria, adesão ao convênio de utilização de serviço de Componente Único de Ouvidoria Sistêmica, designação do agente e do diretor responsável pela Ouvidoria com registro no UNICAD, histórico dos atendimentos e providências adotadas, existência de contrato formal de correspondente cooperativo definindo serviços realizados, direitos e obrigações.	6	---
12 Resultado das avaliações e conclusão da auditoria cooperativa		Aborda	4	0,67
13 Compõem o portfólio de relatórios entregues pela executora da auditoria cooperativa:				0,33
I	Programação anual detalhada das atividades de auditoria cooperativa que serão realizadas durante o ano seguinte	Não identificado	0	---
II	Relatório geral das atividades de auditoria cooperativa, contendo as atividades planejadas, a descrição das ações de auditoria efetivamente realizadas no ano e a avaliação crítica dos resultados alcançados	Não identificado	0	---
III	Relatórios específicos dos trabalhos de auditoria cooperativa, compreendendo, pelo menos, o planejamento dos trabalhos, a análise dos processos ou atividades, a avaliação dos controles internos, as amostras definidas e os testes realizados, as fragilidades identificadas, os achados de auditoria e as recomendações registradas	Recebido	6	---
14	Identificação da necessidade de revisão dos trabalhos de auditoria cooperativa pelo BACEN, seja através de: (a) prestação de informações e esclarecimentos adicionais; (b) realização de exames complementares pela executora do serviço de auditoria cooperativa; ou (c) revisão do trabalho executado	Não identificado	0	1,00
15 É demonstrado no relatório de auditoria cooperativa:				0,42
I	Ser emitido, de forma final, em até trinta dias após a data prevista na programação anual das atividades para conclusão dos trabalhos	Não Identificado	0	---
II	Descrever o resultado das análises realizadas conforme o escopo definido na forma do art. 1º desta Circular	Aborda	4	---
III	Ser assinado pelo responsável técnico pelo trabalho de auditoria cooperativa	Aborda	4	---
IV	Ser remetido pela EAC ou pela empresa de auditoria independente à alta administração da instituição objeto de auditoria cooperativa em até dez dias após a data de emissão	Aborda	2	---
Pontuação Geral			90	8,14

Apêndice C – Formulário de aderência do relatório da cooperativa C

Requisitos contidos nas normas		COOPERATIVA C		
CARACTERÍSTICAS DA COOPERATIVA AUDITADA E A EXECUTORA DA AUDITORIA				
1	Nível da Cooperativa	1º nível - Cooperativa Singular		
2	Executora responsável pela auditoria cooperativa	EAC		
3	Credenciamento da executora da auditoria ao BACEN	Sim		
4	Data-base da auditoria cooperativa	30/09/2017		
5	Vínculo societário entre a EAC e a cooperativa auditada:			0,17
I	Participações diretas ou indiretas da cooperativa auditada limitadas a 20% (vinte por cento) do patrimônio da EAC	Não contém vínculo societário direto, só através da Central onde é filiada	2	---
II	Ausência de vínculo entre membro de órgão estatutário, empregado ou prestador de serviço da cooperativa auditada e a EAC	Não identificado	0	---
CONSTAM NO RELATÓRIO DA AUDITORIA COOPERATIVA				
6	Frequência mínima anual ou em período inferior, caso requisitado pelo Banco Central do Brasil	Não aborda	0	-
7	Creritos utilizados para definição do escopo da auditoria cooperativa:			1,33
I	Complexidade das operações e o porte da cooperativa	Aborda	4	---
II	Avaliação preliminar de riscos	Aborda	4	---
III	Adequação da situação econômico-financeira	Aborda	4	---
IV	Exposição da cooperativa a riscos decorrentes de suas operações com outras entidades, inclusive fundos exclusivos e fundos em que haja retenção substancial de riscos ou de benefícios	Aborda	4	---
8	Ressalta que considera os resultados de auditorias anteriormente realizadas	Aborda	2	0,33
9	Referência as cláusulas contratuais que prevêm:			-
I	Acesso integral e irrestrito do Banco Central do Brasil aos papéis de trabalho e aos demais documentos produzidos e utilizados na execução do serviço de auditoria cooperativa, bem como no processo de revisão de que trata o art. 5º, inclusive por meio de fornecimento de cópia	Não identificado	0	---
II	Comunicação por parte da executora do serviço de auditoria cooperativa ao Banco Central do Brasil, às respectivas confederações e, no caso de cooperativas singulares, também às cooperativas centrais de crédito a que sejam filiadas, além dos conselhos fiscais e de administração das entidades auditadas, dos fatos materialmente relevantes observados no processo de auditoria cooperativa, tais como:		0	---
a.	Irregularidades, deficiências ou situações de exposição anormal a riscos	Não identificado	0	---
b.	Descumprimento da regulamentação ou da legislação vigente	Não identificado	0	---
c.	Descumprimento de regras do sistema cooperativo a que a cooperativa de crédito esteja filiada	Não identificado	0	---
10	Ciência da necessidade da permanência com os relatórios de auditoria cooperativa pelo prazo mínimo de cinco anos caso solicitações do Banco Central do Brasil, Central das Cooperativas ou Confederação a que esteja filiada	Aborda	2	0,33
11	Escopo definido abordando a Circ. BACEN nº 3.799/2016			3,48
I	Em relação à adequação do desempenho operacional e da situação econômico-financeira, através de: a) situação econômico-financeira, incluindo aspectos de hígidez de curto e longo prazos, liquidez e adequada avaliação de ativos, passivos, patrimônio líquido e sobras ou perdas; b) integridade e fidedignidade das informações contábeis; c) conciliação de saldos contábeis relevantes; d) processos de concessão e de gerenciamento de crédito; e e) critérios adotados para a distribuição de sobras, rateio de perdas, formação de reservas, constituição de fundos específicos e destinação de recursos do Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social (Fates).	Aborda. Confrontar os saldos contábeis dos grupos do ativo, do passivo e do patrimônio líquido com relatórios internos e arquivos externos (cartas de contingência, cartas de circularização de saldos bancários, aplicações com TVM, operações de crédito realizadas, capital integralizado em outras instituições) e as coberturas de valores mantidos em tesouraria. Para a Centralização Financeira, verifica o cumprimento das Políticas Institucionais e o acompanhamento de sua gestão pelos CA e CF. Para a carteira de crédito é verificada, em base amostral, políticas de concessão de crédito, garantias, transparência nos contratos, adequação da carteira aos níveis de risco e suas provisões, consistência nos arrastos dos níveis de riscos, classificação das operações em prejuízo. Nos depósitos, cumprimento de taxas e prazos previstos nas Estratégias de Investimento ou na Política de Captação e do grau de concentração na captação e análise dos índices de liquidez (IL) e de centralização financeira das singulares (ICF-S). Análise do estatuto social e das atas da AGO/E e das Reuniões do CA e CF. Associados que não preenchem as condições estatutárias.	6	---
II	Em relação à adequação e à aderência das políticas institucionais, através de: a) segregação de funções e conflitos de interesse em atividades críticas; b) manuais, regulamentos internos, bem como determinações da cooperativa central e do sistema, quando aplicável; c) processo de prestação de informações sobre a situação financeira, o desempenho, as políticas de gestão de negócios e os fatos relevantes aos órgãos de administração, conselho fiscal e associados; e d) códigos de conduta e de ética, quando aplicável.	Aborda. Análise do organograma, segregação de funções e ausência de conflitos de interesse, regimentos internos, documentos expedidos pela confederação do sistema durante o ano, ocorrência de fatos relevante e o devido acompanhamento e comunicação, procedimentos aplicados pela governança para aplicação e divulgação do código de ética entre os funcionários.	6	---
III	Em relação à formação, à capacitação e à remuneração compatíveis com as atribuições e cargos, através de: a) política de remuneração da diretoria, do conselho de administração e do conselho fiscal, inclusive eventuais bônus por desempenho ou similares; e b) formação, capacitação e disponibilidade de tempo dos membros de órgãos estatutários, gerentes e dos integrantes da equipe técnica.	Aborda. Cumprimento das determinações assembleares sobre o pagamento de honorários e cédulas de presença aos CA, CF e diretoria executiva, existência de benefícios não salariais, aderência da governança e da equipe de técnica em treinamentos e programas de capacitação e educação continuada (PEPC) e disponibilidade de tempo dos membros estatutários de acordo com a complexidade de suas atividades.	6	---
IV	Em relação à adequação dos limites operacionais e dos requerimentos de capital, atendimento aos: a) requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência (PR); b) limites de exposição por cliente; e c) outros limites operacionais.	Aborda. Avalia o enquadramento ao PR, Capital Principal, Nível I, limites regulamentares de aplicação de recursos no Ativo Permanente (50% do PR), de exposição por cliente e de capital mínimo integralizado.	6	---

V	Em relação às regras e práticas de governança e controles internos, através de: a) constituição, funcionamento, segregação de funções e efetividade de atuação da diretoria, do conselho de administração e do conselho fiscal, consideradas as atribuições previstas em estatutos e na legislação vigente; b) implementação, adequação e conformidade do sistema de controles internos; c) estratégia, políticas e procedimentos de tecnologia da informação e comunicação; e d) normas, estrutura e processos relativos à segurança da informação e à integridade de dados.	Aborda. Devido cadastro dos membros eleitos pela AGO para o CA, CF e diretoria executiva, adequação das atas das reuniões dos CA e CF, verificar se há o devido acompanhamento por parte do CA as ações da diretoria executiva, dos planos de descumprimentos e deficiências apontados pelo CI e das regularizações dos apontamentos de auditoria e fiscalização. Verifica a segregação da função de ACIR, se cumprem o MIG - CI, aderência das informações inseridas na Lista de Verificação de Conformidade (LVC), backup periódico, acessos dos funcionários ativos, existência de acessos múltiplos e conflitantes. Segregação das funções de aprovação e liberação no SPB.	6	---	
VI	Em relação à adequação da gestão de riscos e de capital, através de: a) capacidade de a instituição identificar, avaliar, monitorar, controlar e mitigar os riscos aos quais está exposta, de acordo com o porte e complexidade de suas operações; b) segregação das atividades de gerenciamento de riscos em relação às áreas negocialis; c) planos para contingências e continuidade de negócios; e d) processo de gerenciamento de capital, incluindo a revisão periódica de sua compatibilidade com os riscos assumidos.	Aborda. Verifica a disseminação das políticas institucionais de gerenciamento dos riscos operacional, de mercado, de liquidez e de crédito e de responsabilidade, socioambiental e de gestão de capital, a aprovação das estratégias de investimento, registro, contabilização, tratamento, documentação e armazenamento das informações de perdas em virtude de erros operacionais, enquadramento do cadastro dos diretores responsáveis pela gerenciamento de risco no UNICAD, análise dos planos de contingência.	5	---	
VII	Em relação à prevenção da lavagem de dinheiro e do financiamento do terrorismo (PLD/FT), através de: a) adequação da política institucional, da estrutura organizacional e dos procedimentos aplicáveis, abrangendo o monitoramento, a seleção e a análise de operações e situações passíveis de comunicação ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf); b) adequação dos procedimentos definidos com o objetivo de conhecer o cliente, abrangendo a identificação da origem e da constituição do seu patrimônio e seus recursos financeiros; c) adequação da política de treinamento em todos os níveis da organização; e d) adequação da auditoria interna em PLD/FT.	Aborda. Verifica os procedimentos de obtenção e análise de dados cadastrais e da documentação para abertura de relacionamento, atualização periódica dos dados cadastrais, monitoramento da compatibilidade das transações com os perfis dos associados (origem e destino dos recursos movimentados), procedimentos de análise e reporte das situações com indícios de crimes previstos na Lei nº 9.613/98, existência de programa de treinamento do PLD/FT e se a legislação que determina os prazos para renovação do treinamento é aplicada.	6	---	
VIII	Em relação ao crédito rural e ao Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro), aplicáveis às instituições financeiras que operam no Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), através de: a) aderência aos dispositivos do Manual de Crédito Rural (MCR), principalmente nos tópicos que tratam dos beneficiários, da fiscalização, dos limites, das despesas, da formalização, do registro e da contabilização do crédito rural e do Proagro; e b) controles existentes para o adequado enquadramento e deferimento das operações de crédito rural e das coberturas do Proagro.	Não Aborda. A cooperativa não opera com crédito rural ou com recursos do PROAGRO.	0	---	
IX	Em relação ao relacionamento com clientes e usuários de produtos e serviços financeiros, através de: a) aderência a normas de contratação de produtos e de prestação de serviços financeiros, inclusive no que tange ao conteúdo e à transparência das relações contratuais; b) adequação da cobrança e da divulgação das tarifas referentes aos serviços e aos produtos oferecidos; c) adequação da gestão de demandas de clientes e de usuários advindas da Ouvidoria e dos demais canais de atendimento da instituição; e d) conformidade da contratação de correspondentes no País, inclusive no que se refere à prestação de informações ao Banco Central do Brasil e à divulgação de informações ao público.	Aborda. Verifica disponibilidade de exemplares de Código de Defesa do Consumidor nas agências, quadro de avisos com direitos e deveres dos cooperados, nos contratos de operação de crédito são informados o CET, divulgação de tarifas aplicadas, divulgação de políticas e procedimentos de Ouvidoria, adesão ao convênio de utilização de serviço de Componente Único de Ouvidoria Sistêmica, designação do agente e do diretor responsável pela Ouvidoria com registro no UNICAD, histórico dos atendimentos e providências adotadas, existência de contrato formal de correspondente cooperativo definindo serviços realizados, direitos e obrigações.	6	---	
12	Resultado das avaliações e conclusão da auditoria cooperativa		Aborda	4	0,67
13	Compõem o portfólio de relatórios entregues pela executora da auditoria cooperativa:				0,33
I	Programação anual detalhada das atividades de auditoria cooperativa que serão realizadas durante o ano seguinte	Não identificado	0	---	
II	Relatório geral das atividades de auditoria cooperativa, contendo as atividades planejadas, a descrição das ações de auditoria efetivamente realizadas no ano e a avaliação crítica dos resultados alcançados	Não identificado	0	---	
III	Relatórios específicos dos trabalhos de auditoria cooperativa, compreendendo, pelo menos, o planejamento dos trabalhos, a análise dos processos ou atividades, a avaliação dos controles internos, as amostras definidas e os testes realizados, as fragilidades identificadas, os achados de auditoria e as recomendações registradas	Recebido	6	---	
14	Identificação da necessidade de revisão dos trabalhos de auditoria cooperativa pelo BACEN, seja através de: (a) prestação de informações e esclarecimentos adicionais; (b) realização de exames complementares pela executora do serviço de auditoria cooperativa; ou (c) revisão do trabalho executado	Não identificado	0		1,00
15	É demonstrado no relatório de auditoria cooperativa:				0,42
I	Ser emitido, de forma final, em até trinta dias após a data prevista na programação anual das atividades para conclusão dos trabalhos	Não Identificado	0	---	
II	Descrever o resultado das análises realizadas conforme o escopo definido na forma do art. 1º desta Circular	Aborda	4	---	
III	Ser assinado pelo responsável técnico pelo trabalho de auditoria cooperativa	Aborda	4	---	
IV	Ser remetido pela EAC ou pela empresa de auditoria independente à alta administração da instituição objeto de auditoria cooperativa em até dez dias após a data de emissão	Aborda	2	---	
Pontuação Geral			89		8,06

Apêndice D – Formulário de aderência do relatório da cooperativa D

Requisitos contidos nas normas		COOPERATIVA D		
CARACTERÍSTICAS DA COOPERATIVA AUDITADA E A EXECUTORA DA AUDITORIA				
1	Nível da Cooperativa	1º nível - Cooperativa Singular		
2	Executora responsável pela auditoria cooperativa	EAC		
3	Credenciamento da executora da auditoria ao BACEN	Sim		
4	Data-base da auditoria cooperativa	31/07/2017		
5	Vínculo societário entre a EAC e a cooperativa auditada:			0,17
I	Participações diretas ou indiretas da cooperativa auditada limitadas a 20% (vinte por cento) do patrimônio da EAC	Não contém vínculo societário direto, só através da Central onde é filiada	2	---
II	Ausência de vínculo entre membro de órgão estatutário, empregado ou prestador de serviço da cooperativa auditada e a EAC	Não identificado	0	---
CONSTAM NO RELATÓRIO DA AUDITORIA COOPERATIVA				
6	Frequência mínima anual ou em período inferior, caso requisitado pelo Banco Central do Brasil	Não aborda	0	-
7	Critérios utilizados para definição do escopo da auditoria cooperativa:			1,33
I	Complexidade das operações e o porte da cooperativa	Aborda	4	---
II	Avaliação preliminar de riscos	Aborda	4	---
III	Adequação da situação econômico-financeira	Aborda	4	---
IV	Exposição da cooperativa a riscos decorrentes de suas operações com outras entidades, inclusive fundos exclusivos e fundos em que haja retenção substancial de riscos ou de benefícios	Aborda	4	---
8	Ressalta que considera os resultados de auditorias anteriormente realizadas	Aborda	2	0,33
9	Referência as cláusulas contratuais que prevêem:			-
I	Acesso integral e irrestrito do Banco Central do Brasil aos papéis de trabalho e aos demais documentos produzidos e utilizados na execução do serviço de auditoria cooperativa, bem como no processo de revisão de que trata o art. 5º, inclusive por meio de fornecimento de cópia	Não identificado	0	---
II	Comunicação por parte da executora do serviço de auditoria cooperativa ao Banco Central do Brasil, às respectivas confederações e, no caso de cooperativas singulares, também às cooperativas centrais de crédito a que sejam filiadas, além dos conselhos fiscais e de administração das entidades auditadas, dos fatos materialmente relevantes observados no processo de auditoria cooperativa, tais como:		0	---
a.	<i>Irregularidades, deficiências ou situações de exposição anormal a riscos</i>	<i>Não identificado</i>	0	---
b.	<i>Descumprimento da regulamentação ou da legislação vigente</i>	<i>Não identificado</i>	0	---
c.	<i>Descumprimento de regras do sistema cooperativo a que a cooperativa de crédito esteja filiada</i>	<i>Não identificado</i>	0	---
10	Ciência da necessidade da permanência com os relatórios de auditoria cooperativa pelo prazo mínimo de cinco anos caso solicitações do Banco Central do Brasil, Central das Cooperativas ou Confederação a que esteja filiada	Aborda	2	0,33
11	Escopo definido abordando a Circ. BACEN nº 3.799/2016			3,56
I	Em relação à adequação do desempenho operacional e da situação econômico-financeira, através de: a) situação econômico-financeira, incluindo aspectos de hígidez de curto e longo prazos, liquidez e adequada avaliação de ativos, passivos, patrimônio líquido e sobras ou perdas; b) integridade e fidedignidade das informações contábeis; c) conciliação de saldos contábeis relevantes; d) processos de concessão e de gerenciamento de crédito; e e) critérios adotados para a distribuição de sobras, rateio de perdas, formação de reservas, constituição de fundos específicos e destinação de recursos do Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social (Fates).	Aborda. Confrontar os saldos contábeis dos grupos do ativo, do passivo e do patrimônio líquido com relatórios internos e arquivos externos (cartas de contingência, cartas de circularização de saldos bancários, aplicações com TVM, operações de crédito realizadas, capital integralizado em outras instituições) e as coberturas de valores mantidos em tesouraria. Para a Centralização Financeira, verifica o cumprimento das Políticas Institucionais e o acompanhamento de sua gestão pelos CA e CF. Para a carteira de crédito é verificada, em base amostral, políticas de concessão de crédito, garantias, transparência nos contratos, adequação da carteira aos níveis de risco e suas provisões, consistência nos arrastos dos níveis de riscos, classificação das operações em prejuízo. Nos depósitos, cumprimento de taxas e prazos previstos nas Estratégias de Investimento ou na Política de Captação e do grau de concentração na captação e análise dos índices de liquidez (IL) e de centralização financeira das singulares (ICF-S). Análise do estatuto social e das atas da AGO/E e das Reuniões do CA e CF. Associados que não preenchem as condições estatutárias.	6	---
II	Em relação à adequação e à aderência das políticas institucionais, através de: a) segregação de funções e conflitos de interesse em atividades críticas; b) manuais, regulamentos internos, bem como determinações da cooperativa central e do sistema, quando aplicável; c) processo de prestação de informações sobre a situação financeira, o desempenho, as políticas de gestão de negócios e os fatos relevantes aos órgãos de administração, conselho fiscal e associados; e d) códigos de conduta e de ética, quando aplicável.	Aborda. Análise do organograma, segregação de funções e ausência de conflitos de interesse, regimentos internos, documentos expedidos pela confederação do sistema durante o ano, ocorrência de fatos relevante e o devido acompanhamento e comunicação, procedimentos aplicados pela governança para aplicação e divulgação do código de ética entre os funcionários e adesão às políticas institucionais do sistema mesmo não aderindo ao padrão sistêmico.	6	---
III	Em relação à formação, à capacitação e à remuneração compatíveis com as atribuições e cargos, através de: a) política de remuneração da diretoria, do conselho de administração e do conselho fiscal, inclusive eventuais bônus por desempenho ou similares; e b) formação, capacitação e disponibilidade de tempo dos membros de órgãos estatutários, gerentes e dos integrantes da equipe técnica.	Aborda. Cumprimento das determinações assembleares sobre o pagamento de honorários e cédulas de presença aos CA, CF e diretoria executiva, existência de benefícios não salariais, aderência da governança e da equipe de técnica em treinamentos e programas de capacitação e educação continuada (PEPC) e disponibilidade de tempo dos membros estatutários de acordo com a complexidade de suas atividades.	6	---
IV	Em relação à adequação dos limites operacionais e dos requerimentos de capital, atendimento aos: a) requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência (PR); b) limites de exposição por cliente; e c) outros limites operacionais.	Aborda. Avalia o enquadramento ao PR, Capital Principal, Nível I, limites regulamentares de aplicação de recursos no Ativo Permanente (50% do PR), de exposição por cliente e de capital mínimo integralizado.	6	---

V	Em relação às regras e práticas de governança e controles internos, através de: a) constituição, funcionamento, segregação de funções e efetividade de atuação da diretoria, do conselho de administração e do conselho fiscal, consideradas as atribuições previstas em estatutos e na legislação vigente; b) implementação, adequação e conformidade do sistema de controles internos; c) estratégia, políticas e procedimentos de tecnologia da informação e comunicação; e d) normas, estrutura e processos relativos à segurança da informação e à integridade de dados.	Aborda. Devido cadastro dos membros eleitos pela AGO para o CA, CF e diretoria executiva, adequação das atas das reuniões dos CA e CF, verificar se há o devido acompanhamento por parte do CA as ações da diretoria executiva, dos planos de descumprimentos e deficiências apontados pelo CI e das regularizações dos apontamentos de auditoria e fiscalização. Verifica a segregação da função de ACIR, se cumprem o MIG - CI, aderência das informações inseridas na Lista de Verificação de Conformidade (LVC), backup periódico, acessos dos funcionários ativos, existência de acessos múltiplos e conflitantes. Segregação das funções de aprovação e liberação no SPB.	6	---	
VI	Em relação à adequação da gestão de riscos e de capital, através de: a) capacidade de a instituição identificar, avaliar, monitorar, controlar e mitigar os riscos aos quais está exposta, de acordo com o porte e complexidade de suas operações; b) segregação das atividades de gerenciamento de riscos em relação às áreas negociais; c) planos para contingências e continuidade de negócios; e d) processo de gerenciamento de capital, incluindo a revisão periódica de sua compatibilidade com os riscos assumidos.	Aborda. Verifica a disseminação das políticas institucionais de gerenciamento dos riscos operacional, de mercado, de liquidez e de crédito e de responsabilidade, socioambiental e de gestão de capital, a aprovação das estratégias de investimento, registro, contabilização, tratamento, documentação e armazenamento das informações de perdas em virtude de erros operacionais, enquadramento do cadastro dos diretores responsáveis pela gerenciamento de risco no UNICAD, análise dos planos de contingência e continuidade operacional.	6	---	
VII	Em relação à prevenção da lavagem de dinheiro e do financiamento do terrorismo (PLD/FT), através de: a) adequação da política institucional, da estrutura organizacional e dos procedimentos aplicáveis, abrangendo o monitoramento, a seleção e a análise de operações e situações passíveis de comunicação ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf); b) adequação dos procedimentos definidos com o objetivo de conhecer o cliente, abrangendo a identificação da origem e da constituição do seu patrimônio e seus recursos financeiros; c) adequação da política de treinamento em todos os níveis da organização; e d) adequação da auditoria interna em PLD/FT.	Aborda. Verifica os procedimentos de obtenção e análise de dados cadastrais e da documentação para abertura de relacionamento, atualização periódica dos dados cadastrais, monitoramento da compatibilidade das transações com os perfis dos associados (origem e destino dos recursos movimentados), procedimentos de análise e reporte das situações com indícios de crimes previstos na Lei nº 9.613/98, existência de programa de treinamento do PLD/FT e se a legislação que determina os prazos para renovação do treinamento é aplicada.	6	---	
VIII	Em relação ao crédito rural e ao Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro), aplicáveis às instituições financeiras que operam no Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), através de: a) aderência aos dispositivos do Manual de Crédito Rural (MCR), principalmente nos tópicos que tratam dos beneficiários, da fiscalização, dos limites, das despesas, da formalização, do registro e da contabilização do crédito rural e do Proagro; e b) controles existentes para o adequado enquadramento e deferimento das operações de crédito rural e das coberturas do Proagro.	Não Aborda. A cooperativa não opera com crédito rural ou com recursos do PROAGRO.	0	---	
IX	Em relação ao relacionamento com clientes e usuários de produtos e serviços financeiros, através de: a) aderência a normas de contratação de produtos e de prestação de serviços financeiros, inclusive no que tange ao conteúdo e à transparência das relações contratuais; b) adequação da cobrança e da divulgação das tarifas referentes aos serviços e aos produtos oferecidos; c) adequação da gestão de demandas de clientes e de usuários advindas da Ouvidoria e dos demais canais de atendimento da instituição; e d) conformidade da contratação de correspondentes no País, inclusive no que se refere à prestação de informações ao Banco Central do Brasil e à divulgação de informações ao público.	Aborda. Verifica disponibilidade de exemplares de Código de Defesa do Consumidor nas agências, quadro de avisos com direitos e deveres dos cooperados, nos contratos de operação de crédito são informados o CET, divulgação de tarifas aplicadas, divulgação de políticas e procedimentos de Ouvidoria, adesão ao convênio de utilização de serviço de Componente Único de Ouvidoria Sistêmica, designação do agente e do diretor responsável pela Ouvidoria com registro no UNICAD, histórico dos atendimentos e providências adotadas, existência de contrato formal de correspondente cooperativo definindo serviços realizados, direitos e obrigações, existência de contrato de correspondente cooperativo no UNICAD, divulgação da condição para prestar serviços e relação dos correspondentes atualizada.	6	---	
12	Resultado das avaliações e conclusão da auditoria cooperativa		Aborda	4	0,67
13	Compõem o portfólio de relatórios entregues pela executora da auditoria cooperativa:				0,33
I	Programação anual detalhada das atividades de auditoria cooperativa que serão realizadas durante o ano seguinte	Não identificado	0	---	
II	Relatório geral das atividades de auditoria cooperativa, contendo as atividades planejadas, a descrição das ações de auditoria efetivamente realizadas no ano e a avaliação crítica dos resultados alcançados	Não identificado	0	---	
III	Relatórios específicos dos trabalhos de auditoria cooperativa, compreendendo, pelo menos, o planejamento dos trabalhos, a análise dos processos ou atividades, a avaliação dos controles internos, as amostras definidas e os testes realizados, as fragilidades identificadas, os achados de auditoria e as recomendações registradas	Recebido	6	---	
14	Identificação da necessidade de revisão dos trabalhos de auditoria cooperativa pelo BACEN, seja através de: (a) prestação de informações e esclarecimentos adicionais; (b) realização de exames complementares pela executora do serviço de auditoria cooperativa; ou (c) revisão do trabalho executado	Não identificado	0		1,00
15	É demonstrado no relatório de auditoria cooperativa:				0,42
I	Ser emitido, de forma final, em até trinta dias após a data prevista na programação anual das atividades para conclusão dos trabalhos	Emissão em período superior aos 30 dias	0	---	
II	Descrever o resultado das análises realizadas conforme o escopo definido na forma do art. 1º desta Circular	Aborda	4	---	
III	Ser assinado pelo responsável técnico pelo trabalho de auditoria cooperativa	Aborda	4	---	
IV	Ser remetido pela EAC ou pela empresa de auditoria independente à alta administração da instituição objeto de auditoria cooperativa em até dez dias após a data de emissão	Aborda	2	---	
Pontuação Geral			90		8,14

Apêndice E – Formulário de aderência do relatório da cooperativa E

Requisitos contidos nas normas		COOPERATIVA E		
CARACTERÍSTICAS DA COOPERATIVA AUDITADA E A EXECUTORA DA AUDITORIA				
1	Nível da Cooperativa	1º nível - Cooperativa Singular		
2	Executora responsável pela auditoria cooperativa	EAC		
3	Credenciamento da executora da auditoria ao BACEN	Sim		
4	Data-base da auditoria cooperativa	30/06/2017		
5	Vínculo societário entre a EAC e a cooperativa auditada:			0,17
I	Participações diretas ou indiretas da cooperativa auditada limitadas a 20% (vinte por cento) do patrimônio da EAC	Não contém vínculo societário direto, só através da Central onde é filiada	2	---
II	Ausência de vínculo entre membro de órgão estatutário, empregado ou prestador de serviço da cooperativa auditada e a EAC	Não identificado	0	---
CONSTAM NO RELATÓRIO DA AUDITORIA COOPERATIVA				
6	Frequência mínima anual ou em período inferior, caso requisitado pelo Banco Central do Brasil	Não aborda	0	-
7	Crítérios utilizados para definição do escopo da auditoria cooperativa:			1,33
I	Complexidade das operações e o porte da cooperativa	Aborda	4	---
II	Avaliação preliminar de riscos	Aborda	4	---
III	Adequação da situação econômico-financeira	Aborda	4	---
IV	Exposição da cooperativa a riscos decorrentes de suas operações com outras entidades, inclusive fundos exclusivos e fundos em que haja retenção substancial de riscos ou de benefícios	Aborda	4	---
8	Ressalta que considera os resultados de auditorias anteriormente realizadas	Aborda	2	0,33
9	Referência as cláusulas contratuais que prevêm:			-
I	Acesso integral e irrestrito do Banco Central do Brasil aos papéis de trabalho e aos demais documentos produzidos e utilizados na execução do serviço de auditoria cooperativa, bem como no processo de revisão de que trata o art. 5º, inclusive por meio de fornecimento de cópia	Não identificado	0	---
II	Comunicação por parte da executora do serviço de auditoria cooperativa ao Banco Central do Brasil, às respectivas confederações e, no caso de cooperativas singulares, também às cooperativas centrais de crédito a que sejam filiadas, além dos conselhos fiscais e de administração das entidades auditadas, dos fatos materialmente relevantes observados no processo de auditoria cooperativa, tais como:		0	---
a.	Irregularidades, deficiências ou situações de exposição anormal a riscos	Não identificado	0	---
b.	Descumprimento da regulamentação ou da legislação vigente	Não identificado	0	---
c.	Descumprimento de regras do sistema cooperativo a que a cooperativa de crédito esteja filiada	Não identificado	0	---
10	Ciência da necessidade da permanência com os relatórios de auditoria cooperativa pelo prazo mínimo de cinco anos caso solicitações do Banco Central do Brasil, Central das Cooperativas ou Confederação a que esteja filiada	Aborda	2	0,33
11	Escopo definido abordando a Circ. BACEN nº 3.799/2016			3,33
I	Em relação à adequação do desempenho operacional e da situação econômico-financeira, através de: a) situação econômico-financeira, incluindo aspectos de hígidez de curto e longo prazos, liquidez e adequada avaliação de ativos, passivos, patrimônio líquido e sobras ou perdas; b) integridade e fidedignidade das informações contábeis; c) conciliação de saldos contábeis relevantes; d) processos de concessão e de gerenciamento de crédito; e e) critérios adotados para a distribuição de sobras, rateio de perdas, formação de reservas, constituição de fundos específicos e destinação de recursos do Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social (Fates).	Aborda. Confrontar os saldos contábeis dos grupos do ativo, do passivo e do patrimônio líquido com relatórios internos e arquivos externos (cartas de contingência, cartas de circularização de saldos bancários, aplicações com TVM, operações de crédito realizadas, capital integralizado em outras instituições) e as coberturas de valores mantidos em tesouraria. Para a Centralização Financeira, verifica o cumprimento das Políticas Institucionais e o acompanhamento de sua gestão pelos CA e CF. Para a carteira de crédito é verificada, em base amostral, políticas de concessão de crédito, garantias, transparência nos contratos, adequação da carteira aos níveis de risco e suas provisões, consistência nos arrastos dos níveis de riscos, classificação das operações em prejuízo. Nos depósitos, cumprimento de taxas e prazos previstos nas Estratégias de Investimento ou na Política de Captação e do grau de concentração na captação e análise dos índices de liquidez (IL) e de centralização financeira das singulares (ICF-S). Análise do estatuto social e das atas da AGO/E e das Reuniões do CA e CF. Associados que não preenchem as condições estatutárias.	6	---
II	Em relação à adequação e à aderência das políticas institucionais, através de: a) segregação de funções e conflitos de interesse em atividades críticas; b) manuais, regulamentos internos, bem como determinações da cooperativa central e do sistema, quando aplicável; c) processo de prestação de informações sobre a situação financeira, o desempenho, as políticas de gestão de negócios e os fatos relevantes aos órgãos de administração, conselho fiscal e associados; e d) códigos de conduta e de ética, quando aplicável.	Aborda. Análise do organograma, segregação de funções e ausência de conflitos de interesse, regimentos internos, documentos expedidos pela confederação do sistema durante o ano, ocorrência de fatos relevante e o devido acompanhamento e comunicação, procedimentos aplicados pela governança para aplicação e divulgação do código de ética entre os funcionários.	6	---
III	Em relação à formação, à capacitação e à remuneração compatíveis com as atribuições e cargos, através de: a) política de remuneração da diretoria, do conselho de administração e do conselho fiscal, inclusive eventuais bônus por desempenho ou similares; e b) formação, capacitação e disponibilidade de tempo dos membros de órgãos estatutários, gerentes e dos integrantes da equipe técnica.	Aborda. Cumprimento das determinações assembleares sobre o pagamento de honorários e cédulas de presença aos CA, CF e diretoria executiva, existência de benefícios não salariais, aderência da governança e da equipe de técnica em treinamentos e programas de capacitação e educação continuada (PEPC) e disponibilidade de tempo dos membros estatutários de acordo com a complexidade de suas atividades.	6	---
IV	Em relação à adequação dos limites operacionais e dos requerimentos de capital, atendimento aos: a) requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência (PR); b) limites de exposição por cliente; e c) outros limites operacionais.	Aborda. Avalia o enquadramento ao PR, Capital Principal, Nível I, limites regulamentares de aplicação de recursos no Ativo Permanente (50% do PR), de exposição por cliente e de capital mínimo integralizado.	6	---

V	Em relação às regras e práticas de governança e controles internos, através de: a) constituição, funcionamento, segregação de funções e efetividade de atuação da diretoria, do conselho de administração e do conselho fiscal, consideradas as atribuições previstas em estatutos e na legislação vigente; b) implementação, adequação e conformidade do sistema de controles internos; c) estratégia, políticas e procedimentos de tecnologia da informação e comunicação; e d) normas, estrutura e processos relativos à segurança da informação e à integridade de dados.	Aborda. Devido cadastro dos membros eleitos pela AGO para o CA, CF e diretoria executiva, adequação das atas das reuniões dos CA e CF, verificar se há o devido acompanhamento por parte do CA as ações da diretoria executiva, dos planos de descumprimentos e deficiências apontados pelo CI e das regularizações dos apontamentos de auditoria e fiscalização. Verifica a segregação da função de ACIR, se cumprem o MIG - CI, aderência das informações inseridas na Lista de Verificação de Conformidade (LVC), backup periódico, acessos dos funcionários ativos, existência de acessos múltiplos e conflitantes. Segregação das funções de aprovação e liberação no SPB.	6	---	
VI	Em relação à adequação da gestão de riscos e de capital, através de: a) capacidade de a instituição identificar, avaliar, monitorar, controlar e mitigar os riscos aos quais está exposta, de acordo com o porte e complexidade de suas operações; b) segregação das atividades de gerenciamento de riscos em relação às áreas negociais; c) planos para contingências e continuidade de negócios; e d) processo de gerenciamento de capital, incluindo a revisão periódica de sua compatibilidade com os riscos assumidos.	Aborda. Verifica a disseminação das políticas institucionais de gerenciamento dos riscos operacional, de mercado, de liquidez e de crédito e de responsabilidade, socioambiental e de gestão de capital, a aprovação das estratégias de investimento, registro, contabilização, tratamento, documentação e armazenamento das informações de perdas em virtude de erros operacionais, enquadramento do cadastro dos diretores responsáveis pela gerenciamento de risco no UNICAD, análise dos planos de contingência.	5	---	
VII	Em relação à prevenção da lavagem de dinheiro e do financiamento do terrorismo (PLD/FT), através de: a) adequação da política institucional, da estrutura organizacional e dos procedimentos aplicáveis, abrangendo o monitoramento, a seleção e a análise de operações e situações passíveis de comunicação ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf); b) adequação dos procedimentos definidos com o objetivo de conhecer o cliente, abrangendo a identificação da origem e da constituição do seu patrimônio e seus recursos financeiros; c) adequação da política de treinamento em todos os níveis da organização; e d) adequação da auditoria interna em PLD/FT.	Aborda. Verifica os procedimentos de obtenção e análise de dados cadastrais e da documentação para abertura de relacionamento, atualização periódica dos dados cadastrais, existência de programa de treinamento do PLD/FT e se a legislação que determina os prazos para renovação do treinamento é aplicada.	5	---	
VIII	Em relação ao crédito rural e ao Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro), aplicáveis às instituições financeiras que operam no Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), através de: a) aderência aos dispositivos do Manual de Crédito Rural (MCR), principalmente nos tópicos que tratam dos beneficiários, da fiscalização, dos limites, das despesas, da formalização, do registro e da contabilização do crédito rural e do Proagro; e b) controles existentes para o adequado enquadramento e deferimento das operações de crédito rural e das coberturas do Proagro.	Não Aborda. A cooperativa não opera com crédito rural ou com recursos do PROAGRO.	0	---	
IX	Em relação ao relacionamento com clientes e usuários de produtos e serviços financeiros, através de: a) aderência a normas de contratação de produtos e de prestação de serviços financeiros, inclusive no que tange ao conteúdo e à transparência das relações contratuais; b) adequação da cobrança e da divulgação das tarifas referentes aos serviços e aos produtos oferecidos; c) adequação da gestão de demandas de clientes e de usuários advindas da Ouvidoria e dos demais canais de atendimento da instituição; e d) conformidade da contratação de correspondentes no País, inclusive no que se refere à prestação de informações ao Banco Central do Brasil e à divulgação de informações ao público.	Aborda. Verifica disponibilidade de exemplares de Código de Defesa do Consumidor nas agências, quadro de avisos com direitos e deveres dos cooperados, nos contratos de operação de crédito são informados o CET, divulgação de tarifas aplicadas, divulgação de políticas e procedimentos de Ouvidoria em cartazes, sites e outros canais de atendimento.	5	---	
12	Resultado das avaliações e conclusão da auditoria cooperativa		Aborda	4	0,67
13	Compõem o portfólio de relatórios entregues pela executora da auditoria cooperativa:				0,33
I	Programação anual detalhada das atividades de auditoria cooperativa que serão realizadas durante o ano seguinte	Não identificado	0	---	
II	Relatório geral das atividades de auditoria cooperativa, contendo as atividades planejadas, a descrição das ações de auditoria efetivamente realizadas no ano e a avaliação crítica dos resultados alcançados	Não identificado	0	---	
III	Relatórios específicos dos trabalhos de auditoria cooperativa, compreendendo, pelo menos, o planejamento dos trabalhos, a análise dos processos ou atividades, a avaliação dos controles internos, as amostras definidas e os testes realizados, as fragilidades identificadas, os achados de auditoria e as recomendações registradas	Recebido	6	---	
14	Identificação da necessidade de revisão dos trabalhos de auditoria cooperativa pelo BACEN, seja através de: (a) prestação de informações e esclarecimentos adicionais; (b) realização de exames complementares pela executora do serviço de auditoria cooperativa; ou (c) revisão do trabalho executado	Não identificado	0		1,00
15	É demonstrado no relatório de auditoria cooperativa:				0,42
I	Ser emitido, de forma final, em até trinta dias após a data prevista na programação anual das atividades para conclusão dos trabalhos	Não Identificado	0	---	
II	Descrever o resultado das análises realizadas conforme o escopo definido na forma do art. 1º desta Circular	Aborda	4	---	
III	Ser assinado pelo responsável técnico pelo trabalho de auditoria cooperativa	Aborda	4	---	
IV	Ser remetido pela EAC ou pela empresa de auditoria independente à alta administração da instituição objeto de auditoria cooperativa em até dez dias após a data de emissão	Aborda	2	---	
Pontuação Geral			87		7,92

Apêndice F – Formulário de aderência do relatório da cooperativa F

Requisitos contidos nas normas		COOPERATIVA F		
CARACTERÍSTICAS DA COOPERATIVA AUDITADA E A EXECUTORA DA AUDITORIA				
1	Nível da Cooperativa	1º nível - Cooperativa Singular		
2	Executora responsável pela auditoria cooperativa	EAC		
3	Credenciamento da executora da auditoria ao BACEN	Sim		
4	Data-base da auditoria cooperativa	31/08/2017		
5	Vínculo societário entre a EAC e a cooperativa auditada:			0,17
I	Participações diretas ou indiretas da cooperativa auditada limitadas a 20% (vinte por cento) do patrimônio da EAC	Não contém vínculo societário direto, só através da Central onde é filiada	2	---
II	Ausência de vínculo entre membro de órgão estatutário, empregado ou prestador de serviço da cooperativa auditada e a EAC	Não identificado	0	---
CONSTAM NO RELATÓRIO DA AUDITORIA COOPERATIVA				
6	Frequência mínima anual ou em período inferior, caso requisitado pelo Banco Central do Brasil	Não aborda	0	-
7	Critérios utilizados para definição do escopo da auditoria cooperativa:			1,33
I	Complexidade das operações e o porte da cooperativa	Aborda	4	---
II	Avaliação preliminar de riscos	Aborda	4	---
III	Adequação da situação econômico-financeira	Aborda	4	---
IV	Exposição da cooperativa a riscos decorrentes de suas operações com outras entidades, inclusive fundos exclusivos e fundos em que haja retenção substancial de riscos ou de benefícios	Aborda	4	---
8	Ressalta que considera os resultados de auditorias anteriormente realizadas	Aborda	2	0,33
9	Referência as cláusulas contratuais que prevêem:			-
I	Acesso integral e irrestrito do Banco Central do Brasil aos papéis de trabalho e aos demais documentos produzidos e utilizados na execução do serviço de auditoria cooperativa, bem como no processo de revisão de que trata o art. 5º, inclusive por meio de fornecimento de cópia	Não identificado	0	---
II	Comunicação por parte da executora do serviço de auditoria cooperativa ao Banco Central do Brasil, às respectivas confederações e, no caso de cooperativas singulares, também às cooperativas centrais de crédito a que sejam filiadas, além dos conselhos fiscais e de administração das entidades auditadas, dos fatos materialmente relevantes observados no processo de auditoria cooperativa, tais como:		0	---
a.	Irregularidades, deficiências ou situações de exposição anormal a riscos	Não identificado	0	---
b.	Descumprimento da regulamentação ou da legislação vigente	Não identificado	0	---
c.	Descumprimento de regras do sistema cooperativo a que a cooperativa de crédito esteja filiada	Não identificado	0	---
10	Ciência da necessidade da permanência com os relatórios de auditoria cooperativa pelo prazo mínimo de cinco anos caso solicitações do Banco Central do Brasil, Central das Cooperativas ou Confederação a que esteja filiada	Aborda	2	0,33
11	Escopo definido abordando a Circ. BACEN nº 3.799/2016			3,41
I	Em relação à adequação do desempenho operacional e da situação econômico-financeira, através de: a) situação econômico-financeira, incluindo aspectos de hígidez de curto e longo prazos, liquidez e adequada avaliação de ativos, passivos, patrimônio líquido e sobras ou perdas; b) integridade e fidedignidade das informações contábeis; c) conciliação de saldos contábeis relevantes; d) processos de concessão e de gerenciamento de crédito; e e) critérios adotados para a distribuição de sobras, rateio de perdas, formação de reservas, constituição de fundos específicos e destinação de recursos do Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social (Fates).	Aborda. Confrontar os saldos contábeis dos grupos do ativo, do passivo e do patrimônio líquido com relatórios internos e arquivos externos (cartas de contingência, cartas de circularização de saldos bancários, aplicações com TVM, operações de crédito realizadas, capital integralizado em outras instituições) e as coberturas de valores mantidos em tesouraria. Para a Centralização Financeira, verifica o cumprimento das Políticas Institucionais e o acompanhamento de sua gestão pelos CA e CF. Para a carteira de crédito é verificada, em base amostral, políticas de concessão de crédito, garantias, transparência nos contratos, adequação da carteira aos níveis de risco e suas provisões, consistência nos arrastos dos níveis de riscos, classificação das operações em prejuízo. Nos depósitos, cumprimento de taxas e prazos previstos nas Estratégias de Investimento ou na Política de Captação e do grau de concentração na captação e análise dos índices de liquidez (IL) e de centralização financeira das singulares (ICF-S). Análise do estatuto social e das atas da AGO/E e das Reuniões do CA e CF. Associados que não preenchem as condições estatutárias.	6	---
II	Em relação à adequação e à aderência das políticas institucionais, através de: a) segregação de funções e conflitos de interesse em atividades críticas; b) manuais, regulamentos internos, bem como determinações da cooperativa central e do sistema, quando aplicável; c) processo de prestação de informações sobre a situação financeira, o desempenho, as políticas de gestão de negócios e os fatos relevantes aos órgãos de administração, conselho fiscal e associados; e d) códigos de conduta e de ética, quando aplicável.	Aborda. Análise do organograma, segregação de funções e ausência de conflitos de interesse, regimentos internos, documentos expedidos pela confederação do sistema durante o ano, ocorrência de fatos relevante e o devido acompanhamento e comunicação, procedimentos aplicados pela governança para aplicação e divulgação do código de ética entre os funcionários.	6	---
III	Em relação à formação, à capacitação e à remuneração compatíveis com as atribuições e cargos, através de: a) política de remuneração da diretoria, do conselho de administração e do conselho fiscal, inclusive eventuais bônus por desempenho ou similares; e b) formação, capacitação e disponibilidade de tempo dos membros de órgãos estatutários, gerentes e dos integrantes da equipe técnica.	Aborda. Cumprimento das determinações assembleares sobre o pagamento de honorários e cédulas de presença aos CA, CF e diretoria executiva, existência de benefícios não salariais, aderência da governança e da equipe de técnica em treinamentos e programas de capacitação e educação continuada (PEPC) e disponibilidade de tempo dos membros estatutários de acordo com a complexidade de suas atividades.	6	---
IV	Em relação à adequação dos limites operacionais e dos requerimentos de capital, atendimento aos: a) requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência (PR); b) limites de exposição por cliente; e c) outros limites operacionais.	Aborda. Avalia o enquadramento ao PR, Capital Principal, Nível I, limites regulamentares de aplicação de recursos no Ativo Permanente (50% do PR), de exposição por cliente e de capital mínimo integralizado.	5	---

V	Em relação às regras e práticas de governança e controles internos, através de: a) constituição, funcionamento, segregação de funções e efetividade de atuação da diretoria, do conselho de administração e do conselho fiscal, consideradas as atribuições previstas em estatutos e na legislação vigente; b) implementação, adequação e conformidade do sistema de controles internos; c) estratégia, políticas e procedimentos de tecnologia da informação e comunicação; e d) normas, estrutura e processos relativos à segurança da informação e à integridade de dados.	Aborda. Devido cadastro dos membros eleitos pela AGO para o CA, CF e diretoria executiva, adequação das atas das reuniões dos CA e CF, verificar se há o devido acompanhamento por parte do CA as ações da diretoria executiva, dos planos de descumprimentos e deficiências apontados pelo CI e das regularizações dos apontamentos de auditoria e fiscalização. Verifica a segregação da função de ACIR, se cumprem o MIG - CI, aderência das informações inseridas na Lista de Verificação de Conformidade (LVC), backup periódico, acessos dos funcionários ativos, existência de acessos múltiplos e conflitantes. Segregação das funções de aprovação e liberação no SPB.	6	---
VI	Em relação à adequação da gestão de riscos e de capital, através de: a) capacidade de a instituição identificar, avaliar, monitorar, controlar e mitigar os riscos aos quais está exposta, de acordo com o porte e complexidade de suas operações; b) segregação das atividades de gerenciamento de riscos em relação às áreas negociais; c) planos para contingências e continuidade de negócios; e d) processo de gerenciamento de capital, incluindo a revisão periódica de sua compatibilidade com os riscos assumidos.	Aborda. Verifica a disseminação das políticas institucionais de gerenciamento dos riscos operacional, de mercado, de liquidez e de crédito e de responsabilidade, socioambiental e de gestão de capital, a aprovação das estratégias de investimento, registro, contabilização, tratamento, documentação e armazenamento das informações de perdas em virtude de erros operacionais, enquadramento do cadastro dos diretores responsáveis pela gerenciamento de risco no UNICAD, análise dos planos de contingência.	6	---
VII	Em relação à prevenção da lavagem de dinheiro e do financiamento do terrorismo (PLD/FT), através de: a) adequação da política institucional, da estrutura organizacional e dos procedimentos aplicáveis, abrangendo o monitoramento, a seleção e a análise de operações e situações passíveis de comunicação ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf); b) adequação dos procedimentos definidos com o objetivo de conhecer o cliente, abrangendo a identificação da origem e da constituição do seu patrimônio e seus recursos financeiros; c) adequação da política de treinamento em todos os níveis da organização; e d) adequação da auditoria interna em PLD/FT.	Aborda. Verifica os procedimentos de obtenção e análise de dados cadastrais e da documentação para abertura de relacionamento, atualização periódica dos dados cadastrais, monitoramento da compatibilidade das transações com os perfis dos associados (origem e destino dos recursos movimentados), procedimentos de análise e reporte das situações com indícios de crimes previstos na Lei nº 9.613/98, existência de programa de treinamento do PLD/FT e se a legislação que determina os prazos para renovação do treinamento é aplicada.	6	---
VIII	Em relação ao crédito rural e ao Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro), aplicáveis às instituições financeiras que operam no Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), através de: a) aderência aos dispositivos do Manual de Crédito Rural (MCR), principalmente nos tópicos que tratam dos beneficiários, da fiscalização, dos limites, das despesas, da formalização, do registro e da contabilização do crédito rural e do Proagro; e b) controles existentes para o adequado enquadramento e deferimento das operações de crédito rural e das coberturas do Proagro.	Não Aborda. A cooperativa não opera com crédito rural ou com recursos do PROAGRO.	0	---
IX	Em relação ao relacionamento com clientes e usuários de produtos e serviços financeiros, através de: a) aderência a normas de contratação de produtos e de prestação de serviços financeiros, inclusive no que tange ao conteúdo e à transparência das relações contratuais; b) adequação da cobrança e da divulgação das tarifas referentes aos serviços e aos produtos oferecidos; c) adequação da gestão de demandas de clientes e de usuários advindas da Ouvidoria e dos demais canais de atendimento da instituição; e d) conformidade da contratação de correspondentes no País, inclusive no que se refere à prestação de informações ao Banco Central do Brasil e à divulgação de informações ao público.	Aborda. Verifica disponibilidade de exemplares de Código de Defesa do Consumidor nas agências, quadro de avisos com direitos e deveres dos cooperados, nos contratos de operação de crédito são informados o CET, divulgação de tarifas aplicadas, divulgação de políticas e procedimentos de Ouvidoria, adesão ao convênio de utilização de serviço de Componente Único de Ouvidoria Sistêmica, designação do agente e do diretor responsável pela Ouvidoria com registro no UNICAD, histórico dos atendimentos e providências adotadas, existência de contrato formal de correspondente cooperativo definindo serviços realizados, direitos e obrigações.	5	---
12 Resultado das avaliações e conclusão da auditoria cooperativa		Aborda	4	0,67
13 Compõem o portfólio de relatórios entregues pela executora da auditoria cooperativa:				0,33
I	Programação anual detalhada das atividades de auditoria cooperativa que serão realizadas durante o ano seguinte	Não identificado	0	---
II	Relatório geral das atividades de auditoria cooperativa, contendo as atividades planejadas, a descrição das ações de auditoria efetivamente realizadas no ano e a avaliação crítica dos resultados alcançados	Não identificado	0	---
III	Relatórios específicos dos trabalhos de auditoria cooperativa, compreendendo, pelo menos, o planejamento dos trabalhos, a análise dos processos ou atividades, a avaliação dos controles internos, as amostras definidas e os testes realizados, as fragilidades identificadas, os achados de auditoria e as recomendações registradas	Recebido	6	---
14	Identificação da necessidade de revisão dos trabalhos de auditoria cooperativa pelo BACEN, seja através de: (a) prestação de informações e esclarecimentos adicionais; (b) realização de exames complementares pela executora do serviço de auditoria cooperativa; ou (c) revisão do trabalho executado	Não identificado	0	1,00
15 É demonstrado no relatório de auditoria cooperativa:				0,42
I	Ser emitido, de forma final, em até trinta dias após a data prevista na programação anual das atividades para conclusão dos trabalhos	Emissão em período superior aos 30 dias	0	---
II	Descrever o resultado das análises realizadas conforme o escopo definido na forma do art. 1º desta Circular	Aborda	4	---
III	Ser assinado pelo responsável técnico pelo trabalho de auditoria cooperativa	Aborda	4	---
IV	Ser remetido pela EAC ou pela empresa de auditoria independente à alta administração da instituição objeto de auditoria cooperativa em até dez dias após a data de emissão	Aborda	2	---
Pontuação Geral			88	7,99

Apêndice G – Formulário de aderência do relatório da cooperativa G

Requisitos contidos nas normas		COOPERATIVA G		
CARACTERÍSTICAS DA COOPERATIVA AUDITADA E A EXECUTORA DA AUDITORIA				
1	Nível da Cooperativa	1º nível - Cooperativa Singular		
2	Executora responsável pela auditoria cooperativa	EAC		
3	Credenciamento da executora da auditoria ao BACEN	Sim		
4	Data-base da auditoria cooperativa	31/03/2017		
5	Vínculo societário entre a EAC e a cooperativa auditada:			0,17
I	Participações diretas ou indiretas da cooperativa auditada limitadas a 20% (vinte por cento) do patrimônio da EAC	Não contém vínculo societário direto, só através da Central onde é filiada	2	---
II	Ausência de vínculo entre membro de órgão estatutário, empregado ou prestador de serviço da cooperativa auditada e a EAC	Não identificado	0	---
CONSTAM NO RELATÓRIO DA AUDITORIA COOPERATIVA				
6	Frequência mínima anual ou em período inferior, caso requisitado pelo Banco Central do Brasil	Não aborda	0	-
7	Crerícios utilizados para definição do escopo da auditoria cooperativa:			1,33
I	Complexidade das operações e o porte da cooperativa	Aborda	4	---
II	Avaliação preliminar de riscos	Aborda	4	---
III	Adequação da situação econômico-financeira	Aborda	4	---
IV	Exposição da cooperativa a riscos decorrentes de suas operações com outras entidades, inclusive fundos exclusivos e fundos em que haja retenção substancial de riscos ou de benefícios	Aborda	4	---
8	Ressalta que considera os resultados de auditorias anteriormente realizadas	Aborda	2	0,33
9	Referência as cláusulas contratuais que prevêm:			-
I	Acesso integral e irrestrito do Banco Central do Brasil aos papéis de trabalho e aos demais documentos produzidos e utilizados na execução do serviço de auditoria cooperativa, bem como no processo de revisão de que trata o art. 5º, inclusive por meio de fornecimento de cópia	Não identificado	0	---
II	Comunicação por parte da executora do serviço de auditoria cooperativa ao Banco Central do Brasil, às respectivas confederações e, no caso de cooperativas singulares, também às cooperativas centrais de crédito a que sejam filiadas, além dos conselhos fiscais e de administração das entidades auditadas, dos fatos materialmente relevantes observados no processo de auditoria cooperativa, tais como:		0	---
a.	<i>Irregularidades, deficiências ou situações de exposição anormal a riscos</i>	<i>Não identificado</i>	0	---
b.	<i>Descumprimento da regulamentação ou da legislação vigente</i>	<i>Não identificado</i>	0	---
c.	<i>Descumprimento de regras do sistema cooperativo a que a cooperativa de crédito esteja filiada</i>	<i>Não identificado</i>	0	---
10	Ciência da necessidade da permanência com os relatórios de auditoria cooperativa pelo prazo mínimo de cinco anos caso solicitações do Banco Central do Brasil, Central das Cooperativas ou Confederação a que esteja filiada	Aborda	2	0,33
11	Escopo definido abordando a Circ. BACEN nº 3.799/2016			3,63
I	Em relação à adequação do desempenho operacional e da situação econômico-financeira, através de: a) situação econômico-financeira, incluindo aspectos de higidez de curto e longo prazos, liquidez e adequada avaliação de ativos, passivos, patrimônio líquido e sobras ou perdas; b) integridade e fidedignidade das informações contábeis; c) conciliação de saldos contábeis relevantes; d) processos de concessão e de gerenciamento de crédito; e e) critérios adotados para a distribuição de sobras, rateio de perdas, formação de reservas, constituição de fundos específicos e destinação de recursos do Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social (Fates).	Aborda. Confrontar os saldos contábeis dos grupos do ativo, do passivo e do patrimônio líquido com relatórios internos e arquivos externos (cartas de contingência, cartas de circularização de saldos bancários, aplicações com TVM, operações de crédito realizadas, capital integralizado em outras instituições). Para a carteira de crédito é verificada em base amostral políticas de concessão de crédito, garantias, transparência nos contratos, adequação da carteira aos níveis de risco e suas provisões, classificação das operações em prejuízo. Análise do estatuto social e das atas da AGO/E e das Reuniões do CA e CF.	6	---
II	Em relação à adequação e à aderência das políticas institucionais, através de: a) segregação de funções e conflitos de interesse em atividades críticas; b) manuais, regulamentos internos, bem como determinações da cooperativa central e do sistema, quando aplicável; c) processo de prestação de informações sobre a situação financeira, o desempenho, as políticas de gestão de negócios e os fatos relevantes aos órgãos de administração, conselho fiscal e associados; e d) códigos de conduta e de ética, quando aplicável.	Aborda. Análise do organograma, segregação de funções e ausência de conflitos de interesse, regimentos internos, documentos expedidos pela confederação do sistema durante o ano, ocorrência de fatos relevante e o devido acompanhamento e comunicação, procedimentos aplicados pela governança para aplicação e divulgação do código de ética entre os funcionários.	6	---
III	Em relação à formação, à capacitação e à remuneração compatíveis com as atribuições e cargos, através de: a) política de remuneração da diretoria, do conselho de administração e do conselho fiscal, inclusive eventuais bônus por desempenho ou similares; e b) formação, capacitação e disponibilidade de tempo dos membros de órgãos estatutários, gerentes e dos integrantes da equipe técnica.	Aborda. Cumprimento das determinações assembleares sobre o pagamento de honorários e cédulas de presença aos CA, CF e diretoria executiva, existência de benefícios não salariais, aderência da governança e da equipe de técnica em treinamentos e programas de capacitação e educação continuada (PEPC) e disponibilidade de tempo dos membros estatutários de acordo com a complexidade de suas atividades.	6	---
IV	Em relação à adequação dos limites operacionais e dos requerimentos de capital, atendimento aos: a) requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência (PR); b) limites de exposição por cliente; e c) outros limites operacionais.	Aborda. Avalia o enquadramento ao PR, Capital Principal, Nível I, limites regulamentares de aplicação de recursos no Ativo Permanente (50% do PR), de exposição por cliente, sendo operações de crédito 15%, imobilização 50% e aplicações 25% e de capital mínimo integralizado e Patrimônio Líquido.	6	---
V	Em relação às regras e práticas de governança e controles internos, através de: a) constituição, funcionamento, segregação de funções e efetividade de atuação da diretoria, do conselho de administração e do conselho fiscal, consideradas as atribuições previstas em estatutos e na legislação vigente; b) implementação, adequação e conformidade do sistema de controles internos; c) estratégia, políticas e procedimentos de tecnologia da informação e comunicação; e d) normas, estrutura e processos relativos à segurança da informação e à integridade de dados.	Aborda. Devido cadastro dos membros eleitos pela AGO para o CA, CF e diretoria executiva, adequação das atas das reuniões dos CA e CF, verificar se há o devido acompanhamento por parte do CA as ações da diretoria executiva, dos planos de descumprimentos e deficiências apontados pelo CI e das regularizações dos apontamentos de auditoria e fiscalização. Verifica a segregação da função de ACIR, se cumprem o MIG - CI, aderência das informações inseridas na Lista de Verificação de Conformidade (LVC), backup periódico, acessos dos funcionários ativos, existência de acessos múltiplos e conflitantes. Segregação das funções de aprovação e liberação no SPB.	6	---

VI	Em relação à adequação da gestão de riscos e de capital, através de: a) capacidade de a instituição identificar, avaliar, monitorar, controlar e mitigar os riscos aos quais está exposta, de acordo com o porte e complexidade de suas operações; b) segregação das atividades de gerenciamento de riscos em relação às áreas negociais; c) planos para contingências e continuidade de negócios; e d) processo de gerenciamento de capital, incluindo a revisão periódica de sua compatibilidade com os riscos assumidos.	Aborda. Verifica a disseminação das políticas de gerenciamento dos riscos operacional, de mercado, de liquidez e de crédito, registro, contabilização, tratamento, documentação e armazenamento das informações de perdas em virtude de erros operacionais, enquadramento do cadastro dos diretores responsáveis pela gerenciamento de risco no UNICAD, análise dos planos de contingência e acompanhamento das metas do plano de capital pela Administração e aprovação e disseminação da Política de Gerenciamento do Risco de Capital.	6	---
VII	Em relação à prevenção da lavagem de dinheiro e do financiamento do terrorismo (PLD/FT), através de: a) adequação da política institucional, da estrutura organizacional e dos procedimentos aplicáveis, abrangendo o monitoramento, a seleção e a análise de operações e situações passíveis de comunicação ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf); b) adequação dos procedimentos definidos com o objetivo de conhecer o cliente, abrangendo a identificação da origem e da constituição do seu patrimônio e seus recursos financeiros; c) adequação da política de treinamento em todos os níveis da organização; e d) adequação da auditoria interna em PLD/FT.	Aborda. Verifica os procedimentos de obtenção e análise de dados cadastrais e da documentação para abertura de relacionamento, atualização periódica dos dados cadastrais, monitoramento da compatibilidade das transações com os perfis dos associados (origem e destino dos recursos movimentados), procedimentos de análise e reporte das situações com indícios de crimes previstos na Lei nº 9.613/98, existência de programa de treinamento do PLD/FT e se a legislação que determina os prazos para renovação do treinamento é aplicada.	6	---
VIII	Em relação ao crédito rural e ao Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro), aplicáveis às instituições financeiras que operam no Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), através de: a) aderência aos dispositivos do Manual de Crédito Rural (MCR), principalmente nos tópicos que tratam dos beneficiários, da fiscalização, dos limites, das despesas, da formalização, do registro e da contabilização do crédito rural e do Proagro; e b) controles existentes para o adequado enquadramento e deferimento das operações de crédito rural e das coberturas do Proagro.	Não Aborda. A cooperativa não opera com crédito rural ou com recursos do PROAGRO.	0	---
IX	Em relação ao relacionamento com clientes e usuários de produtos e serviços financeiros, através de: a) aderência a normas de contratação de produtos e de prestação de serviços financeiros, inclusive no que tange ao conteúdo e à transparência das relações contratuais; b) adequação da cobrança e da divulgação das tarifas referentes aos serviços e aos produtos oferecidos; c) adequação da gestão de demandas de clientes e de usuários advindas da Ouvidoria e dos demais canais de atendimento da instituição; e d) conformidade da contratação de correspondentes no País, inclusive no que se refere à prestação de informações ao Banco Central do Brasil e à divulgação de informações ao público.	Aborda. Verifica disponibilidade de exemplares de Código de Defesa do Consumidor nas agências, quadro de avisos com direitos e deveres dos cooperados, nos contratos de operação de crédito são informados o CET, divulgação de tarifas aplicadas, divulgação de políticas e procedimentos de Ouvidoria em cartazes, sites e outros canais de atendimento, designação do agente e do diretor responsável pela Ouvidoria com registro no UNICAD, histórico dos atendimentos e providências adotadas, existência de contrato de correspondente cooperativo, comunicação ao UNICAD da vigência dos correspondentes cooperativos e análise da estrutura dos pontos de atendimento contemplando itens como segregação de função, mecanismos de segurança, conferência de numerários e exposição de documentos.	7	---
12	Resultado das avaliações e conclusão da auditoria cooperativa	Aborda	4	0,67
13	Compõem o portfólio de relatórios entregues pela executora da auditoria cooperativa:			0,33
I	Programação anual detalhada das atividades de auditoria cooperativa que serão realizadas durante o ano seguinte	Não identificado	0	---
II	Relatório geral das atividades de auditoria cooperativa, contendo as atividades planejadas, a descrição das ações de auditoria efetivamente realizadas no ano e a avaliação crítica dos resultados alcançados	Não identificado	0	---
III	Relatórios específicos dos trabalhos de auditoria cooperativa, compreendendo, pelo menos, o planejamento dos trabalhos, a análise dos processos ou atividades, a avaliação dos controles internos, as amostras definidas e os testes realizados, as fragilidades identificadas, os achados de auditoria e as recomendações registradas	Recebido	6	---
14	Identificação da necessidade de revisão dos trabalhos de auditoria cooperativa pelo BACEN, seja através de: (a) prestação de informações e esclarecimentos adicionais; (b) realização de exames complementares pela executora do serviço de auditoria cooperativa; ou (c) revisão do trabalho executado	Não identificado	0	1,00
15	É demonstrado no relatório de auditoria cooperativa:			0,38
I	Ser emitido, de forma final, em até trinta dias após a data prevista na programação anual das atividades para conclusão dos trabalhos	Emissão em período superior aos 30 dias	0	---
II	Descrever o resultado das análises realizadas conforme o escopo definido na forma do art. 1º desta Circular	Aborda	4	---
III	Ser assinado pelo responsável técnico pelo trabalho de auditoria cooperativa	Versão não contém assinatura dos responsáveis pela auditoria cooperativa	3	---
IV	Ser remetido pela EAC ou pela empresa de auditoria independente à alta administração da instituição objeto de auditoria cooperativa em até dez dias após a data de emissão	Aborda	2	---
Pontuação Geral			90	8,17

Apêndice H – Formulário de aderência do relatório da cooperativa H

Requisitos contidos nas normas		COOPERATIVA H		
CARACTERÍSTICAS DA COOPERATIVA AUDITADA E A EXECUTORA DA AUDITORIA				
1	Nível da Cooperativa	1º nível - Cooperativa Singular		
2	Executora responsável pela auditoria cooperativa	EAC		
3	Credenciamento da executora da auditoria ao BACEN	Sim		
4	Data-base da auditoria cooperativa	31/03/2017		
5	Vínculo societário entre a EAC e a cooperativa auditada:			0,17
I	Participações diretas ou indiretas da cooperativa auditada limitadas a 20% (vinte por cento) do patrimônio da EAC	Não contém vínculo societário direto, só através da Central onde é filiada	2	---
II	Ausência de vínculo entre membro de órgão estatutário, empregado ou prestador de serviço da cooperativa auditada e a EAC	Não identificado	0	---
CONSTAM NO RELATÓRIO DA AUDITORIA COOPERATIVA				
6	Frequência mínima anual ou em período inferior, caso requisitado pelo Banco Central do Brasil	Não aborda	0	-
7	Critérios utilizados para definição do escopo da auditoria cooperativa:			1,33
I	Complexidade das operações e o porte da cooperativa	Aborda	4	---
II	Avaliação preliminar de riscos	Aborda	4	---
III	Adequação da situação econômico-financeira	Aborda	4	---
IV	Exposição da cooperativa a riscos decorrentes de suas operações com outras entidades, inclusive fundos exclusivos e fundos em que haja retenção substancial de riscos ou de benefícios	Aborda	4	---
8	Ressalta que considera os resultados de auditorias anteriormente realizadas	Aborda	2	0,33
9	Referência as cláusulas contratuais que prevêem:			-
I	Acesso integral e irrestrito do Banco Central do Brasil aos papéis de trabalho e aos demais documentos produzidos e utilizados na execução do serviço de auditoria cooperativa, bem como no processo de revisão de que trata o art. 5º, inclusive por meio de fornecimento de cópia	Não identificado	0	---
II	Comunicação por parte da executora do serviço de auditoria cooperativa ao Banco Central do Brasil, às respectivas confederações e, no caso de cooperativas singulares, também às cooperativas centrais de crédito a que sejam filiadas, além dos conselhos fiscais e de administração das entidades auditadas, dos fatos materialmente relevantes observados no processo de auditoria cooperativa, tais como:		0	---
a.	<i>Irregularidades, deficiências ou situações de exposição anormal a riscos</i>	<i>Não identificado</i>	0	---
b.	<i>Descumprimento da regulamentação ou da legislação vigente</i>	<i>Não identificado</i>	0	---
c.	<i>Descumprimento de regras do sistema cooperativo a que a cooperativa de crédito esteja filiada</i>	<i>Não identificado</i>	0	---
10	Ciência da necessidade da permanência com os relatórios de auditoria cooperativa pelo prazo mínimo de cinco anos caso solicitações do Banco Central do Brasil, Central das Cooperativas ou Confederação a que esteja filiada	Aborda	2	0,33
11	Escopo definido abordando a Circ. BACEN nº 3.799/2016			4,07
I	Em relação à adequação do desempenho operacional e da situação econômico-financeira, através de: a) situação econômico-financeira, incluindo aspectos de higidez de curto e longo prazos, liquidez e adequada avaliação de ativos, passivos, patrimônio líquido e sobras ou perdas; b) integridade e fidedignidade das informações contábeis; c) conciliação de saldos contábeis relevantes; d) processos de concessão e de gerenciamento de crédito; e e) critérios adotados para a distribuição de sobras, rateio de perdas, formação de reservas, constituição de fundos específicos e destinação de recursos do Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social (Fates).	Aborda. Confrontar os saldos contábeis dos grupos do ativo, do passivo e do patrimônio líquido com relatórios internos e arquivos externos (cartas de contingência, cartas de circularização de saldos bancários, aplicações com TVM, operações de crédito realizadas, capital integralizado em outras instituições) e as coberturas de valores mantidos em tesouraria. Para a Centralização Financeira, verifica o cumprimento das Políticas Institucionais e o acompanhamento de sua gestão pelos CA e CF. Para a carteira de crédito é verificada, em base amostral, políticas de concessão de crédito, garantias, transparência nos contratos, adequação da carteira aos níveis de risco e suas provisões, consistência nos arrastos dos níveis de riscos, classificação das operações em prejuízo. Nos depósitos, cumprimento de taxas e prazos previstos nas Estratégias de Investimento ou na Política de Captação e do grau de concentração na captação e análise dos índices de liquidez (IL) e de centralização financeira das singulares (ICF-S). Análise do estatuto social e das atas da AGO/E e das Reuniões do CA e CF. Associados que não preenchem as condições estatutárias.	6	---
II	Em relação à adequação e à aderência das políticas institucionais, através de: a) segregação de funções e conflitos de interesse em atividades críticas; b) manuais, regulamentos internos, bem como determinações da cooperativa central e do sistema, quando aplicável; c) processo de prestação de informações sobre a situação financeira, o desempenho, as políticas de gestão de negócios e os fatos relevantes aos órgãos de administração, conselho fiscal e associados; e d) códigos de conduta e de ética, quando aplicável.	Aborda. Análise do organograma, segregação de funções e ausência de conflitos de interesse, regimentos internos, documentos expedidos pela confederação do sistema durante o ano, ocorrência de fatos relevante e o devido acompanhamento e comunicação, procedimentos aplicados pela governança para aplicação e divulgação do código de ética entre os funcionários.	6	---
III	Em relação à formação, à capacitação e à remuneração compatíveis com as atribuições e cargos, através de: a) política de remuneração da diretoria, do conselho de administração e do conselho fiscal, inclusive eventuais bônus por desempenho ou similares; e b) formação, capacitação e disponibilidade de tempo dos membros de órgãos estatutários, gerentes e dos integrantes da equipe técnica.	Aborda. Cumprimento das determinações assembleares sobre o pagamento de honorários e cédulas de presença aos CA, CF e diretoria executiva, existência de benefícios não salariais, aderência da governança e da equipe de técnica em treinamentos e programas de capacitação e educação continuada (PEPC) e disponibilidade de tempo dos membros estatutários de acordo com a complexidade de suas atividades.	6	---
IV	Em relação à adequação dos limites operacionais e dos requerimentos de capital, atendimento aos: a) requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência (PR); b) limites de exposição por cliente; e c) outros limites operacionais.	Aborda. Avalia o enquadramento ao PR, Capital Principal, Nível I, limites regulamentares de aplicação de recursos no Ativo Permanente (50% do PR), de exposição por cliente, sendo operações de crédito 15%, imobilização 50% e aplicações 25% e de capital mínimo integralizado e Patrimônio Líquido.	6	---

V	Em relação às regras e práticas de governança e controles internos, através de: a) constituição, funcionamento, segregação de funções e efetividade de atuação da diretoria, do conselho de administração e do conselho fiscal, consideradas as atribuições previstas em estatutos e na legislação vigente; b) implementação, adequação e conformidade do sistema de controles internos; c) estratégia, políticas e procedimentos de tecnologia da informação e comunicação; e d) normas, estrutura e processos relativos à segurança da informação e à integridade de dados.	Aborda. Devido cadastro dos membros eleitos pela AGO para o CA, CF e diretoria executiva, adequação das atas das reuniões dos CA e CF, verificar se há o devido acompanhamento por parte do CA as ações da diretoria executiva, dos planos de descumprimentos e deficiências apontados pelo CI e das regularizações dos apontamentos de auditoria e fiscalização. Verifica a segregação da função de ACIR, se cumprem o MIG - CI, aderência das informações inseridas na Lista de Verificação de Conformidade (LVC), backup periódico, acessos dos funcionários ativos, existência de acessos múltiplos e conflitantes. Segregação das funções de aprovação e liberação no SPB.	6	---	
VI	Em relação à adequação da gestão de riscos e de capital, através de: a) capacidade de a instituição identificar, avaliar, monitorar, controlar e mitigar os riscos aos quais está exposta, de acordo com o porte e complexidade de suas operações; b) segregação das atividades de gerenciamento de riscos em relação às áreas negociais; c) planos para contingências e continuidade de negócios; e d) processo de gerenciamento de capital, incluindo a revisão periódica de sua compatibilidade com os riscos assumidos.	Aborda. Verifica a disseminação das políticas de gerenciamento dos riscos operacional, de mercado, de liquidez e de crédito, registro, contabilização, tratamento, documentação e armazenamento das informações de perdas em virtude de erros operacionais, enquadramento do cadastro dos diretores responsáveis pela gerenciamento de risco no UNICAD, análise dos planos de contingência e acompanhamento das metas do plano de capital pela Administração e aprovação e disseminação da Política de Gerenciamento do Risco de Capital.	6	---	
VII	Em relação à prevenção da lavagem de dinheiro e do financiamento do terrorismo (PLD/FT), através de: a) adequação da política institucional, da estrutura organizacional e dos procedimentos aplicáveis, abrangendo o monitoramento, a seleção e a análise de operações e situações passíveis de comunicação ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf); b) adequação dos procedimentos definidos com o objetivo de conhecer o cliente, abrangendo a identificação da origem e da constituição do seu patrimônio e seus recursos financeiros; c) adequação da política de treinamento em todos os níveis da organização; e d) adequação da auditoria interna em PLD/FT.	Aborda. Verifica os procedimentos de obtenção e análise de dados cadastrais e da documentação para abertura de relacionamento, atualização periódica dos dados cadastrais, monitoramento da compatibilidade das transações com os perfis dos associados (origem e destino dos recursos movimentados), procedimentos de análise e reporte das situações com indícios de crimes previstos na Lei nº 9.613/98, existência de programa de treinamento do PLD/FT e se a legislação que determina os prazos para renovação do treinamento é aplicada.	6	---	
VIII	Em relação ao crédito rural e ao Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro), aplicáveis às instituições financeiras que operam no Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), através de: a) aderência aos dispositivos do Manual de Crédito Rural (MCR), principalmente nos tópicos que tratam dos beneficiários, da fiscalização, dos limites, das despesas, da formalização, do registro e da contabilização do crédito rural e do Proagro; e b) controles existentes para o adequado enquadramento e deferimento das operações de crédito rural e das coberturas do Proagro.	Aborda. Verifica se há adequação da modalidade com os perfis dos produtores, prazos das operações e taxas praticadas, gerenciamento do risco de crédito, suficiência das garantias e dos documentos usados para composição dos dossiês das operações de crédito rural e entendimento dos processos de fiscalização.	6	---	
IX	Em relação ao relacionamento com clientes e usuários de produtos e serviços financeiros, através de: a) aderência a normas de contratação de produtos e de prestação de serviços financeiros, inclusive no que tange ao conteúdo e à transparência das relações contratuais; b) adequação da cobrança e da divulgação das tarifas referentes aos serviços e aos produtos oferecidos; c) adequação da gestão de demandas de clientes e de usuários advindas da Ouvidoria e dos demais canais de atendimento da instituição; e d) conformidade da contratação de correspondentes no País, inclusive no que se refere à prestação de informações ao Banco Central do Brasil e à divulgação de informações ao público.	Aborda. Verifica disponibilidade de exemplos de Código de Defesa do Consumidor nas agências, quadro de avisos com direitos e deveres dos cooperados, nos contratos de operação de crédito são informados o CET, divulgação de tarifas aplicadas, divulgação de políticas e procedimentos de Ouvidoria em cartazes, sites e outros canais de atendimento, designação do agente e do diretor responsável pela Ouvidoria com registro no UNICAD, histórico dos atendimentos e providências adotadas, existência de contrato de correspondente cooperativo, comunicação ao UNICAD da vigência dos correspondentes cooperativos e análise da estrutura dos pontos de atendimento contemplando itens como segregação de função, mecanismos de segurança, conferência de numerais e exposição de documentos.	7	---	
12	Resultado das avaliações e conclusão da auditoria cooperativa		Aborda	4	0,67
13	Compõem o portfólio de relatórios entregues pela executora da auditoria cooperativa:				0,33
I	Programação anual detalhada das atividades de auditoria cooperativa que serão realizadas durante o ano seguinte	Não identificado	0	---	
II	Relatório geral das atividades de auditoria cooperativa, contendo as atividades planejadas, a descrição das ações de auditoria efetivamente realizadas no ano e a avaliação crítica dos resultados alcançados	Não identificado	0	---	
III	Relatórios específicos dos trabalhos de auditoria cooperativa, compreendendo, pelo menos, o planejamento dos trabalhos, a análise dos processos ou atividades, a avaliação dos controles internos, as amostras definidas e os testes realizados, as fragilidades identificadas, os achados de auditoria e as recomendações registradas	Recebido	6	---	
14	Identificação da necessidade de revisão dos trabalhos de auditoria cooperativa pelo BACEN, seja através de: (a) prestação de informações e esclarecimentos adicionais; (b) realização de exames complementares pela executora do serviço de auditoria cooperativa; ou (c) revisão do trabalho executado	Não identificado	0		1,00
15	É demonstrado no relatório de auditoria cooperativa:				0,46
I	Ser emitido, de forma final, em até trinta dias após a data prevista na programação anual das atividades para conclusão dos trabalhos	Atende	2	---	
II	Descrever o resultado das análises realizadas conforme o escopo definido na forma do art. 1º desta Circular	Aborda	4	---	
III	Ser assinado pelo responsável técnico pelo trabalho de auditoria cooperativa	Versão não contém assinatura dos responsáveis pela auditoria cooperativa	3	---	
IV	Ser remetido pela EAC ou pela empresa de auditoria independente à alta administração da instituição objeto de auditoria cooperativa em até dez dias após a data de emissão	Aborda	2	---	
Pontuação Geral			98	8,70	

Apêndice I – Formulário de aderência do relatório da cooperativa I

Requisitos contidos nas normas		COOPERATIVA I		
CARACTERÍSTICAS DA COOPERATIVA AUDITADA E A EXECUTORA DA AUDITORIA				
1	Nível da Cooperativa	1º nível - Cooperativa Singular		
2	Executora responsável pela auditoria cooperativa	EAC		
3	Credenciamento da executora da auditoria ao BACEN	Sim		
4	Data-base da auditoria cooperativa	31/07/2017		
5	Vínculo societário entre a EAC e a cooperativa auditada:			0,17
I	Participações diretas ou indiretas da cooperativa auditada limitadas a 20% (vinte por cento) do patrimônio da EAC	Não contém vínculo societário direto, só através da Central onde é filiada	2	---
II	Ausência de vínculo entre membro de órgão estatutário, empregado ou prestador de serviço da cooperativa auditada e a EAC	Não identificado	0	---
CONSTAM NO RELATÓRIO DA AUDITORIA COOPERATIVA				
6	Frequência mínima anual ou em período inferior, caso requisitado pelo Banco Central do Brasil	Não aborda	0	-
7	Critérios utilizados para definição do escopo da auditoria cooperativa:			1,33
I	Complexidade das operações e o porte da cooperativa	Aborda	4	---
II	Avaliação preliminar de riscos	Aborda	4	---
III	Adequação da situação econômico-financeira	Aborda	4	---
IV	Exposição da cooperativa a riscos decorrentes de suas operações com outras entidades, inclusive fundos exclusivos e fundos em que haja retenção substancial de riscos ou de benefícios	Aborda	4	---
8	Ressalta que considera os resultados de auditorias anteriormente realizadas	Aborda	2	0,33
9	Referência as cláusulas contratuais que prevêem:			-
I	Acesso integral e irrestrito do Banco Central do Brasil aos papéis de trabalho e aos demais documentos produzidos e utilizados na execução do serviço de auditoria cooperativa, bem como no processo de revisão de que trata o art. 5º, inclusive por meio de fornecimento de cópia	Não identificado	0	---
II	Comunicação por parte da executora do serviço de auditoria cooperativa ao Banco Central do Brasil, às respectivas confederações e, no caso de cooperativas singulares, também às cooperativas centrais de crédito a que sejam filiadas, além dos conselhos fiscais e de administração das entidades auditadas, dos fatos materialmente relevantes observados no processo de auditoria cooperativa, tais como:		0	---
a.	Irregularidades, deficiências ou situações de exposição anormal a riscos	Não identificado	0	---
b.	Descumprimento da regulamentação ou da legislação vigente	Não identificado	0	---
c.	Descumprimento de regras do sistema cooperativo a que a cooperativa de crédito esteja filiada	Não identificado	0	---
10	Ciência da necessidade da permanência com os relatórios de auditoria cooperativa pelo prazo mínimo de cinco anos caso solicitações do Banco Central do Brasil, Central das Cooperativas ou Confederação a que esteja filiada	Aborda	2	0,33
11	Escopo definido abordando a Circ. BACEN nº 3.799/2016			3,48
I	Em relação à adequação do desempenho operacional e da situação econômico-financeira, através de: a) situação econômico-financeira, incluindo aspectos de hígidez de curto e longo prazos, liquidez e adequada avaliação de ativos, passivos, patrimônio líquido e sobras ou perdas; b) integridade e fidedignidade das informações contábeis; c) conciliação de saldos contábeis relevantes; d) processos de concessão e de gerenciamento de crédito; e e) critérios adotados para a distribuição de sobras, rateio de perdas, formação de reservas, constituição de fundos específicos e destinação de recursos do Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social (Fates).	Aborda. Confrontar os saldos contábeis dos grupos do ativo, do passivo e do patrimônio líquido com relatórios internos e arquivos externos (cartas de contingência, cartas de circularização de saldos bancários, aplicações com TVM, operações de crédito realizadas, capital integralizado em outras instituições) e as coberturas de valores mantidos em tesouraria. Para a Centralização Financeira, verifica o cumprimento das Políticas Institucionais e o acompanhamento de sua gestão pelos CA e CF. Para a carteira de crédito é verificada, em base amostral, políticas de concessão de crédito, garantias, transparência nos contratos, adequação da carteira aos níveis de risco e suas provisões, consistência nos arrastos dos níveis de riscos, classificação das operações em prejuízo. Nos depósitos, cumprimento de taxas e prazos previstos nas Estratégias de Investimento ou na Política de Captação e do grau de concentração na captação e análise dos índices de liquidez (IL) e de centralização financeira das singulares (ICF-S). Análise do estatuto social e das atas da AGO/E e das Reuniões do CA e CF. Associados que não preenchem as condições estatutárias.	6	---
II	Em relação à adequação e à aderência das políticas institucionais, através de: a) segregação de funções e conflitos de interesse em atividades críticas; b) manuais, regulamentos internos, bem como determinações da cooperativa central e do sistema, quando aplicável; c) processo de prestação de informações sobre a situação financeira, o desempenho, as políticas de gestão de negócios e os fatos relevantes aos órgãos de administração, conselho fiscal e associados; e d) códigos de conduta e de ética, quando aplicável.	Aborda. Análise do organograma, segregação de funções e ausência de conflitos de interesse, regimentos internos, documentos expedidos pela confederação do sistema durante o ano, ocorrência de fatos relevante e o devido acompanhamento e comunicação, procedimentos aplicados pela governança para aplicação e divulgação do código de ética entre os funcionários.	6	---
III	Em relação à formação, à capacitação e à remuneração compatíveis com as atribuições e cargos, através de: a) política de remuneração da diretoria, do conselho de administração e do conselho fiscal, inclusive eventuais bônus por desempenho ou similares; e b) formação, capacitação e disponibilidade de tempo dos membros de órgãos estatutários, gerentes e dos integrantes da equipe técnica.	Aborda. Cumprimento das determinações assembleares sobre o pagamento de honorários e cédulas de presença aos CA, CF e diretoria executiva, existência de benefícios não salariais, aderência da governança e da equipe de técnica em treinamentos e programas de capacitação e educação continuada (PEPC) e disponibilidade de tempo dos membros estatutários de acordo com a complexidade de suas atividades.	6	---
IV	Em relação à adequação dos limites operacionais e dos requerimentos de capital, atendimento aos: a) requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência (PR); b) limites de exposição por cliente; e c) outros limites operacionais.	Aborda. Avalia o enquadramento ao PR, Capital Principal, Nível I, limites regulamentares de aplicação de recursos no Ativo Permanente (50% do PR), de exposição por cliente e de capital mínimo integralizado.	6	---

V	Em relação às regras e práticas de governança e controles internos, através de: a) constituição, funcionamento, segregação de funções e efetividade de atuação da diretoria, do conselho de administração e do conselho fiscal, consideradas as atribuições previstas em estatutos e na legislação vigente; b) implementação, adequação e conformidade do sistema de controles internos; c) estratégia, políticas e procedimentos de tecnologia da informação e comunicação; e d) normas, estrutura e processos relativos à segurança da informação e à integridade de dados.	Aborda. Devido cadastro dos membros eleitos pela AGO para o CA, CF e diretoria executiva, adequação das atas das reuniões dos CA e CF, verificar se há o devido acompanhamento por parte do CA as ações da diretoria executiva, dos planos de descumprimentos e deficiências apontados pelo CI e das regularizações dos apontamentos de auditoria e fiscalização. Verifica a segregação da função de ACIR, se cumprem o MIG - CI, aderência das informações inseridas na Lista de Verificação de Conformidade (LVC), backup periódico, acessos dos funcionários ativos, existência de acessos múltiplos e conflitantes. Segregação das funções de aprovação e liberação no SPB.	6	---	
VI	Em relação à adequação da gestão de riscos e de capital, através de: a) capacidade de a instituição identificar, avaliar, monitorar, controlar e mitigar os riscos aos quais está exposta, de acordo com o porte e complexidade de suas operações; b) segregação das atividades de gerenciamento de riscos em relação às áreas negociais; c) planos para contingências e continuidade de negócios; e d) processo de gerenciamento de capital, incluindo a revisão periódica de sua compatibilidade com os riscos assumidos.	Aborda. Verifica a disseminação das políticas institucionais de gerenciamento dos riscos operacional, de mercado, de liquidez e de crédito e de responsabilidade, socioambiental e de gestão de capital, a aprovação das estratégias de investimento, registro, contabilização, tratamento, documentação e armazenamento das informações de perdas em virtude de erros operacionais, enquadramento do cadastro dos diretores responsáveis pela gerenciamento de risco no UNICAD, análise dos planos de contingência.	5	---	
VII	Em relação à prevenção da lavagem de dinheiro e do financiamento do terrorismo (PLD/FT), através de: a) adequação da política institucional, da estrutura organizacional e dos procedimentos aplicáveis, abrangendo o monitoramento, a seleção e a análise de operações e situações passíveis de comunicação ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf); b) adequação dos procedimentos definidos com o objetivo de conhecer o cliente, abrangendo a identificação da origem e da constituição do seu patrimônio e seus recursos financeiros; c) adequação da política de treinamento em todos os níveis da organização; e d) adequação da auditoria interna em PLD/FT.	Aborda. Verifica os procedimentos de obtenção e análise de dados cadastrais e da documentação para abertura de relacionamento, atualização periódica dos dados cadastrais, monitoramento da compatibilidade das transações com os perfis dos associados (origem e destino dos recursos movimentados), procedimentos de análise e reporte das situações com indícios de crimes previstos na Lei nº 9.613/98, existência de programa de treinamento do PLD/FT e se a legislação que determina os prazos para renovação do treinamento é aplicada.	6	---	
VIII	Em relação ao crédito rural e ao Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro), aplicáveis às instituições financeiras que operam no Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), através de: a) aderência aos dispositivos do Manual de Crédito Rural (MCR), principalmente nos tópicos que tratam dos beneficiários, da fiscalização, dos limites, das despesas, da formalização, do registro e da contabilização do crédito rural e do Proagro; e b) controles existentes para o adequado enquadramento e deferimento das operações de crédito rural e das coberturas do Proagro.	Não Aborda. A cooperativa não opera com crédito rural ou com recursos do PROAGRO.	0	---	
IX	Em relação ao relacionamento com clientes e usuários de produtos e serviços financeiros, através de: a) aderência a normas de contratação de produtos e de prestação de serviços financeiros, inclusive no que tange ao conteúdo e à transparência das relações contratuais; b) adequação da cobrança e da divulgação das tarifas referentes aos serviços e aos produtos oferecidos; c) adequação da gestão de demandas de clientes e de usuários advindas da Ouvidoria e dos demais canais de atendimento da instituição; e d) conformidade da contratação de correspondentes no País, inclusive no que se refere à prestação de informações ao Banco Central do Brasil e à divulgação de informações ao público.	Aborda. Verifica disponibilidade de exemplares de Código de Defesa do Consumidor nas agências, quadro de avisos com direitos e deveres dos cooperados, nos contratos de operação de crédito são informados o CET, divulgação de tarifas aplicadas, divulgação de políticas e procedimentos de Ouvidoria, adesão ao convênio de utilização de serviço de Componente Único de Ouvidoria Sistemática, designação do agente e do diretor responsável pela Ouvidoria com registro no UNICAD, histórico dos atendimentos e providências adotadas, existência de contrato formal de correspondente cooperativo definindo serviços realizados, direitos e obrigações.	6	---	
12	Resultado das avaliações e conclusão da auditoria cooperativa		Aborda	4	0,67
13	Compõem o portfólio de relatórios entregues pela executora da auditoria cooperativa:				0,33
I	Programação anual detalhada das atividades de auditoria cooperativa que serão realizadas durante o ano seguinte	Não identificado	0	---	
II	Relatório geral das atividades de auditoria cooperativa, contendo as atividades planejadas, a descrição das ações de auditoria efetivamente realizadas no ano e a avaliação crítica dos resultados alcançados	Não identificado	0	---	
III	Relatórios específicos dos trabalhos de auditoria cooperativa, compreendendo, pelo menos, o planejamento dos trabalhos, a análise dos processos ou atividades, a avaliação dos controles internos, as amostras definidas e os testes realizados, as fragilidades identificadas, os achados de auditoria e as recomendações registradas	Recebido	6	---	
14	Identificação da necessidade de revisão dos trabalhos de auditoria cooperativa pelo BACEN, seja através de: (a) prestação de informações e esclarecimentos adicionais; (b) realização de exames complementares pela executora do serviço de auditoria cooperativa; ou (c) revisão do trabalho executado	Não identificado	0		1,00
15	É demonstrado no relatório de auditoria cooperativa:				0,42
I	Ser emitido, de forma final, em até trinta dias após a data prevista na programação anual das atividades para conclusão dos trabalhos	Emissão em período superior aos 30 dias	0	---	
II	Descrever o resultado das análises realizadas conforme o escopo definido na forma do art. 1º desta Circular	Aborda	4	---	
III	Ser assinado pelo responsável técnico pelo trabalho de auditoria cooperativa	Aborda	4	---	
IV	Ser remetido pela EAC ou pela empresa de auditoria independente à alta administração da instituição objeto de auditoria cooperativa em até dez dias após a data de emissão	Aborda	2	---	
Pontuação Geral			89		8,06

Apêndice J – Formulário de aderência do relatório da cooperativa J

Requisitos contidos nas normas		COOPERATIVA J		
CARACTERÍSTICAS DA COOPERATIVA AUDITADA E A EXECUTORA DA AUDITORIA				
1	Nível da Cooperativa	1º nível - Cooperativa Singular		
2	Executora responsável pela auditoria cooperativa	EAC		
3	Credenciamento da executora da auditoria ao BACEN	Sim		
4	Data-base da auditoria cooperativa	30/09/2017		
5	Vínculo societário entre a EAC e a cooperativa auditada:	0,17		
I	Participações diretas ou indiretas da cooperativa auditada limitadas a 20% (vinte por cento) do patrimônio da EAC	Não contém vínculo societário direto, só através da Central onde é filiada	2	---
II	Ausência de vínculo entre membro de órgão estatutário, empregado ou prestador de serviço da cooperativa auditada e a EAC	Não identificado	0	---
CONSTAM NO RELATÓRIO DA AUDITORIA COOPERATIVA				
6	Frequência mínima anual ou em período inferior, caso requisitado pelo Banco Central do Brasil	Não aborda	0	-
7	Critérios utilizados para definição do escopo da auditoria cooperativa:	1,33		
I	Complexidade das operações e o porte da cooperativa	Aborda	4	---
II	Avaliação preliminar de riscos	Aborda	4	---
III	Adequação da situação econômico-financeira	Aborda	4	---
IV	Exposição da cooperativa a riscos decorrentes de suas operações com outras entidades, inclusive fundos exclusivos e fundos em que haja retenção substancial de riscos ou de benefícios	Aborda	4	---
8	Ressalta que considera os resultados de auditorias anteriormente realizadas	Aborda	2	0,33
9	Referência as cláusulas contratuais que prevêm:	-		
I	Acesso integral e irrestrito do Banco Central do Brasil aos papéis de trabalho e aos demais documentos produzidos e utilizados na execução do serviço de auditoria cooperativa, bem como no processo de revisão de que trata o art. 5º, inclusive por meio de fornecimento de cópia	Não identificado	0	---
II	Comunicação por parte da executora do serviço de auditoria cooperativa ao Banco Central do Brasil, às respectivas confederações e, no caso de cooperativas singulares, também às cooperativas centrais de crédito a que sejam filiadas, além dos conselhos fiscais e de administração das entidades auditadas, dos fatos materialmente relevantes observados no processo de auditoria cooperativa, tais como:		0	---
a.	Irregularidades, deficiências ou situações de exposição anormal a riscos	Não identificado	0	---
b.	Descumprimento da regulamentação ou da legislação vigente	Não identificado	0	---
c.	Descumprimento de regras do sistema cooperativo a que a cooperativa de crédito esteja filiada	Não identificado	0	---
10	Ciência da necessidade da permanência com os relatórios de auditoria cooperativa pelo prazo mínimo de cinco anos caso solicitações do Banco Central do Brasil, Central das Cooperativas ou Confederação a que esteja filiada	Aborda	2	0,33
11	Escopo definido abordando a Circ. BACEN nº 3.799/2016	3,85		
I	Em relação à adequação do desempenho operacional e da situação econômico-financeira, através de: a) situação econômico-financeira, incluindo aspectos de higidez de curto e longo prazos, liquidez e adequada avaliação de ativos, passivos, patrimônio líquido e sobras ou perdas; b) integridade e fidedignidade das informações contábeis; c) conciliação de saldos contábeis relevantes; d) processos de concessão e de gerenciamento de crédito; e e) critérios adotados para a distribuição de sobras, rateio de perdas, formação de reservas, constituição de fundos específicos e destinação de recursos do Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social (Fates).	Aborda. Confrontar os saldos contábeis dos grupos do ativo, do passivo e do patrimônio líquido com relatórios internos e arquivos externos (cartas de contingência, cartas de circularização de saldos bancários, aplicações com TVM, operações de crédito realizadas, capital integralizado em outras instituições) e as coberturas de valores mantidos em tesouraria. Para a Centralização Financeira, verifica o cumprimento das Políticas Institucionais e o acompanhamento de sua gestão pelos CA e CF. Para a carteira de crédito é verificada, em base amostral, políticas de concessão de crédito, garantias, transparência nos contratos, adequação da carteira aos níveis de risco e suas provisões, consistência nos arrastos dos níveis de riscos, classificação das operações em prejuízo. Nos depósitos, cumprimento de taxas e prazos previstos nas Estratégias de Investimento ou na Política de Captação e do grau de concentração na captação e análise dos índices de liquidez (IL) e de centralização financeira das singulares (ICF-S). Análise do estatuto social e das atas da AGO/E e das Reuniões do CA e CF. Associados que não preenchem as condições estatutárias.	6	---
II	Em relação à adequação e à aderência das políticas institucionais, através de: a) segregação de funções e conflitos de interesse em atividades críticas; b) manuais, regulamentos internos, bem como determinações da cooperativa central e do sistema, quando aplicável; c) processo de prestação de informações sobre a situação financeira, o desempenho, as políticas de gestão de negócios e os fatos relevantes aos órgãos de administração, conselho fiscal e associados; e d) códigos de conduta e de ética, quando aplicável.	Aborda. Análise do organograma, segregação de funções e ausência de conflitos de interesse, regimentos internos, documentos expedidos pela confederação do sistema durante o ano, ocorrência de fatos relevante e o devido acompanhamento e comunicação.	5	---
III	Em relação à formação, à capacitação e à remuneração compatíveis com as atribuições e cargos, através de: a) política de remuneração da diretoria, do conselho de administração e do conselho fiscal, inclusive eventuais bônus por desempenho ou similares; e b) formação, capacitação e disponibilidade de tempo dos membros de órgãos estatutários, gerentes e dos integrantes da equipe técnica.	Aborda. Cumprimento das determinações assembleares sobre o pagamento de honorários e cédulas de presença aos CA, CF e diretoria executiva, existência de benefícios não salariais, aderência da governança e da equipe de técnica em treinamentos e programas de capacitação e educação continuada (PEPC).	6	---
IV	Em relação à adequação dos limites operacionais e dos requerimentos de capital, atendimento aos: a) requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência (PR); b) limites de exposição por cliente; e c) outros limites operacionais.	Aborda. Avalia o enquadramento ao PR, Capital Principal, Nível I, limites regulamentares de aplicação de recursos no Ativo Permanente (50% do PR), de exposição por cliente e de capital mínimo integralizado.	6	---

V	Em relação às regras e práticas de governança e controles internos, através de: a) constituição, funcionamento, segregação de funções e efetividade de atuação da diretoria, do conselho de administração e do conselho fiscal, consideradas as atribuições previstas em estatutos e na legislação vigente; b) implementação, adequação e conformidade do sistema de controles internos; c) estratégia, políticas e procedimentos de tecnologia da informação e comunicação; e d) normas, estrutura e processos relativos à segurança da informação e à integridade de dados.	Aborda. Devido cadastro dos membros eleitos pela AGO para o CA, CF e diretoria executiva no UNICAD, adequação das atas das reuniões dos CA e CF, verificar se há o devido acompanhamento por parte do CA as ações da diretoria executiva, dos planos de descumprimentos e deficiências apontados pelo CI e das regularizações dos apontamentos de auditoria e fiscalização. Verifica a segregação da função de ACIR, se cumprem o MIG - CI, acessos dos funcionários ativos, existência de acessos múltiplos e conflitantes. Segregação das funções de aprovação e liberação no SPB.	6	---
VI	Em relação à adequação da gestão de riscos e de capital, através de: a) capacidade de a instituição identificar, avaliar, monitorar, controlar e mitigar os riscos aos quais está exposta, de acordo com o porte e complexidade de suas operações; b) segregação das atividades de gerenciamento de riscos em relação às áreas negociais; c) planos para contingências e continuidade de negócios; e d) processo de gerenciamento de capital, incluindo a revisão periódica de sua compatibilidade com os riscos assumidos.	Aborda. Verifica a disseminação das políticas institucionais de gerenciamento dos riscos operacional, de mercado, de liquidez e de crédito e de responsabilidade, socioambiental e de gestão de capital, a aprovação das estratégias de investimento, registro, contabilização, tratamento, documentação e armazenamento das informações de perdas em virtude de erros operacionais, enquadramento do cadastro dos diretores responsáveis pela gerenciamento de risco no UNICAD, análise dos planos de contingência e continuidade operacional e acompanhamento das metas do plano de capital pela Administração.	6	---
VII	Em relação à prevenção da lavagem de dinheiro e do financiamento do terrorismo (PLD/FT), através de: a) adequação da política institucional, da estrutura organizacional e dos procedimentos aplicáveis, abrangendo o monitoramento, a seleção e a análise de operações e situações passíveis de comunicação ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf); b) adequação dos procedimentos definidos com o objetivo de conhecer o cliente, abrangendo a identificação da origem e da constituição do seu patrimônio e seus recursos financeiros; c) adequação da política de treinamento em todos os níveis da organização; e d) adequação da auditoria interna em PLD/FT.	Aborda. Verifica os procedimentos de obtenção e análise de dados cadastrais e da documentação para abertura de relacionamento, atualização periódica dos dados cadastrais, procedimentos de análise e reporte das situações com indícios de crimes previstos na Lei nº 9.613/98, existência de programa de treinamento do PLD/FT e se a legislação que determina os prazos para renovação do treinamento é aplicada.	6	---
VIII	Em relação ao crédito rural e ao Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro), aplicáveis às instituições financeiras que operam no Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), através de: a) aderência aos dispositivos do Manual de Crédito Rural (MCR), principalmente nos tópicos que tratam dos beneficiários, da fiscalização, dos limites, das despesas, da formalização, do registro e da contabilização do crédito rural e do Proagro; e b) controles existentes para o adequado enquadramento e deferimento das operações de crédito rural e das coberturas do Proagro.	Aborda. Verifica se há adequação da modalidade com os perfis dos produtores, prazos das operações e taxas praticadas, gerenciamento do risco de crédito, suficiência das garantias e dos documentos usados para composição dos dossiês das operações de crédito rural e entendimento dos processos de fiscalização.	6	---
IX	Em relação ao relacionamento com clientes e usuários de produtos e serviços financeiros, através de: a) aderência a normas de contratação de produtos e de prestação de serviços financeiros, inclusive no que tange ao conteúdo e à transparência das relações contratuais; b) adequação da cobrança e da divulgação das tarifas referentes aos serviços e aos produtos oferecidos; c) adequação da gestão de demandas de clientes e de usuários advindas da Ouvidoria e dos demais canais de atendimento da instituição; e d) conformidade da contratação de correspondentes no País, inclusive no que se refere à prestação de informações ao Banco Central do Brasil e à divulgação de informações ao público.	Aborda. Verifica a divulgação da política e dos procedimentos relativos ao componente de Ouvidoria, designação do agente e do diretor responsável pela Ouvidoria com registro no UNICAD, existência de contrato formal de correspondente cooperativo definindo serviços realizados, direitos e obrigações.	5	---
12	Resultado das avaliações e conclusão da auditoria cooperativa	Aborda	4	0,67
13	Compõem o portfólio de relatórios entregues pela executora da auditoria cooperativa:			0,33
I	Programação anual detalhada das atividades de auditoria cooperativa que serão realizadas durante o ano seguinte	Não identificado	0	---
II	Relatório geral das atividades de auditoria cooperativa, contendo as atividades planejadas, a descrição das ações de auditoria efetivamente realizadas no ano e a avaliação crítica dos resultados alcançados	Não identificado	0	---
III	Relatórios específicos dos trabalhos de auditoria cooperativa, compreendendo, pelo menos, o planejamento dos trabalhos, a análise dos processos ou atividades, a avaliação dos controles internos, as amostras definidas e os testes realizados, as fragilidades identificadas, os achados de auditoria e as recomendações registradas	Recebido	6	---
14	Identificação da necessidade de revisão dos trabalhos de auditoria cooperativa pelo BACEN, seja através de: (a) prestação de informações e esclarecimentos adicionais; (b) realização de exames complementares pela executora do serviço de auditoria cooperativa; ou (c) revisão do trabalho executado	Não identificado	0	1,00
15	É demonstrado no relatório de auditoria cooperativa:			0,42
I	Ser emitido, de forma final, em até trinta dias após a data prevista na programação anual das atividades para conclusão dos trabalhos	Emissão em período superior aos 30 dias	0	---
II	Descrever o resultado das análises realizadas conforme o escopo definido na forma do art. 1º desta Circular	Aborda	4	---
III	Ser assinado pelo responsável técnico pelo trabalho de auditoria cooperativa	Aborda	4	---
IV	Ser remetido pela EAC ou pela empresa de auditoria independente à alta administração da instituição objeto de auditoria cooperativa em até dez dias após a data de emissão	Aborda	2	---
Pontuação Geral			94	8,44

Apêndice K – Formulário de aderência do relatório da cooperativa K

Requisitos contidos nas normas		COOPERATIVA K		
CARACTERÍSTICAS DA COOPERATIVA AUDITADA E A EXECUTORA DA AUDITORIA				
1	Nível da Cooperativa	1º nível - Cooperativa Singular		
2	Executora responsável pela auditoria cooperativa	EAC		
3	Credenciamento da executora da auditoria ao BACEN	Sim		
4	Data-base da auditoria cooperativa	30/06/2017		
5	Vínculo societário entre a EAC e a cooperativa auditada:			0,17
I	Participações diretas ou indiretas da cooperativa auditada limitadas a 20% (vinte por cento) do patrimônio da EAC	Não contém vínculo societário direto, só através da Central onde é filiada	2	---
II	Ausência de vínculo entre membro de órgão estatutário, empregado ou prestador de serviço da cooperativa auditada e a EAC	Não identificado	0	---
CONSTAM NO RELATÓRIO DA AUDITORIA COOPERATIVA				
6	Frequência mínima anual ou em período inferior, caso requisitado pelo Banco Central do Brasil	Não aborda	0	-
7	Critérios utilizados para definição do escopo da auditoria cooperativa:			1,33
I	Complexidade das operações e o porte da cooperativa	Aborda	4	---
II	Avaliação preliminar de riscos	Aborda	4	---
III	Adequação da situação econômico-financeira	Aborda	4	---
IV	Exposição da cooperativa a riscos decorrentes de suas operações com outras entidades, inclusive fundos exclusivos e fundos em que haja retenção substancial de riscos ou de benefícios	Aborda	4	---
8	Ressalta que considera os resultados de auditorias anteriormente realizadas	Aborda	2	0,33
9	Referência as cláusulas contratuais que prevêem:			-
I	Acesso integral e irrestrito do Banco Central do Brasil aos papéis de trabalho e aos demais documentos produzidos e utilizados na execução do serviço de auditoria cooperativa, bem como no processo de revisão de que trata o art. 5º, inclusive por meio de fornecimento de cópia	Não identificado	0	---
II	Comunicação por parte da executora do serviço de auditoria cooperativa ao Banco Central do Brasil, às respectivas confederações e, no caso de cooperativas singulares, também às cooperativas centrais de crédito a que sejam filiadas, além dos conselhos fiscais e de administração das entidades auditadas, dos fatos materialmente relevantes observados no processo de auditoria cooperativa, tais como:		0	---
a.	Irregularidades, deficiências ou situações de exposição anormal a riscos	Não identificado	0	---
b.	Descumprimento da regulamentação ou da legislação vigente	Não identificado	0	---
c.	Descumprimento de regras do sistema cooperativo a que a cooperativa de crédito esteja filiada	Não identificado	0	---
10	Ciência da necessidade da permanência com os relatórios de auditoria cooperativa pelo prazo mínimo de cinco anos caso solicitações do Banco Central do Brasil, Central das Cooperativas ou Confederação a que esteja filiada	Aborda	2	0,33
11	Escopo definido abordando a Circ. BACEN nº 3.799/2016			3,48
I	Em relação à adequação do desempenho operacional e da situação econômico-financeira, através de: a) situação econômico-financeira, incluindo aspectos de hígidez de curto e longo prazos, liquidez e adequada avaliação de ativos, passivos, patrimônio líquido e sobras ou perdas; b) integridade e fidedignidade das informações contábeis; c) conciliação de saldos contábeis relevantes; d) processos de concessão e de gerenciamento de crédito; e e) critérios adotados para a distribuição de sobras, rateio de perdas, formação de reservas, constituição de fundos específicos e destinação de recursos do Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social (Fates).	Aborda. Confrontar os saldos contábeis dos grupos do ativo, do passivo e do patrimônio líquido com relatórios internos e arquivos externos (cartas de contingência, cartas de circularização de saldos bancários, aplicações com TVM, operações de crédito realizadas, capital integralizado em outras instituições) e as coberturas de valores mantidos em tesouraria. Para a Centralização Financeira, verifica o cumprimento das Políticas Institucionais e o acompanhamento de sua gestão pelos CA e CF. Para a carteira de crédito é verificada, em base amostral, políticas de concessão de crédito, garantias, transparência nos contratos, adequação da carteira aos níveis de risco e suas provisões, consistência nos arrastos dos níveis de riscos, classificação das operações em prejuízo. Nos depósitos, cumprimento de taxas e prazos previstos nas Estratégias de Investimento ou na Política de Captação e do grau de concentração na captação e análise dos índices de liquidez (IL) e de centralização financeira das singulares (ICF-S). Análise do estatuto social e das atas da AGO/E e das Reuniões do CA e CF. Associados que não preenchem as condições estatutárias.	6	---
II	Em relação à adequação e à aderência das políticas institucionais, através de: a) segregação de funções e conflitos de interesse em atividades críticas; b) manuais, regulamentos internos, bem como determinações da cooperativa central e do sistema, quando aplicável; c) processo de prestação de informações sobre a situação financeira, o desempenho, as políticas de gestão de negócios e os fatos relevantes aos órgãos de administração, conselho fiscal e associados; e d) códigos de conduta e de ética, quando aplicável.	Aborda. Análise do organograma, segregação de funções e ausência de conflitos de interesse, regimentos internos, documentos expedidos pela confederação do sistema durante o ano, ocorrência de fatos relevante e o devido acompanhamento e comunicação, procedimentos aplicados pela governança para aplicação e divulgação do código de ética entre os funcionários.	6	---
III	Em relação à formação, à capacitação e à remuneração compatíveis com as atribuições e cargos, através de: a) política de remuneração da diretoria, do conselho de administração e do conselho fiscal, inclusive eventuais bônus por desempenho ou similares; e b) formação, capacitação e disponibilidade de tempo dos membros de órgãos estatutários, gerentes e dos integrantes da equipe técnica.	Aborda. Cumprimento das determinações assembleares sobre o pagamento de honorários e cédulas de presença aos CA, CF e diretoria executiva, existência de benefícios não salariais, aderência da governança e da equipe de técnica em treinamentos e programas de capacitação e educação continuada (PEPC) e disponibilidade de tempo dos membros estatutários de acordo com a complexidade de suas atividades.	6	---
IV	Em relação à adequação dos limites operacionais e dos requerimentos de capital, atendimento aos: a) requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência (PR); b) limites de exposição por cliente; e c) outros limites operacionais.	Aborda. Avalia o enquadramento ao PR, Capital Principal, Nível I, limites regulamentares de aplicação de recursos no Ativo Permanente (50% do PR), de exposição por cliente e de capital mínimo integralizado.	6	---

V	Em relação às regras e práticas de governança e controles internos, através de: a) constituição, funcionamento, segregação de funções e efetividade de atuação da diretoria, do conselho de administração e do conselho fiscal, consideradas as atribuições previstas em estatutos e na legislação vigente; b) implementação, adequação e conformidade do sistema de controles internos; c) estratégia, políticas e procedimentos de tecnologia da informação e comunicação; e d) normas, estrutura e processos relativos à segurança da informação e à integridade de dados.	Aborda. Devido cadastro dos membros eleitos pela AGO para o CA, CF e diretoria executiva, adequação das atas das reuniões dos CA e CF, verificar se há o devido acompanhamento por parte do CA as ações da diretoria executiva, dos planos de descumprimentos e deficiências apontados pelo CI e das regularizações dos apontamentos de auditoria e fiscalização. Verifica a segregação da função de ACIR, se cumprem o MIG - CI, aderência das informações inseridas na Lista de Verificação de Conformidade (LVC), backup periódico, acessos dos funcionários ativos, existência de acessos múltiplos e conflitantes. Segregação das funções de aprovação e liberação no SPB.	6	---
VI	Em relação à adequação da gestão de riscos e de capital, através de: a) capacidade de a instituição identificar, avaliar, monitorar, controlar e mitigar os riscos aos quais está exposta, de acordo com o porte e complexidade de suas operações; b) segregação das atividades de gerenciamento de riscos em relação às áreas negocialis; c) planos para contingências e continuidade de negócios; e d) processo de gerenciamento de capital, incluindo a revisão periódica de sua compatibilidade com os riscos assumidos.	Aborda. Verifica a disseminação das políticas institucionais de gerenciamento dos riscos operacional, de mercado, de liquidez e de crédito e de responsabilidade, socioambiental e de gestão de capital, a aprovação das estratégias de investimento, registro, contabilização, tratamento, documentação e armazenamento das informações de perdas em virtude de erros operacionais, enquadramento do cadastro dos diretores responsáveis pela gerenciamento de risco no UNICAD, análise dos planos de contingência.	5	---
VII	Em relação à prevenção da lavagem de dinheiro e do financiamento do terrorismo (PLD/FT), através de: a) adequação da política institucional, da estrutura organizacional e dos procedimentos aplicáveis, abrangendo o monitoramento, a seleção e a análise de operações e situações passíveis de comunicação ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf); b) adequação dos procedimentos definidos com o objetivo de conhecer o cliente, abrangendo a identificação da origem e da constituição do seu patrimônio e seus recursos financeiros; c) adequação da política de treinamento em todos os níveis da organização; e d) adequação da auditoria interna em PLD/FT.	Aborda. Verifica os procedimentos de obtenção e análise de dados cadastrais e da documentação para abertura de relacionamento, atualização periódica dos dados cadastrais, monitoramento da compatibilidade das transações com os perfis dos associados (origem e destino dos recursos movimentados), procedimentos de análise e reporte das situações com indícios de crimes previstos na Lei nº 9.613/98, existência de programa de treinamento do PLD/FT e se a legislação que determina os prazos para renovação do treinamento é aplicada.	6	---
VIII	Em relação ao crédito rural e ao Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro), aplicáveis às instituições financeiras que operam no Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), através de: a) aderência aos dispositivos do Manual de Crédito Rural (MCR), principalmente nos tópicos que tratam dos beneficiários, da fiscalização, dos limites, das despesas, da formalização, do registro e da contabilização do crédito rural e do Proagro; e b) controles existentes para o adequado enquadramento e deferimento das operações de crédito rural e das coberturas do Proagro.	Não Aborda. A cooperativa não opera com crédito rural ou com recursos do PROAGRO.	0	---
IX	Em relação ao relacionamento com clientes e usuários de produtos e serviços financeiros, através de: a) aderência a normas de contratação de produtos e de prestação de serviços financeiros, inclusive no que tange ao conteúdo e à transparência das relações contratuais; b) adequação da cobrança e da divulgação das tarifas referentes aos serviços e aos produtos oferecidos; c) adequação da gestão de demandas de clientes e de usuários advindas da Ouvidoria e dos demais canais de atendimento da instituição; e d) conformidade da contratação de correspondentes no País, inclusive no que se refere à prestação de informações ao Banco Central do Brasil e à divulgação de informações ao público.	Aborda. Verifica disponibilidade de exemplares de Código de Defesa do Consumidor nas agências, quadro de avisos com direitos e deveres dos cooperados, nos contratos de operação de crédito são informados o CET, divulgação de tarifas aplicadas, divulgação de políticas e procedimentos de Ouvidoria, adesão ao convênio de utilização de serviço de Componente Único de Ouvidoria Sistêmica, designação do agente e do diretor responsável pela Ouvidoria com registro no UNICAD, histórico dos atendimentos e providências adotadas, existência de contrato formal de correspondente cooperativo definindo serviços realizados, direitos e obrigações.	6	---
12 Resultado das avaliações e conclusão da auditoria cooperativa		Aborda	4	0,67
13 Compõem o portfólio de relatórios entregues pela executora da auditoria cooperativa:				0,33
I	Programação anual detalhada das atividades de auditoria cooperativa que serão realizadas durante o ano seguinte	Não identificado	0	---
II	Relatório geral das atividades de auditoria cooperativa, contendo as atividades planejadas, a descrição das ações de auditoria efetivamente realizadas no ano e a avaliação crítica dos resultados alcançados	Não identificado	0	---
III	Relatórios específicos dos trabalhos de auditoria cooperativa, compreendendo, pelo menos, o planejamento dos trabalhos, a análise dos processos ou atividades, a avaliação dos controles internos, as amostras definidas e os testes realizados, as fragilidades identificadas, os achados de auditoria e as recomendações registradas	Recebido	6	---
14	Identificação da necessidade de revisão dos trabalhos de auditoria cooperativa pelo BACEN, seja através de: (a) prestação de informações e esclarecimentos adicionais; (b) realização de exames complementares pela executora do serviço de auditoria cooperativa; ou (c) revisão do trabalho executado	Não identificado	0	1,00
15 É demonstrado no relatório de auditoria cooperativa:				0,42
I	Ser emitido, de forma final, em até trinta dias após a data prevista na programação anual das atividades para conclusão dos trabalhos	Emissão em período superior aos 30 dias	0	---
II	Descrever o resultado das análises realizadas conforme o escopo definido na forma do art. 1º desta Circular	Aborda	4	---
III	Ser assinado pelo responsável técnico pelo trabalho de auditoria cooperativa	Aborda	4	---
IV	Ser remetido pela EAC ou pela empresa de auditoria independente à alta administração da instituição objeto de auditoria cooperativa em até dez dias após a data de emissão	Aborda	2	---
Pontuação Geral			89	8,06

Apêndice L – Formulário de aderência do relatório da cooperativa L

Requisitos contidos nas normas		COOPERATIVA L		
CARACTERÍSTICAS DA COOPERATIVA AUDITADA E A EXECUTORA DA AUDITORIA				
1	Nível da Cooperativa	1º nível - Cooperativa Singular		
2	Executora responsável pela auditoria cooperativa	EAC		
3	Credenciamento da executora da auditoria ao BACEN	Sim		
4	Data-base da auditoria cooperativa	31/03/2017		
5	Vínculo societário entre a EAC e a cooperativa auditada:			0,17
I	Participações diretas ou indiretas da cooperativa auditada limitadas a 20% (vinte por cento) do patrimônio da EAC	Não contém vínculo societário direto, só através da Central onde é filiada	2	---
II	Ausência de vínculo entre membro de órgão estatutário, empregado ou prestador de serviço da cooperativa auditada e a EAC	Não identificado	0	---
CONSTAM NO RELATÓRIO DA AUDITORIA COOPERATIVA				
6	Frequência mínima anual ou em período inferior, caso requisitado pelo Banco Central do Brasil	Não aborda	0	-
7	Critérios utilizados para definição do escopo da auditoria cooperativa:			1,33
I	Complexidade das operações e o porte da cooperativa	Aborda	4	---
II	Avaliação preliminar de riscos	Aborda	4	---
III	Adequação da situação econômico-financeira	Aborda	4	---
IV	Exposição da cooperativa a riscos decorrentes de suas operações com outras entidades, inclusive fundos exclusivos e fundos em que haja retenção substancial de riscos ou de benefícios	Aborda	4	---
8	Ressalta que considera os resultados de auditorias anteriormente realizadas	Aborda	2	0,33
9	Referência as cláusulas contratuais que prevêm:			-
I	Acesso integral e irrestrito do Banco Central do Brasil aos papéis de trabalho e aos demais documentos produzidos e utilizados na execução do serviço de auditoria cooperativa, bem como no processo de revisão de que trata o art. 5º, inclusive por meio de fornecimento de cópia	Não identificado	0	---
II	Comunicação por parte da executora do serviço de auditoria cooperativa ao Banco Central do Brasil, às respectivas confederações e, no caso de cooperativas singulares, também às cooperativas centrais de crédito a que sejam filiadas, além dos conselhos fiscais e de administração das entidades auditadas, dos fatos materialmente relevantes observados no processo de auditoria cooperativa, tais como:		0	---
a.	<i>Irregularidades, deficiências ou situações de exposição anormal a riscos</i>	<i>Não identificado</i>	0	---
b.	<i>Descumprimento da regulamentação ou da legislação vigente</i>	<i>Não identificado</i>	0	---
c.	<i>Descumprimento de regras do sistema cooperativo a que a cooperativa de crédito esteja filiada</i>	<i>Não identificado</i>	0	---
10	Ciência da necessidade da permanência com os relatórios de auditoria cooperativa pelo prazo mínimo de cinco anos caso solicitações do Banco Central do Brasil, Central das Cooperativas ou Confederação a que esteja filiada	Aborda	2	0,33
11	Escopo definido abordando a Circ. BACEN nº 3.799/2016			3,63
I	Em relação à adequação do desempenho operacional e da situação econômico-financeira, através de: a) situação econômico-financeira, incluindo aspectos de higidez de curto e longo prazos, liquidez e adequada avaliação de ativos, passivos, patrimônio líquido e sobras ou perdas; b) integridade e fidedignidade das informações contábeis; c) conciliação de saldos contábeis relevantes; d) processos de concessão e de gerenciamento de crédito; e e) critérios adotados para a distribuição de sobras, rateio de perdas, formação de reservas, constituição de fundos específicos e destinação de recursos do Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social (Fates).	Aborda. Confrontar os saldos contábeis dos grupos do ativo, do passivo e do patrimônio líquido com relatórios internos e arquivos externos (cartas de contingência, cartas de circularização de saldos bancários, aplicações com TVM, operações de crédito realizadas, capital integralizado em outras instituições) e as coberturas de valores mantidos em tesouraria. Para a Centralização Financeira, verifica o cumprimento das Políticas Institucionais e o acompanhamento de sua gestão pelos CA e CF. Para a carteira de crédito é verificada, em base amostral, políticas de concessão de crédito, garantias, transparência nos contratos, adequação da carteira aos níveis de risco e suas provisões, consistência nos arrastos dos níveis de riscos, classificação das operações em prejuízo. Nos depósitos, cumprimento de taxas e prazos previstos nas Estratégias de Investimento ou na Política de Captação e do grau de concentração na captação e análise dos índices de liquidez (IL) e de centralização financeira das singulares (ICF-S). Análise do estatuto social e das atas da AGO/E e das Reuniões do CA e CF. Associados que não preenchem as condições estatutárias.	6	---
II	Em relação à adequação e à aderência das políticas institucionais, através de: a) segregação de funções e conflitos de interesse em atividades críticas; b) manuais, regulamentos internos, bem como determinações da cooperativa central e do sistema, quando aplicável; c) processo de prestação de informações sobre a situação financeira, o desempenho, as políticas de gestão de negócios e os fatos relevantes aos órgãos de administração, conselho fiscal e associados; e d) códigos de conduta e de ética, quando aplicável.	Aborda. Análise do organograma, segregação de funções e ausência de conflitos de interesse, regimentos internos, documentos expedidos pela confederação do sistema durante o ano, ocorrência de fatos relevante e o devido acompanhamento e comunicação, procedimentos aplicados pela governança para aplicação e divulgação do código de ética entre os funcionários.	6	---
III	Em relação à formação, à capacitação e à remuneração compatíveis com as atribuições e cargos, através de: a) política de remuneração da diretoria, do conselho de administração e do conselho fiscal, inclusive eventuais bônus por desempenho ou similares; e b) formação, capacitação e disponibilidade de tempo dos membros de órgãos estatutários, gerentes e dos integrantes da equipe técnica.	Aborda. Cumprimento das determinações assembleares sobre o pagamento de honorários e cédulas de presença aos CA, CF e diretoria executiva, existência de benefícios não salariais, aderência da governança e da equipe de técnica em treinamentos e programas de capacitação e educação continuada (PEPC) e disponibilidade de tempo dos membros estatutários de acordo com a complexidade de suas atividades.	6	---
IV	Em relação à adequação dos limites operacionais e dos requerimentos de capital, atendimento aos: a) requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência (PR); b) limites de exposição por cliente; e c) outros limites operacionais.	Aborda. Avalia o enquadramento ao PR, Capital Principal, Nível I, limites regulamentares de aplicação de recursos no Ativo Permanente (50% do PR), de exposição por cliente, sendo operações de crédito 15%, imobilização 50% e aplicações 25% e de capital mínimo integralizado e Patrimônio Líquido.	6	---

V	Em relação às regras e práticas de governança e controles internos, através de: a) constituição, funcionamento, segregação de funções e efetividade de atuação da diretoria, do conselho de administração e do conselho fiscal, consideradas as atribuições previstas em estatutos e na legislação vigente; b) implementação, adequação e conformidade do sistema de controles internos; c) estratégia, políticas e procedimentos de tecnologia da informação e comunicação; e d) normas, estrutura e processos relativos à segurança da informação e à integridade de dados.	Aborda. Devido cadastro dos membros eleitos pela AGO para o CA, CF e diretoria executiva, adequação das atas das reuniões dos CA e CF, verificar se há o devido acompanhamento por parte do CA as ações da diretoria executiva, dos planos de descumprimentos e deficiências apontados pelo CI e das regularizações dos apontamentos de auditoria e fiscalização. Verifica a segregação da função de ACIR, se cumprem o MIG - CI, aderência das informações inseridas na Lista de Verificação de Conformidade (LVC), backup periódico, acessos dos funcionários ativos, existência de acessos múltiplos e conflitantes. Segregação das funções de aprovação e liberação no SPB.	6	---	
VI	Em relação à adequação da gestão de riscos e de capital, através de: a) capacidade de a instituição identificar, avaliar, monitorar, controlar e mitigar os riscos aos quais está exposta, de acordo com o porte e complexidade de suas operações; b) segregação das atividades de gerenciamento de riscos em relação às áreas negociais; c) planos para contingências e continuidade de negócios; e d) processo de gerenciamento de capital, incluindo a revisão periódica de sua compatibilidade com os riscos assumidos.	Aborda. Verifica a disseminação das políticas de gerenciamento dos riscos operacional, de mercado, de liquidez e de crédito, registro, contabilização, tratamento, documentação e armazenamento das informações de perdas em virtude de erros operacionais, enquadramento do cadastro dos diretores responsáveis pela gerenciamento de risco no UNICAD, análise dos planos de contingência.	6	---	
VII	Em relação à prevenção da lavagem de dinheiro e do financiamento do terrorismo (PLD/FT), através de: a) adequação da política institucional, da estrutura organizacional e dos procedimentos aplicáveis, abrangendo o monitoramento, a seleção e a análise de operações e situações passíveis de comunicação ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf); b) adequação dos procedimentos definidos com o objetivo de conhecer o cliente, abrangendo a identificação da origem e da constituição do seu patrimônio e seus recursos financeiros; c) adequação da política de treinamento em todos os níveis da organização; e d) adequação da auditoria interna em PLD/FT.	Aborda. Verifica os procedimentos de obtenção e análise de dados cadastrais e da documentação para abertura de relacionamento, atualização periódica dos dados cadastrais, monitoramento da compatibilidade das transações com os perfis dos associados (origem e destino dos recursos movimentados), procedimentos de análise e reporte das situações com indícios de crimes previstos na Lei nº 9.613/98, existência de programa de treinamento do PLD/FT e se a legislação que determina os prazos para renovação do treinamento é aplicada.	6	---	
VIII	Em relação ao crédito rural e ao Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro), aplicáveis às instituições financeiras que operam no Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), através de: a) aderência aos dispositivos do Manual de Crédito Rural (MCR), principalmente nos tópicos que tratam dos beneficiários, da fiscalização, dos limites, das despesas, da formalização, do registro e da contabilização do crédito rural e do Proagro; e b) controles existentes para o adequado enquadramento e deferimento das operações de crédito rural e das coberturas do Proagro.	Não Aborda. A cooperativa não opera com crédito rural ou com recursos do PROAGRO.	0	---	
IX	Em relação ao relacionamento com clientes e usuários de produtos e serviços financeiros, através de: a) aderência a normas de contratação de produtos e de prestação de serviços financeiros, inclusive no que tange ao conteúdo e à transparência das relações contratuais; b) adequação da cobrança e da divulgação das tarifas referentes aos serviços e aos produtos oferecidos; c) adequação da gestão de demandas de clientes e de usuários advindas da Ouvidoria e dos demais canais de atendimento da instituição; e d) conformidade da contratação de correspondentes no País, inclusive no que se refere à prestação de informações ao Banco Central do Brasil e à divulgação de informações ao público.	Aborda. Verifica disponibilidade de exemplares de Código de Defesa do Consumidor nas agências, quadro de avisos com direitos e deveres dos cooperados, nos contratos de operação de crédito são informados o CET, divulgação de tarifas aplicadas, divulgação de políticas e procedimentos de Ouvidoria em cartazes, sites e outros canais de atendimento, designação do agente e do diretor responsável pela Ouvidoria com registro no UNICAD, histórico dos atendimentos e providências adotadas, existência de contrato de correspondente cooperativo e análise da estrutura dos pontos de atendimento contemplando itens como segregação de função, mecanismos de segurança, conferência de numerários e exposição de documentos.	7	---	
12	Resultado das avaliações e conclusão da auditoria cooperativa		Aborda	4	0,67
13	Compõem o portfólio de relatórios entregues pela executora da auditoria cooperativa:				0,33
I	Programação anual detalhada das atividades de auditoria cooperativa que serão realizadas durante o ano seguinte	Não identificado	0	---	
II	Relatório geral das atividades de auditoria cooperativa, contendo as atividades planejadas, a descrição das ações de auditoria efetivamente realizadas no ano e a avaliação crítica dos resultados alcançados	Não identificado	0	---	
III	Relatórios específicos dos trabalhos de auditoria cooperativa, compreendendo, pelo menos, o planejamento dos trabalhos, a análise dos processos ou atividades, a avaliação dos controles internos, as amostras definidas e os testes realizados, as fragilidades identificadas, os achados de auditoria e as recomendações registradas	Recebido	6	---	
14	Identificação da necessidade de revisão dos trabalhos de auditoria cooperativa pelo BACEN, seja através de: (a) prestação de informações e esclarecimentos adicionais; (b) realização de exames complementares pela executora do serviço de auditoria cooperativa; ou (c) revisão do trabalho executado	Não identificado	0		1,00
15	É demonstrado no relatório de auditoria cooperativa:				0,46
I	Ser emitido, de forma final, em até trinta dias após a data prevista na programação anual das atividades para conclusão dos trabalhos	Atende	2	---	
II	Descrever o resultado das análises realizadas conforme o escopo definido na forma do art. 1º desta Circular	Aborda	4	---	
III	Ser assinado pelo responsável técnico pelo trabalho de auditoria cooperativa	Versão não contém assinatura dos responsáveis pela auditoria cooperativa	3	---	
IV	Ser remetido pela EAC ou pela empresa de auditoria independente à alta administração da instituição objeto de auditoria cooperativa em até dez dias após a data de emissão	Aborda	2	---	
Pontuação Geral			92		8,25

Apêndice M – Formulário de aderência do relatório da cooperativa M

Requisitos contidos nas normas		COOPERATIVA M		
CARACTERÍSTICAS DA COOPERATIVA AUDITADA E A EXECUTORA DA AUDITORIA				
1	Nível da Cooperativa	1º nível - Cooperativa Singular		
2	Executora responsável pela auditoria cooperativa	EAC		
3	Credenciamento da executora da auditoria ao BACEN	Sim		
4	Data-base da auditoria cooperativa	30/06/2017		
5	Vínculo societário entre a EAC e a cooperativa auditada:			0,17
I	Participações diretas ou indiretas da cooperativa auditada limitadas a 20% (vinte por cento) do patrimônio da EAC	Não contém vínculo societário direto, só através da Central onde é filiada	2	---
II	Ausência de vínculo entre membro de órgão estatutário, empregado ou prestador de serviço da cooperativa auditada e a EAC	Não identificado	0	---
CONSTAM NO RELATÓRIO DA AUDITORIA COOPERATIVA				
6	Frequência mínima anual ou em período inferior, caso requisitado pelo Banco Central do Brasil	Não aborda	0	-
7	Crerícios utilizados para definição do escopo da auditoria cooperativa:			1,33
I	Complexidade das operações e o porte da cooperativa	Aborda	4	---
II	Avaliação preliminar de riscos	Aborda	4	---
III	Adequação da situação econômico-financeira	Aborda	4	---
IV	Exposição da cooperativa a riscos decorrentes de suas operações com outras entidades, inclusive fundos exclusivos e fundos em que haja retenção substancial de riscos ou de benefícios	Aborda	4	---
8	Ressalta que considera os resultados de auditorias anteriormente realizadas	Aborda	2	0,33
9	Referência as cláusulas contratuais que prevêem:			-
I	Acesso integral e irrestrito do Banco Central do Brasil aos papéis de trabalho e aos demais documentos produzidos e utilizados na execução do serviço de auditoria cooperativa, bem como no processo de revisão de que trata o art. 5º, inclusive por meio de fornecimento de cópia	Não identificado	0	---
II	Comunicação por parte da executora do serviço de auditoria cooperativa ao Banco Central do Brasil, às respectivas confederações e, no caso de cooperativas singulares, também às cooperativas centrais de crédito a que sejam filiadas, além dos conselhos fiscais e de administração das entidades auditadas, dos fatos materialmente relevantes observados no processo de auditoria cooperativa, tais como:		0	---
a.	Irregularidades, deficiências ou situações de exposição anormal a riscos	Não identificado	0	---
b.	Descumprimento da regulamentação ou da legislação vigente	Não identificado	0	---
c.	Descumprimento de regras do sistema cooperativo a que a cooperativa de crédito esteja filiada	Não identificado	0	---
10	Ciência da necessidade da permanência com os relatórios de auditoria cooperativa pelo prazo mínimo de cinco anos caso solicitações do Banco Central do Brasil, Central das Cooperativas ou Confederação a que esteja filiada	Aborda	2	0,33
11	Escopo definido abordando a Circ. BACEN nº 3.799/2016			3,48
I	Em relação à adequação do desempenho operacional e da situação econômico-financeira, através de: a) situação econômico-financeira, incluindo aspectos de hígidez de curto e longo prazos, liquidez e adequada avaliação de ativos, passivos, patrimônio líquido e sobras ou perdas; b) integridade e fidedignidade das informações contábeis; c) conciliação de saldos contábeis relevantes; d) processos de concessão e de gerenciamento de crédito; e e) critérios adotados para a distribuição de sobras, rateio de perdas, formação de reservas, constituição de fundos específicos e destinação de recursos do Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social (Fates).	Aborda. Confrontar os saldos contábeis dos grupos do ativo, do passivo e do patrimônio líquido com relatórios internos e arquivos externos (cartas de contingência, cartas de circularização de saldos bancários, aplicações com TVM, operações de crédito realizadas, capital integralizado em outras instituições) e as coberturas de valores mantidos em tesouraria. Para a Centralização Financeira, verifica o cumprimento das Políticas Institucionais e o acompanhamento de sua gestão pelos CA e CF. Para a carteira de crédito é verificada, em base amostral, políticas de concessão de crédito, garantias, transparência nos contratos, adequação da carteira aos níveis de risco e suas provisões, consistência nos arrastos dos níveis de riscos, classificação das operações em prejuízo. Nos depósitos, cumprimento de taxas e prazos previstos nas Estratégias de Investimento ou na Política de Captação e do grau de concentração na captação e análise dos índices de liquidez (IL) e de centralização financeira das singulares (ICF-S). Análise do estatuto social e das atas da AGO/E e das Reuniões do CA e CF. Associados que não preenchem as condições estatutárias.	6	---
II	Em relação à adequação e à aderência das políticas institucionais, através de: a) segregação de funções e conflitos de interesse em atividades críticas; b) manuais, regulamentos internos, bem como determinações da cooperativa central e do sistema, quando aplicável; c) processo de prestação de informações sobre a situação financeira, o desempenho, as políticas de gestão de negócios e os fatos relevantes aos órgãos de administração, conselho fiscal e associados; e d) códigos de conduta e de ética, quando aplicável.	Aborda. Análise do organograma, segregação de funções e ausência de conflitos de interesse, regimentos internos, documentos expedidos pela confederação do sistema durante o ano, ocorrência de fatos relevante e o devido acompanhamento e comunicação, procedimentos aplicados pela governança para aplicação e divulgação do código de ética entre os funcionários.	6	---
III	Em relação à formação, à capacitação e à remuneração compatíveis com as atribuições e cargos, através de: a) política de remuneração da diretoria, do conselho de administração e do conselho fiscal, inclusive eventuais bônus por desempenho ou similares; e b) formação, capacitação e disponibilidade de tempo dos membros de órgãos estatutários, gerentes e dos integrantes da equipe técnica.	Aborda. Cumprimento das determinações assembleares sobre o pagamento de honorários e cédulas de presença aos CA, CF e diretoria executiva, existência de benefícios não salariais, aderência da governança e da equipe de técnica em treinamentos e programas de capacitação e educação continuada (PEPC) e disponibilidade de tempo dos membros estatutários de acordo com a complexidade de suas atividades.	6	---
IV	Em relação à adequação dos limites operacionais e dos requerimentos de capital, atendimento aos: a) requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência (PR); b) limites de exposição por cliente; e c) outros limites operacionais.	Aborda. Avalia o enquadramento ao PR, Capital Principal, Nível I, limites regulamentares de aplicação de recursos no Ativo Permanente (50% do PR), de exposição por cliente e de capital mínimo integralizado.	6	---

V	Em relação às regras e práticas de governança e controles internos, através de: a) constituição, funcionamento, segregação de funções e efetividade de atuação da diretoria, do conselho de administração e do conselho fiscal, consideradas as atribuições previstas em estatutos e na legislação vigente; b) implementação, adequação e conformidade do sistema de controles internos; c) estratégia, políticas e procedimentos de tecnologia da informação e comunicação; e d) normas, estrutura e processos relativos à segurança da informação e à integridade de dados.	Aborda. Devido cadastro dos membros eleitos pela AGO para o CA, CF e diretoria executiva, adequação das atas das reuniões dos CA e CF, verificar se há o devido acompanhamento por parte do CA as ações da diretoria executiva, dos planos de descumprimentos e deficiências apontados pelo CI e das regularizações dos apontamentos de auditoria e fiscalização. Verifica a segregação da função de ACIR, se cumprem o MIG - CI, aderência das informações inseridas na Lista de Verificação de Conformidade (LVC), backup periódico, acessos dos funcionários ativos, existência de acessos múltiplos e conflitantes. Segregação das funções de aprovação e liberação no SPB.	6	---	
VI	Em relação à adequação da gestão de riscos e de capital, através de: a) capacidade de a instituição identificar, avaliar, monitorar, controlar e mitigar os riscos aos quais está exposta, de acordo com o porte e complexidade de suas operações; b) segregação das atividades de gerenciamento de riscos em relação às áreas negociais; c) planos para contingências e continuidade de negócios; e d) processo de gerenciamento de capital, incluindo a revisão periódica de sua compatibilidade com os riscos assumidos.	Aborda. Verifica a disseminação das políticas institucionais de gerenciamento dos riscos operacional, de mercado, de liquidez e de crédito e de responsabilidade, socioambiental e de gestão de capital, a aprovação das estratégias de investimento, registro, contabilização, tratamento, documentação e armazenamento das informações de perdas em virtude de erros operacionais, enquadramento do cadastro dos diretores responsáveis pela gerenciamento de risco no UNICAD, análise dos planos de contingência.	5	---	
VII	Em relação à prevenção da lavagem de dinheiro e do financiamento do terrorismo (PLD/FT), através de: a) adequação da política institucional, da estrutura organizacional e dos procedimentos aplicáveis, abrangendo o monitoramento, a seleção e a análise de operações e situações passíveis de comunicação ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf); b) adequação dos procedimentos definidos com o objetivo de conhecer o cliente, abrangendo a identificação da origem e da constituição do seu patrimônio e seus recursos financeiros; c) adequação da política de treinamento em todos os níveis da organização; e d) adequação da auditoria interna em PLD/FT.	Aborda. Verifica os procedimentos de obtenção e análise de dados cadastrais e da documentação para abertura de relacionamento, atualização periódica dos dados cadastrais, monitoramento da compatibilidade das transações com os perfis dos associados (origem e destino dos recursos movimentados), procedimentos de análise e reporte das situações com indícios de crimes previstos na Lei nº 9.613/98, existência de programa de treinamento do PLD/FT e se a legislação que determina os prazos para renovação do treinamento é aplicada.	6	---	
VIII	Em relação ao crédito rural e ao Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro), aplicáveis às instituições financeiras que operam no Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), através de: a) aderência aos dispositivos do Manual de Crédito Rural (MCR), principalmente nos tópicos que tratam dos beneficiários, da fiscalização, dos limites, das despesas, da formalização, do registro e da contabilização do crédito rural e do Proagro; e b) controles existentes para o adequado enquadramento e deferimento das operações de crédito rural e das coberturas do Proagro.	Não Aborda. A cooperativa não opera com crédito rural ou com recursos do PROAGRO.	0	---	
IX	Em relação ao relacionamento com clientes e usuários de produtos e serviços financeiros, através de: a) aderência a normas de contratação de produtos e de prestação de serviços financeiros, inclusive no que tange ao conteúdo e à transparência das relações contratuais; b) adequação da cobrança e da divulgação das tarifas referentes aos serviços e aos produtos oferecidos; c) adequação da gestão de demandas de clientes e de usuários advindas da Ouvidoria e dos demais canais de atendimento da instituição; e d) conformidade da contratação de correspondentes no País, inclusive no que se refere à prestação de informações ao Banco Central do Brasil e à divulgação de informações ao público.	Aborda. Verifica disponibilidade de exemplares de Código de Defesa do Consumidor nas agências, quadro de avisos com direitos e deveres dos cooperados, nos contratos de operação de crédito são informados o CET, divulgação de tarifas aplicadas, divulgação de políticas e procedimentos de Ouvidoria, adesão ao convênio de utilização de serviço de Componente Único de Ouvidoria Sistêmica, designação do agente e do diretor responsável pela Ouvidoria com registro no UNICAD, histórico dos atendimentos e providências adotadas, existência de contrato formal de correspondente cooperativo definindo serviços realizados, direitos e obrigações.	6	---	
12	Resultado das avaliações e conclusão da auditoria cooperativa		Aborda	4	0,67
13	Compõem o portfólio de relatórios entregues pela executora da auditoria cooperativa:				0,33
I	Programação anual detalhada das atividades de auditoria cooperativa que serão realizadas durante o ano seguinte	Não identificado	0	---	
II	Relatório geral das atividades de auditoria cooperativa, contendo as atividades planejadas, a descrição das ações de auditoria efetivamente realizadas no ano e a avaliação crítica dos resultados alcançados	Não identificado	0	---	
III	Relatórios específicos dos trabalhos de auditoria cooperativa, compreendendo, pelo menos, o planejamento dos trabalhos, a análise dos processos ou atividades, a avaliação dos controles internos, as amostras definidas e os testes realizados, as fragilidades identificadas, os achados de auditoria e as recomendações registradas	Recebido	6	---	
14	Identificação da necessidade de revisão dos trabalhos de auditoria cooperativa pelo BACEN, seja através de: (a) prestação de informações e esclarecimentos adicionais; (b) realização de exames complementares pela executora do serviço de auditoria cooperativa; ou (c) revisão do trabalho executado	Não identificado	0		1,00
15	É demonstrado no relatório de auditoria cooperativa:				0,42
I	Ser emitido, de forma final, em até trinta dias após a data prevista na programação anual das atividades para conclusão dos trabalhos	Emissão em período superior aos 30 dias	0	---	
II	Descrever o resultado das análises realizadas conforme o escopo definido na forma do art. 1º desta Circular	Aborda	4	---	
III	Ser assinado pelo responsável técnico pelo trabalho de auditoria cooperativa	Aborda	4	---	
IV	Ser remetido pela EAC ou pela empresa de auditoria independente à alta administração da instituição objeto de auditoria cooperativa em até dez dias após a data de emissão	Aborda	2	---	
Pontuação Geral			89		8,06

Apêndice N – Formulário de aderência do relatório da cooperativa N

Requisitos contidos nas normas		COOPERATIVA N		
CARACTERÍSTICAS DA COOPERATIVA AUDITADA E A EXECUTORA DA AUDITORIA				
1	Nível da Cooperativa	1º nível - Cooperativa Singular		
2	Executora responsável pela auditoria cooperativa	EAC		
3	Credenciamento da executora da auditoria ao BACEN	Sim		
4	Data-base da auditoria cooperativa	30/09/2017		
5	Vínculo societário entre a EAC e a cooperativa auditada:			0,17
I	Participações diretas ou indiretas da cooperativa auditada limitadas a 20% (vinte por cento) do patrimônio da EAC	Não contém vínculo societário direto, só através da Central onde é filiada	2	---
II	Ausência de vínculo entre membro de órgão estatutário, empregado ou prestador de serviço da cooperativa auditada e a EAC	Não identificado	0	---
CONSTAM NO RELATÓRIO DA AUDITORIA COOPERATIVA				
6	Frequência mínima anual ou em período inferior, caso requisitado pelo Banco Central do Brasil	Não aborda	0	-
7	Crítérios utilizados para definição do escopo da auditoria cooperativa:			1,33
I	Complexidade das operações e o porte da cooperativa	Aborda	4	---
II	Avaliação preliminar de riscos	Aborda	4	---
III	Adequação da situação econômico-financeira	Aborda	4	---
IV	Exposição da cooperativa a riscos decorrentes de suas operações com outras entidades, inclusive fundos exclusivos e fundos em que haja retenção substancial de riscos ou de benefícios	Aborda	4	---
8	Ressalta que considera os resultados de auditorias anteriormente realizadas	Aborda	2	0,33
9	Referência as cláusulas contratuais que prevêm:			-
I	Acesso integral e irrestrito do Banco Central do Brasil aos papéis de trabalho e aos demais documentos produzidos e utilizados na execução do serviço de auditoria cooperativa, bem como no processo de revisão de que trata o art. 5º, inclusive por meio de fornecimento de cópia	Não identificado	0	---
II	Comunicação por parte da executora do serviço de auditoria cooperativa ao Banco Central do Brasil, às respectivas confederações e, no caso de cooperativas singulares, também às cooperativas centrais de crédito a que sejam filiadas, além dos conselhos fiscais e de administração das entidades auditadas, dos fatos materialmente relevantes observados no processo de auditoria cooperativa, tais como:		0	---
a.	<i>Irregularidades, deficiências ou situações de exposição anormal a riscos</i>	<i>Não identificado</i>	0	---
b.	<i>Descumprimento da regulamentação ou da legislação vigente</i>	<i>Não identificado</i>	0	---
c.	<i>Descumprimento de regras do sistema cooperativo a que a cooperativa de crédito esteja filiada</i>	<i>Não identificado</i>	0	---
10	Ciência da necessidade da permanência com os relatórios de auditoria cooperativa pelo prazo mínimo de cinco anos caso solicitações do Banco Central do Brasil, Central das Cooperativas ou Confederação a que esteja filiada	Aborda	2	0,33
11	Escopo definido abordando a Circ. BACEN nº 3.799/2016			3,48
I	Em relação à adequação do desempenho operacional e da situação econômico-financeira, através de: a) situação econômico-financeira, incluindo aspectos de higidez de curto e longo prazos, liquidez e adequada avaliação de ativos, passivos, patrimônio líquido e sobras ou perdas; b) integridade e fidedignidade das informações contábeis; c) conciliação de saldos contábeis relevantes; d) processos de concessão e de gerenciamento de crédito; e e) critérios adotados para a distribuição de sobras, rateio de perdas, formação de reservas, constituição de fundos específicos e destinação de recursos do Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social (Fates).	Aborda. Confrontar os saldos contábeis dos grupos do ativo, do passivo e do patrimônio líquido com relatórios internos e arquivos externos (cartas de contingência, cartas de circularização de saldos bancários, aplicações com TVM, operações de crédito realizadas, capital integralizado em outras instituições) e as coberturas de valores mantidos em tesouraria. Para a Centralização Financeira, verifica o cumprimento das Políticas Institucionais e o acompanhamento de sua gestão pelos CA e CF. Para a carteira de crédito é verificada, em base amostral, políticas de concessão de crédito, garantias, transparência nos contratos, adequação da carteira aos níveis de risco e suas provisões, consistência nos arrastos dos níveis de riscos, classificação das operações em prejuízo. Nos depósitos, cumprimento de taxas e prazos previstos nas Estratégias de Investimento ou na Política de Captação e do grau de concentração na captação e análise dos índices de liquidez (IL) e de centralização financeira das singulares (ICF-S). Análise do estatuto social e das atas da AGO/E e das Reuniões do CA e CF. Associados que não preenchem as condições estatutárias.	6	---
II	Em relação à adequação e à aderência das políticas institucionais, através de: a) segregação de funções e conflitos de interesse em atividades críticas; b) manuais, regulamentos internos, bem como determinações da cooperativa central e do sistema, quando aplicável; c) processo de prestação de informações sobre a situação financeira, o desempenho, as políticas de gestão de negócios e os fatos relevantes aos órgãos de administração, conselho fiscal e associados; e d) códigos de conduta e de ética, quando aplicável.	Aborda. Análise do organograma, segregação de funções e ausência de conflitos de interesse, regimentos internos, documentos expedidos pela confederação do sistema durante o ano, ocorrência de fatos relevante e o devido acompanhamento e comunicação.	6	---
III	Em relação à formação, à capacitação e à remuneração compatíveis com as atribuições e cargos, através de: a) política de remuneração da diretoria, do conselho de administração e do conselho fiscal, inclusive eventuais bônus por desempenho ou similares; e b) formação, capacitação e disponibilidade de tempo dos membros de órgãos estatutários, gerentes e dos integrantes da equipe técnica.	Aborda. Cumprimento das determinações assembleares sobre o pagamento de honorários e cédulas de presença aos CA, CF e diretoria executiva, existência de benefícios não salariais, aderência da governança e da equipe de técnica em treinamentos e programas de capacitação e educação continuada (PEPC).	6	---
IV	Em relação à adequação dos limites operacionais e dos requerimentos de capital, atendimento aos: a) requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência (PR); b) limites de exposição por cliente; e c) outros limites operacionais.	Aborda. Avalia o enquadramento ao PR, Capital Principal, Nível I, limites regulamentares de aplicação de recursos no Ativo Permanente (50% do PR), de exposição por cliente e de capital mínimo integralizado.	6	---

V	Em relação às regras e práticas de governança e controles internos, através de: a) constituição, funcionamento, segregação de funções e efetividade de atuação da diretoria, do conselho de administração e do conselho fiscal, consideradas as atribuições previstas em estatutos e na legislação vigente; b) implementação, adequação e conformidade do sistema de controles internos; c) estratégia, políticas e procedimentos de tecnologia da informação e comunicação; e d) normas, estrutura e processos relativos à segurança da informação e à integridade de dados.	Aborda. Devido cadastro dos membros eleitos pela AGO para o CA, CF e diretoria executiva, adequação das atas das reuniões dos CA e CF, verificar se há o devido acompanhamento por parte do CA as ações da diretoria executiva, dos planos de descumprimentos e deficiências apontados pelo CI e das regularizações dos apontamentos de auditoria e fiscalização. Verifica a segregação da função de ACIR, se cumprem o MIG - CI, acessos dos funcionários ativos, existência de acessos múltiplos e conflitantes. Segregação das funções de aprovação e liberação no SPB.	6	---
VI	Em relação à adequação da gestão de riscos e de capital, através de: a) capacidade de a instituição identificar, avaliar, monitorar, controlar e mitigar os riscos aos quais está exposta, de acordo com o porte e complexidade de suas operações; b) segregação das atividades de gerenciamento de riscos em relação às áreas negociais; c) planos para contingências e continuidade de negócios; e d) processo de gerenciamento de capital, incluindo a revisão periódica de sua compatibilidade com os riscos assumidos.	Aborda. Verifica a disseminação das políticas institucionais de gerenciamento dos riscos operacional, de mercado, de liquidez e de crédito e de responsabilidade, socioambiental e de gestão de capital, a aprovação das estratégias de investimento, registro, contabilização, tratamento, documentação e armazenamento das informações de perdas em virtude de erros operacionais, enquadramento do cadastro dos diretores responsáveis pela gerenciamento de risco no UNICAD, análise dos planos de contingência e de continuidade de negócios.	6	---
VII	Em relação à prevenção da lavagem de dinheiro e do financiamento do terrorismo (PLD/FT), através de: a) adequação da política institucional, da estrutura organizacional e dos procedimentos aplicáveis, abrangendo o monitoramento, a seleção e a análise de operações e situações passíveis de comunicação ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf); b) adequação dos procedimentos definidos com o objetivo de conhecer o cliente, abrangendo a identificação da origem e da constituição do seu patrimônio e seus recursos financeiros; c) adequação da política de treinamento em todos os níveis da organização; e d) adequação da auditoria interna em PLD/FT.	Aborda. Verifica os procedimentos de obtenção e análise de dados cadastrais e da documentação para abertura de relacionamento, atualização periódica dos dados cadastrais, monitoramento da compatibilidade das transações com os perfis dos associados (origem e destino dos recursos movimentados), procedimentos de análise e reporte das situações com indícios de crimes previstos na Lei nº 9.613/98, existência de programa de treinamento do PLD/FT e se a legislação que determina os prazos para renovação do treinamento é aplicada.	6	---
VIII	Em relação ao crédito rural e ao Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro), aplicáveis às instituições financeiras que operam no Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), através de: a) aderência aos dispositivos do Manual de Crédito Rural (MCR), principalmente nos tópicos que tratam dos beneficiários, da fiscalização, dos limites, das despesas, da formalização, do registro e da contabilização do crédito rural e do Proagro; e b) controles existentes para o adequado enquadramento e deferimento das operações de crédito rural e das coberturas do Proagro.	Não Aborda. A cooperativa não opera com crédito rural ou com recursos do PROAGRO.	0	---
IX	Em relação ao relacionamento com clientes e usuários de produtos e serviços financeiros, através de: a) aderência a normas de contratação de produtos e de prestação de serviços financeiros, inclusive no que tange ao conteúdo e à transparência das relações contratuais; b) adequação da cobrança e da divulgação das tarifas referentes aos serviços e aos produtos oferecidos; c) adequação da gestão de demandas de clientes e de usuários advindas da Ouvidoria e dos demais canais de atendimento da instituição; e d) conformidade da contratação de correspondentes no País, inclusive no que se refere à prestação de informações ao Banco Central do Brasil e à divulgação de informações ao público.	Aborda. Verifica a adesão ao convênio de utilização de serviço de Componente Único de Ouvidoria Sistêmica, designação do agente e do diretor responsável pela Ouvidoria com registro no UNICAD, histórico dos atendimentos e providências adotadas, existência de contrato formal de correspondente cooperativo definindo serviços realizados, direitos e obrigações.	5	---
12 Resultado das avaliações e conclusão da auditoria cooperativa		Aborda	4	0,67
13 Compõem o portfólio de relatórios entregues pela executora da auditoria cooperativa:				0,33
I	Programação anual detalhada das atividades de auditoria cooperativa que serão realizadas durante o ano seguinte	Não identificado	0	---
II	Relatório geral das atividades de auditoria cooperativa, contendo as atividades planejadas, a descrição das ações de auditoria efetivamente realizadas no ano e a avaliação crítica dos resultados alcançados	Não identificado	0	---
III	Relatórios específicos dos trabalhos de auditoria cooperativa, compreendendo, pelo menos, o planejamento dos trabalhos, a análise dos processos ou atividades, a avaliação dos controles internos, as amostras definidas e os testes realizados, as fragilidades identificadas, os achados de auditoria e as recomendações registradas	Recebido	6	---
14	Identificação da necessidade de revisão dos trabalhos de auditoria cooperativa pelo BACEN, seja através de: (a) prestação de informações e esclarecimentos adicionais; (b) realização de exames complementares pela executora do serviço de auditoria cooperativa; ou (c) revisão do trabalho executado	Não identificado	0	1,00
15 É demonstrado no relatório de auditoria cooperativa:				0,42
I	Ser emitido, de forma final, em até trinta dias após a data prevista na programação anual das atividades para conclusão dos trabalhos	Emissão em período superior aos 30 dias	0	---
II	Descrever o resultado das análises realizadas conforme o escopo definido na forma do art. 1º desta Circular	Aborda	4	---
III	Ser assinado pelo responsável técnico pelo trabalho de auditoria cooperativa	Aborda	4	---
IV	Ser remetido pela EAC ou pela empresa de auditoria independente à alta administração da instituição objeto de auditoria cooperativa em até dez dias após a data de emissão	Aborda	2	---
Pontuação Geral			89	8,06